

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DISSERTAÇÃO

O RACIONALISMO CRÍTICO DE KARL POPPER
Um elo entre racionalidade epistemológica e racionalidade
política

DANIEL MOTA VIEIRA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O RACIONALISMO CRÍTICO DE KARL POPPER

Um elo entre racionalidade epistemológica e racionalidade política

DANIEL MOTA VIEIRA

Sob a Orientação do Professor

Walter Valdevino Oliveira Silva

Dissertação submetida para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**, no curso de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração: Filosofia.

Seropédica, RJ

Dezembro/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DANIEL MOTA VIEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM FILOSOFIA, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Curso de MESTRADO, área de Concentração: Filosofia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/12/2020

Walter Valdevino Oliveira Silva, Doutor, UFRRJ

Alberto Oliva, Doutor, UFRJ

Luciano Caldas Camerino, Doutor, UFJF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V 657r Vieira, Daniel Mota, 1995-
O RACIONALISMO CRÍTICO DE KARL POPPER: um elo
entre racionalidade epistemológica e racionalidade
política / Daniel Mota Vieira. - Seropédica, 2020.
115 f.

Orientador: Walter Valdevino Oliveira Silva.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, 2020.

1. Karl Popper. 2. Epistemologia. 3. Filosofia
política. 4. Filosofia liberal. 5. Liberalismo. I.
Silva, Walter Valdevino Oliveira, 1980-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Filosofia III. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe, à memória de meu pai e à de Roque Spencer Maciel de Barros, grande inspiração para os meus estudos liberais.

AGRADECIMENTOS

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

Agradeço a Deus por ter me proporcionado as devidas forças para que eu, apesar de todos os percalços, percorresse um exitoso percurso no mestrado e ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Como sabemos, a cooperação é de demasiada importância na realização de um trabalho filosófico ou científico. Agradeço aos meus familiares que sempre me incentivaram desde o princípio. A força de vontade que vocês me transmitiram foi fundamental.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ e seu qualificado corpo docente. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva. Sua paciência em ouvir as minhas questões, fazer críticas e apontar as melhores soluções para as dificuldades que vieram à tona durante todo o processo de redação do presente trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Alberto Oliva, um grande amigo cuja obra intelectual foi uma inspiração fundamental para este projeto.

Agradeço ao Prof. Dr. Luciano Caldas Camerino por toda a sua contribuição a este trabalho. Sempre serás uma referência intelectual demasiado valorosa para mim.

Agradeço a todos os amigos que estão sempre na torcida pelo meu sucesso. O meu carinho por vocês nunca cessará.

“Porque o conhecimento é uma aventura com ideias”.

(Karl R. Popper)

RESUMO

VIEIRA, D. M. **O racionalismo crítico de Karl Popper: um elo entre racionalidade epistemológica e racionalidade política.** 2020. 115p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A aceitação do realismo metafísico configura-se como o principal pilar do projeto epistemológico do filósofo Karl Popper (1902-1994). Apoiado na rejeição da concepção justificacionista do progresso do conhecimento, Popper vê a crítica intersubjetiva de hipóteses ou conjecturas como a adequada via da evolução do saber científico. A partir disso, tendo em vista a constatação lógico-epistemológica do poder decisivo da evidência negativa quanto a se pronunciar sobre a universalidade nômica, mostramos que a visão de mundo liberal, tal como abraçada por Popper em *A sociedade aberta e seus inimigos*, é aquela capaz de dar à crítica uma relevância positiva na averiguação de seus projetos, dado que não aprendemos por alcançar a Verdade ou a certeza absoluta, mas pela constante aplicação do método de ensaio e erro. Estando atentos à nossa incapacidade de acumular todo o conhecimento disperso entre variegadas mentes, além da fragilidade do indutivismo, vemos que não podemos ostentar postulações de conhecimento que se assenhem do todo da realidade, e veremos que as teorias historicistas, isto é, apoiadas na aceitação de um inexorável destino histórico, e as utopistas mostram-se incompatíveis com a epistemologia negativista abraçada pelo filósofo austríaco e por ele estendida à análise sócio-política. Concluiremos com uma breve análise de críticas desenvolvidas por comentadores, destacando-se Anthony Quinton (1925-2010), que, observando os comentários de Popper acerca das filosofias de Platão, Hegel e Marx, dados como principais inimigos da sociedade aberta, duvida de uma forte conexão entre historicismo e totalitarismo e considera que nenhum desses três pensadores foi totalitário. Platão e Hegel seriam, no máximo, apregoadores de um projeto autoritário de poder. Nos mesmos moldes, veremos as principais diretrizes da crítica de Burleigh Taylor Wilkins (1932-2015) ao anti-historicismo popperiano, dentro da indagação acerca de um possível significado da história, em seu célebre livro *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History* (1978).

Palavras-chave: Karl Popper. Epistemologia. Filosofia Política

ABSTRACT

VIEIRA, D. M. **Karl Popper's Critical Rationalism: A Link Between Epistemological Rationality and Critical Rationality**. 2020. 115p. Dissertation (Master in Philosophy). Institute of Human and Social Sciences, Postgraduate Program in Philosophy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The acceptance of metaphysical realism is the main pillar of the epistemological project of the philosopher Karl Popper (1902-1994). Supported by the rejection of the justificationist conception of the progress of knowledge, Popper sees the intersubjective critique of hypotheses or conjectures as the adequate path for the evolution of scientific knowledge. Based on this, in view of the logical-epistemological ascertainment of the decisive power of negative evidence as regards pronouncing on the nomic universality, we show that the liberal worldview, as embraced by Popper in *The open society and its enemies*, is that able to give criticism a positive relevance in the investigation of its projects, given that we do not learn by achieving Truth or absolute certainty, but by constantly applying the method of trial and error. Being aware of our inability to accumulate all the knowledge dispersed among variegated minds, in addition to the fragility of inductivism, we see that we cannot boast knowledge postulations that take over the whole of reality, and we will see that historicist theories, that is, supported by acceptance of an inexorable historical destiny, and utopians are incompatible with the negative epistemology embraced by the Austrian philosopher and extended by him to socio-political analysis. We will conclude with a brief analysis of criticisms developed by commentators, highlighting Anthony Quinton (1925-2010), who, observing Popper's comments on the philosophies of Plato, Hegel and Marx, given as the main enemies of open society, doubts a strong connection between historicism and totalitarianism and considers that none of these three thinkers was totalitarian. Plato and Hegel would be, at most, promoters of an authoritarian project of power. In the same way, we will see the main guidelines of Burleigh Taylor Wilkins's (1932-2015) criticism of Popperian anti-historicism, within the question about a possible meaning of history, in his famous book *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History* (1978).

Keywords: Karl Popper. Epistemology. Political Philosophy

SUMÁRIO

Introdução	11
1 – Metodologia empírico-analítica: a epistemologia objetiva de Karl Popper	13
1.1. O Realismo como Pressuposto Metafísico	13
1.2. O problema da demarcação	18
1.3. Convencionalismo popperiano	22
1.4. Corroboração e verdade	24
2 – A epistemologia objetiva de Karl Popper e suas implicações políticas	31
2.1. O Problema da Interpretação Histórica	33
2.2. A tensão da civilização	43
2.2.1 A emergência da sociedade aberta	46
2.2.2. Sociedade aberta e dualismo crítico	50
2.2.3. Os inimigos pioneiros da sociedade aberta: o totalitarismo platônico	53
2.2.4 Os inimigos modernos da sociedade aberta: Hegel e as raízes do totalitarismo moderno	62
2.2.5. Marx como falso profeta	71
3 – Intervenção social e desenvolvimento humano: reformismo gradualista x utopismo	81
3.1. A Concepção Negativa de Estado	81
3.2. Mecânica social gradual x mecânica social utópica	91
Conclusão	99
Referências bibliográficas	113

INTRODUÇÃO

Em seu projeto de elaboração de uma epistemologia objetiva e não indutivista, Karl Popper admite que seu assentimento ao realismo metafísico foi uma importante solução para superar as principais dificuldades encontradas. Entre elas, encontra-se sua preocupação em rechaçar qualquer acusação de que estaria comprometido com o idealismo ou com a ideia de que todo o nosso conhecimento seria derivado – leia-se indutivamente derivado – das nossas experiências sensoriais. Ao recusar a vigente concepção justificacionista do conhecimento, abraçada pelo círculo de empiristas lógicos, o filósofo viu a crítica intersubjetiva das nossas alegações de conhecimento, dadas como hipóteses ou conjecturas, tendo em vista uma maior aproximação da verdade, como a via, *par excellence*, da evolução do saber científico.

Assim, levando-se em conta a consideração sobre o poderio da evidência negativa para pronunciar-se decisivamente acerca da universalidade das leis ou enunciados científicos – além das presentes e inflamadas discussões acerca da limitação do poder do Estado e da legitimidade e eficiência das instituições nas democracias liberais contemporâneas –, intentamos, neste trabalho, mostrar as implicações desse negativismo epistemológico também no pensamento popperiano.

Dado que a visão de mundo liberal apregoada em *A sociedade aberta e seus inimigos* concede à crítica uma relevância positiva no escrutínio de seus projetos, partiremos da premissa de que somos impotentes para acumular todo o saber disperso entre os inúmeros agentes de conhecimento. Do saber, detemos um mínimo recorte, isto é, conhecemos apenas alguns dos n mecanismos que movimentam a realidade. Tal fato exige que as nossas pretensões transformantes dessa mesma realidade sejam de cunho moderado. Tamanha modéstia epistemológica, anti-indutivista, acaba por revelar a sua incompatibilidade com teorias historicistas, ou seja, centradas na aceitação de um inflexível destino histórico, e com o utopismo. Sobre o assunto, discorreremos ao longo dos nossos segundo e terceiro capítulos. Antes, julgamos conveniente, no primeiro capítulo, apresentar os principais tópicos de epistemologia sobre os quais Popper se debruçou em suas principais obras.

Concluiremos com uma sucinta análise das críticas de alguns comentadores que, no último século, debruçaram-se sobre as reflexões políticas de Popper. Entre os tais, Anthony Quinton (1925-2010), que aponta uma possível fragilidade na conexão entre historicismo e totalitarismo, por Popper defendida ao analisar as filosofias de Platão, G.

W. F. Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883), e Burleigh Taylor Wilkins (1932-2015), que em *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History* (1978), discorre acerca de supostas dificuldades do anti-historicismo popperiano quando este se indaga sobre e nega alguma significação para a história, cujos fins seriam determinados por leis férreas de desenvolvimento – ainda que possamos, por livre decisão individual, impor, à história, fins nossos.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA EMPÍRICO-ANALÍTICA: A EPISTEMOLOGIA OBJETIVA DE KARL POPPER

1.1. O Realismo como Pressuposto Metafísico

“[H]á, decerto, mesmo antes de Descartes – sempre, de fato, desde Heráclito –, algumas insinuações de dúvida a respeito de que *nosso mundo comum talvez seja apenas nosso sonho*, sim ou não”.¹

A lógica da investigação científica,² obra basilar da metaciência popperiana, não possui enfoque metafísico. No entanto, Popper assume, em *O realismo e o objetivo da ciência*, seu pós-escrito à primeira, que o realismo metafísico subentende-se nas questões abordadas naquela.³ A convicção do filósofo austríaco era a de que a discussão crítica, no intento da maior aproximação da verdade, seria vazia sem uma realidade objetiva pressuposta, entendida por ele como “[...] um mundo que empreendemos descobrir, desconhecido, ou em parte conhecido: um desafio ao nosso engenho, à nossa coragem e à nossa integridade intelectual”.⁴

Segundo Roberta Corvi,⁵ Popper não se absteve de defender o que, em sua própria definição, eram teorias abertamente metafísicas – fato evidenciado pela sua defesa do realismo. O filósofo ainda assente que os cientistas, em seus programas de pesquisa, ainda que de forma inconsciente, emitem juízos ou tomam atitudes centradas em uma convicção metafísica. Um trecho de *A lógica da investigação científica* serve para evidenciar essa posição:

[...] não se pode negar que juntamente com as ideias metafísicas que obstruíram o avanço da ciência existiram outras – tais como o atomismo especulativo – que a auxiliaram. E, olhando a questão sob o

¹ POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Itatiaia. EDUSP, 1975, p. 46, destaques do autor.

² POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”. In *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução e seleção de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1975, pp. 263-384.

³ “O realismo metafísico não é uma tese da *L. Sc. D.*, nem em parte alguma desempenha o papel de um pressuposto. E, no entanto, está lá, e está muito presente. Constitui uma espécie de pano de fundo que dá corpo à [...] nossa busca da verdade” (POPPER, K. R. *O realismo e o objetivo da ciência*. Tradução de Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1987, p. 106).

⁴ *Ibid.*, pp. 106-7.

⁵ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Translated by Patrick Camiller. London and New York: Routledge, 1997.

ângulo psicológico, estou inclinado a pensar que a investigação científica é impossível sem a fé em ideias que possuem uma índole puramente especulativa, algumas vezes até mesmo bastante nebulosa; uma fé que é completamente desnecessária do ponto de vista da ciência, e que, nessa medida, é “metafísica”.⁶

Nesse contexto, Popper procura deixar claro, em *O realismo e o objetivo da ciência*, que sua pressuposição do realismo metafísico evidencia uma preocupação de rechaçar acusações de estar compromissado, em *A lógica da investigação científica*, com o idealismo, ou com a ideia de que tudo o que podemos conhecer é derivado, indutivamente, das nossas experiências sensoriais. Sua pretensão, no entanto, não é demonstrar a validade do realismo, que se configura como irrefutável pelo fato de ser uma teoria metafísica. O que ele julga não ser irrelevante apontar são alguns problemas metafísicos que, enquanto tais, relacionam-se com o estatuto e a estrutura do conhecimento científico. Com isso, ele busca apresentar, esquematicamente, argumentos favoráveis, ainda que não conclusivos, em favor do realismo contra posturas idealistas imbricadas na tradição epistemológica. De acordo com Popper, a intenção dos filósofos empiristas, de Francis Bacon (1561-1626) a David Hume (1711-1776), indo à Stuart Mill (1806-1873) e Bertrand Russell (1872-1970), era prática e realista, no entanto as epistemologias subjetivistas sustentadas por cada um desses teóricos encontravam-se em contradição com as intenções realistas que possuíam.⁷ Não sustentaram que a experiência tenha o papel importante, e limitado, de testar as teorias que elaboramos; mas que todo o nosso conhecimento, conforme já apontado, é derivado das nossas experiências sensíveis, equivalendo “derivado” a “indutivamente derivado”.

Essa posição dos idealistas, ou filósofos de crença, acaba por encaminhar à ideia de que o nosso conhecimento há de ser da nossa experiência sensível presente ou da nossa experiência sensível passada. Em outras palavras, tudo o que conhecemos é aquilo que está a passar pela nossa mente.⁸ Consoante a posição popperiana, essa base subjetiva impossibilita a construção de teorias objetivas, ou seja, enunciados universais

⁶ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”, pp. 272-73.

⁷ POPPER, K. R. *O realismo e o objetivo da ciência*, p. 107. Ao referirmos a essas epistemologias, temos por pressuposto serem elas “subjetivistas” pelo fato de procurarem definir a verdade em termos das fontes ou origens das nossas crenças, ou em termos de nossas operações de verificação, de algum dado conjunto de regras de aceitação ou em termos da qualidade das nossas convicções subjetivas (POPPER, K. R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”. In *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, pp. 241-74).

⁸ Ao leitor interessado em ainda mais detalhes sobre o embate popperiano com as epistemologias tradicionais, sugerimos a leitura do apêndice de *Conhecimento objetivo: O balde e o holofote: duas teorias do conhecimento*, pp. 313-32.

passíveis de serem confrontados com a realidade empírica. O mundo torna-se, assim, a totalidade das nossas ideias, das nossas opiniões ou dos nossos sonhos:

Pois, na visão de Popper, não é o lado subjetivo do conhecimento – as disposições corporais pelas quais o sujeito conhecedor acredita em determinadas teorias com maior ou menor força – o que deveria interessar ao filósofo. Pelo contrário, é o lado objetivo – o conteúdo lógico das ideias, conjecturas ou suposições, de teorias tornadas públicas e discutidas, que devem ser avaliadas não em termos da certeza que nos despertam, mas em virtude de sua resistência à tentativa de refutação.⁹

Tamanha dissensão fica ainda mais evidenciada se considerarmos a exposição feita por Popper, em uma palestra de 1967,¹⁰ daquilo que denominou por Mundo 3, no qual se encontram presentes o que é por ele denominado “conteúdos objetivos de pensamento”, em contraste com os Mundos 1 e 2, respectivamente o mundo das entidades físicas e o mundo das entidades psicológicas. No terceiro mundo, encontram-se os argumentos críticos objetivos e os problemas objetivos. Tendo as epistemologias idealistas focado no Mundo 2, ou no saber em um sentido subjetivo, acabaram elas por incorrer em irrelevâncias, dado que o conhecimento científico não é representado pelas expressões “eu sei” ou “tive uma nova ideia” em seus usos corriqueiros.

Consequentemente, a forma mais forte de epistemologia idealista é o solipsismo.¹¹ Ela sustenta que nada podemos conhecer acerca de outros espíritos de forma direta. Popper, na contramão, traça uma analogia com o argumento cartesiano segundo o qual um espírito finito e imperfeito não pode criar, a partir de si mesmo, a ideia de Deus, a fim de defender a existência de outros espíritos. Esse argumento estabelece uma extensão com o mundo da nossa experiência: não criamos o mundo no qual habitamos, e a nossa imaginação é incapaz de originar o que pertence a ele; inclusive o que há de mais belo.

Dessa maneira, Popper afirma que o realismo é tão manifestamente verdadeiro que um argumento a seu favor chega a ser de aparente banalidade e caducidade.¹² Contudo, não é justo asseverar que os filósofos idealistas não tratavam de algum

⁹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*, p. 82. Tradução minha.

¹⁰ “Epistemologia sem um sujeito conhecedor”. In POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*, pp. 108-50.

¹¹ POPPER, K. R. *O realismo e o objetivo da ciência*.

¹² “Há nele uma certa banalidade e uma certa caducidade que me fazem lembrar um pouco um hábito que eu detesto: o de filosofar sem um verdadeiro problema.” (Ibid., p. 110).

problema real. Interessavam-se pela justificação positiva do nosso conhecimento, deixando, todavia, de salientar importantes questões:

Mas quem é que, dos filósofos idealistas, alguma vez salientou que mesmo [que] o realismo fosse verdadeiro nunca poderia ser justificado no sentido deles, tal como não se poderia justificar o idealismo se o realismo fosse falso? E que, por conseguinte, a impossibilidade de <<justificar>> o realismo não diz nada contra a verdade deste? E qual deles, dos filósofos idealistas, tornou claro que, uma vez que esta situação caracteriza a estrutura lógica do problema, é, evidentemente, perfeitamente fútil usar, como argumento contra o realismo, o facto de este não poder ser <<justificado>> - ou qualquer argumento semelhante?¹³

Conforme visto acima, Popper aponta a irrefutabilidade e indemonstrabilidade tanto do idealismo quanto do realismo, expondo o carácter metafísico de ambas, ainda que dê a primeira como manifestamente falsa.¹⁴ Logo, como mencionamos, seus argumentos em favor do realismo, ainda que plausíveis, são inconclusivos, isto é, não o sabemos no sentido de conhecimento demonstrável ou testável. Por outro lado, tal fato é insuficiente para julgar o nosso saber como impensado ou irrazoável. Por conseguinte, Popper observa, com muita acuidade, que é suficiente para o metodólogo, como veremos em mais detalhes no decorrer do próximo subcapítulo, dar explicações que serão mais satisfatórias quanto mais severamente forem submetidas a novos testes empíricos. A pressuposição do realismo metafísico, nesse contexto, é dispensável a não ser intuitivamente. Dessa forma, considerar o realismo metafísico pode dar, ao cientista, algum encorajamento intuitivo, alguma esperança, mas nenhuma segurança de qualquer tipo.¹⁵

A aversão popperiana ao subjetivismo, como ressalta Roberta Corvi, apresenta-se como bastante compreensível caso pensemos em seu motivo de maior profundidade: a constatação de que o nosso conhecimento ostensivo é bastante incerto e, logo, não é realmente conhecimento, pelo menos no sentido grego de *episteme* em oposição à *doxa*.¹⁶ De acordo com a autora, no entanto, Popper desconsidera o fato de que René Descartes (1596-1650), suposto como o pai do subjetivismo moderno, negou qualquer

¹³ Ibid., p. 110.

¹⁴ O idealista pode lidar com qualquer refutação interpretando-a como um sonho e, para o realista, a refutação do realismo não passa de um sonho do idealista. A morte, para este, pode clarificar que enquanto vivíamos estávamos apenas a sonhar. Logo da irrefutabilidade do idealismo segue a indemonstrabilidade do realismo, e vice versa. (Ibid.).

¹⁵ POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*.

¹⁶ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

certeza imediata dos dados dos sentidos, tendo a ideia de buscar algo evidente, além de qualquer dúvida, conforme vemos em todo o caminho percorrido em suas *Meditações*.¹⁷ Popper também nega qualquer certeza provida dos dados sensoriais, porém se resignando a admitir a natureza incerta e provisória de todo o nosso conhecimento. Tal situação nos leva a constatar que ele compartilha da visão do racionalismo moderno de que os nossos sentidos nos enganam, não sendo eles, portanto, uma fonte confiável de conhecimento. Contudo, enquanto o racionalismo clássico encontrou na razão um amparo suficiente para contrapor as distorções que advêm das impressões sensoriais, o racionalismo crítico popperiano descobre nela uma função mais crítica do que construtiva.

1.2. O problema da demarcação

Tendo em vista o contorno crítico da teoria da racionalidade popperiana, esboçado acima, um dos problemas epistemológicos que Popper buscou resolver foi o da demarcação. Tal empreitada consiste na busca de um marco discriminador apropriado do caráter empírico de um sistema teórico, pondo-o à parte da matemática, da lógica e dos sistemas metafísicos.¹⁸

Consoante Alberto Oliva,¹⁹ diversos fatores conduziram Popper à tamanha busca. Um dos tais seria a inevitável oposição de uma ciência como a física, tida, por Popper, como grande referência ao longo de suas inquirições, e recentes modalidades de saber como o marxismo e a psicanálise, cujas proficuidades de suas explicações ainda estavam em análise. Outro era a relevância de demonstrar que a astrologia, a alquimia, diferentes formas de ideologias, mitos e interpretações metafísicas da realidade não possuem condições de figurarem como conhecimento científico. Vejamos, por exemplo, o que diz Popper sobre a postura dos astrólogos acerca das previsões que realizam:

Os astrólogos estavam muito impressionados e iludidos com aquilo que acreditavam ser evidência confirmadora – tanto assim que pouco se preocupavam com qualquer evidência desfavorável. Além disso, tornando suas profecias e interpretações suficientemente vagas, eram

¹⁷ Recomendamos DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento. v. 5. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. Esse volume contém introdução, resumo das seis meditações e comentários que poderão ser demasiado úteis ao leitor.

¹⁸ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”.

¹⁹ OLIVA, A. “Da atitude crítica à sociedade aberta”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Org. de Julio Cesar R. Pereira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 69-115.

capazes de explicar qualquer coisa que possivelmente refutasse sua teoria se ela e as profecias fossem mais precisas. Para escapar à falsificação, destruíram a “testabilidade” de sua teoria. É um truque típico do adivinhador fazer previsões tão vagas que dificilmente falham: elas se tornam irrefutáveis.²⁰

Conforme já é possível perceber no trecho supracitado, Popper rejeita a atitude que busca a confirmação de hipóteses ou sistemas teóricos com base na evidência positiva. O cerne do problema é que, e isso desdobraremos, tal metodologia centra-se na adoção da lógica indutiva. Nesse cenário, de acordo com Roberta Corvi, a busca de Popper por um critério de demarcação apropriado envia-se em três segmentos:

Em outras palavras, o problema pode ser estruturado em três segmentos: (1) o problema da demarcação estritamente chamado, que se destina a distinguir entre ciência e não ciência (primitiva, mágica, mitológica, metafísica); (2) o problema concernente à racionalidade do método científico; (3) o problema da aceitação de teorias para fins científicos ou práticos. Como veremos, as investigações de Popper nesses três problemas o levam não apenas a delinear uma nova concepção de ciência, mas também a tornar mais precisa a noção de racionalidade de toda tradição ocidental tanto na filosofia quanto na ciência.²¹

A comunidade científica confrontada por Popper pautava-se em descrições de experiências – resultados de uma observação ou experimento – para formular suas hipóteses ou leis universais. O cientista registra, de forma sistemática, suas descobertas e divulga-as; e, talvez, ele e demais pesquisadores da mesma área acumulam uma quantidade de dados comuns. Com o crescimento do número desses dados, começam a formular hipóteses gerais cujas confirmações estão na evidência empírica.²² Destarte, dizer que conhecemos a verdade dessas hipóteses – que, considerando a forma lógica, são elas enunciados de universalidade irrestrita –, pela experiência equivale a afirmar que é possível, de algum modo, reduzir a verdade delas à de enunciados singulares. Logo, de acordo com a exposição de *A lógica da investigação científica*, o problema da indução consiste justamente na questão de como justificar esses enunciados universais baseados na experiência e que constituem, justamente, o *corpus* explicativo das ciências empíricas.²³

²⁰ POPPER, K. R. “Ciência: Conjecturas e Refutações”. In *Conjecturas e refutações*, p. 67.

²¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*, p. 25. Tradução minha.

²² MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - EDUSP, 1974.

²³ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”.

Podemos observar apenas determinados eventos e apenas um número limitado deles. Entretanto, as ciências empíricas formulam *proposições universais*, por exemplo, as leis da natureza; proposições estas que devem ser válidas para um número ilimitado de eventos. Com que direito tais proposições podem ser formuladas? O que se quer dizer com tais proposições?²⁴

O trabalho de Hume foi fundamental para toda crítica responsável pelo abalo da concepção tradicional exposta.²⁵ O filósofo escocês assinalou que nenhum número de enunciados de observação singulares pode acarretar, logicamente, em um enunciado universal irrestrito. Se notarmos que uma ocorrência A vem acompanhada da ocorrência B, não se segue, necessariamente, que A volte a ser seguido de B em uma próxima ocasião. A crença em regularidades, portanto, configura-se como uma expectativa psicológica e não lógica.²⁶ Em todos os dias dos quais temos conhecimento, o sol nasceu, mas isso não é suficiente para assegurar que ele nascerá amanhã.²⁷ Um indutivista poderia objetar que, com base nas leis da física vigentes atualmente, é possível prever que o sol realmente nascerá amanhã. No entanto, tal tentativa de justificar a indução é viciosa uma vez que pressupõe a validade do próprio procedimento indutivo. A conclusão humeana foi de que embora não exista algum meio de assegurar a validade dos procedimentos indutivos, a constituição psicológica humana não oferece alternativas: uma vez que esse procedimento tem legitimidade prática, o adotamos. No entanto, isso não quer dizer que as leis científicas carecem de fundamentação racional, isto é, que não se apoiem na lógica e na experiência, ainda que ultrapassem tanto uma quanto a outra pelo caráter de universalidade irrestrita.

Popper considerava que a lógica indutiva está envolvida em dificuldades insuperáveis. Atrelada às mesmas dificuldades está a concepção de que as inferências indutivas, por mais que não sejam confiáveis, possuem certo grau de probabilidade ou confiabilidade. O que embasa essa alegação é que, se quisermos, de acordo com os

²⁴ POPPER, K. R. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 3, destaques do autor.

²⁵ MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

²⁶ Quanto aos problemas lógico e psicológico da indução apresentados por Hume e às reformulações e respostas que Popper oferece a eles, cf. *Conhecimento objetivo*, cap. 1. Uma exposição detalhada do assunto também está em VIEIRA, D. M. *Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017 (recurso eletrônico).

²⁷ Hume ainda observa em *An Enquiry*: “*Que o sol não nascerá amanhã* não é uma proposição menos inteligível, e não implica mais contradição, do que a afirmação de que ele nascerá. Devemos em vão, portanto, tentar mostrar a sua falsidade. Se fosse demonstrativamente falso, implicaria uma contradição e nunca poderia ser concebida de maneira diversa pela mente.” (HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican. Oxford University Press, 2007. p. 18, destaques do autor. Tradução minha).

indutivistas, encontrar uma forma de justificar essa modalidade de inferência, deveríamos estabelecer um princípio de indução. Este seria um enunciado que ajudaria a colocarmos as nossas generalizações irrestritas a partir de dados experimentais em uma forma logicamente aceitável. Para isso, deveria ser um enunciado sintético, isto é, cuja negação é logicamente possível, não implicando em uma contradição.²⁸

O cerne da dificuldade está em semelhante princípio ser um enunciado universal e, portanto, se consideramos que podemos conhecer sua verdade a partir da experiência, então os mesmos problemas que causaram a sua introdução reaparecem. Nessa situação, deveríamos empregar outra inferência indutiva para justificar esse princípio e, feito isso, deveríamos também justificar o enunciado utilizado para essa justificação, recaindo em uma regressão infinita.²⁹

Na mesma situação, encontra-se o apelo à probabilidade ou a graus de confiabilidade. De acordo com Popper, tal recorrência nem toca nas dificuldades levantadas, uma vez que também deveríamos empregar um princípio de indução para justificar a decisão de considerar determinada inferência indutiva como provável ou confiável. A conclusão popperiana é de que, se tratando de lógica indutiva, é impossível evitar uma regressão infinita ou uma doutrina do apriorismo.

Logo, vimos que Popper depara-se, ao buscar um critério de demarcação adequado entre ciência e não ciência, com essas dificuldades intrigantes que envolvem o emprego da lógica indutiva. Constata, assim, que o método indutivo não proporciona um marco discriminatório apropriado do caráter empírico e do não empírico de um sistema teórico.

A decorrência é que os positivistas interpretam o problema da demarcação “de uma maneira naturalista; interpretam-no como se fosse um problema da ciência natural”.³⁰ Tal posição significa que, para esses empiristas, a diferença entre ciência empírica e metafísica encontra-se na natureza das coisas. Isso os leva a assumir um critério de significação, a verificabilidade, que coincide com o critério indutivista de

²⁸ Se, ao contrário, um princípio de indução fosse um enunciado analítico, todas as inferências indutivas dos cientistas empíricos seriam transformações puramente lógicas ou tautológicas (POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”, p. 264).

²⁹ Vemos, assim, que a indução de uma lei da natureza exige um princípio de indução de primeira ordem, isto é, um enunciado sobre as leis da natureza e de tipo superior a estas e, além disso, exige um princípio de indução de segunda ordem, ou seja, um enunciado sobre princípios de indução de primeira ordem e de tipo superior a estes. Isso ainda não é suficiente: a exigência desse segundo princípio leva à necessidade de outro que seja de ordem superior para justificá-lo. Logo, temos uma regressão infinita. Para mais detalhes, cf. POPPER, K. R. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*, pp. 39-46.

³⁰ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”, p. 270.

demarcação. De acordo com tal critério, os enunciados seriam dignos de ser denominados “empíricos” caso fossem passíveis de verificação, positiva, pela experiência. A convicção de Popper, no entanto, é de que justamente ao ser levantado, o problema da indução fez essa proposta “cair por terra”,³¹ uma vez que, se as leis científicas são entendidas como enunciados universais, sendo irreduzíveis logicamente aos enunciados elementares da experiência, então, verificá-las, caso por caso, é impossível.³²

Portanto, Popper constata que, paradoxalmente, por não traçar uma linha discriminatória apropriada entre enunciados empíricos e metafísicos, o positivismo levou à “invasão da metafísica no reino científico”.³³ O filósofo vê na falseabilidade uma saída digna para separar esses tipos de enunciados: uma teoria deve fazer afirmações que se choquem com observações; devendo ser constantemente submetida a testes empíricos.

Tais testes devem ser entendidos não como tentativas de verificação desses enunciados, mas de refutação.³⁴ As constantes confirmações obtidas por alguns teóricos, entre eles os psicanalistas, como provas de suas teorias pareciam mais um obstáculo à genuína prática científica. A irrefutabilidade, portanto, não equivalia tanto a uma virtude de uma teoria, mas a um vício.³⁵ Popper passa a enfatizar a procura por desvantagens, fraquezas ou inconsistências a partir do confronto com dados empíricos em detrimento da busca famigerada por provas de qualquer teoria que, no caso das previsões astrológicas, podem ser reivindicadas até mesmo por conta de uma coincidência fortuita com a realidade.

³¹ Ibid., p. 271.

³² Ele deixa claro na seção 25 de *A lógica da investigação científica*, ao tratar detalhadamente do problema da base empírica, que os universais que aparecem em um enunciado científico não podem ser relacionados com as nossas experiências sensoriais. Já é sabido, desde os primórdios da filosofia, que toda descrição emprega nomes universais e, contesta Popper, nas leis científicas estão expressos determinados entes empíricos ou corpos físicos que exibem um comportamento semelhante a uma lei e que são designados a partir desses nomes. Não podendo os nomes universais ser reduzidos a classes de experiências sensoriais, ele afirma a impossibilidade da verificação de leis científicas (Ibid.).

³³ Ibid., p. 271.

³⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*, p. 25. Justamente por ser irrefutável e indemonstrável, conforme discorremos no subcapítulo anterior, Popper preferiu denominar seu pressuposto realista como “metafísico” ao invés de “científico” – dado que essa segunda nomeação também se faz possível (POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*).

³⁵ Como aponta Oliva, e veremos em maiores detalhes no próximo capítulo, Popper rejeita o verificacionismo por encará-lo como via para atitudes epistemológicas dogmáticas capazes de também ensejarem soluções autoritárias para problemas dos âmbitos prático e político da vida social, soluções essas que são letais à constituição e reprodução da Sociedade Aberta (“Da atitude crítica à Sociedade Aberta”, p. 73).

Convicto de que sua proposta da falseabilidade apoia-se em uma assimetria com a verificabilidade, Popper argumenta que esse seu critério é capaz de definir a ciência em relação a outras formas de conhecimento de uma forma que a indução seja “um ponto fora da curva”. Essa assimetria resulta, de acordo com *A lógica da investigação científica*, da forma lógica dos enunciados universais, dados não como suscetíveis de verificação conclusiva pelos enunciados singulares, mas como passíveis de serem contraditados pelos últimos.³⁶ Dessa forma, valendo-se do *modus tollens* da lógica clássica, é possível provar a falsidade dos enunciados universais mediante os singulares – também denominados como “básicos”.³⁷

Por conseguinte, no modelo de racionalidade popperiano, o que caracteriza o método empírico é sua maneira de expor ao falseamento, de todos os modos possíveis, qualquer teoria ou sistema teórico.³⁸ Popper acredita que, com isso, também havia oferecido uma solução ao problema da indução de Hume, ou seja, como aqui apontamos, o da validade das leis naturais. Esse problema eclode através da aparente contradição existente entre a tese fundamental do empirismo, a de que apenas a experiência pode decidir, de forma conclusiva, quanto à verificação dos enunciados empíricos, e o problema que Hume apresentou: o de as inferências indutivas carecerem de justificação lógica. Tal solução baseia-se na renúncia da tese empirista e na aceitação de que os enunciados empíricos são decidíveis em um único sentido: submetendo-os à “mais feroz luta pela sobrevivência”³⁹ a partir de tentativas frequentes e sistemáticas de falseá-los.

³⁶ POPPER, K.R. “A lógica da investigação científica”.

³⁷ Conforme mostramos em nosso *Popper, verdade e progresso científico*, a adoção de enunciados básicos implicou em uma série de problemas. Admitindo Popper que os enunciados científicos são dotados de objetividade, os enunciados singulares, que descrevem uma ocorrência, também devem ser dotados de objetividade e, assim, passíveis de teste, uma vez que a ciência não dispõe de enunciados definitivos. Porém, se os enunciados científicos só podem ser corroborados por outros enunciados, não estaria ele recaindo no mesmo procedimento da lógica indutiva? Para resolver esse problema, Popper distinguiu entre “ocorrência” e “evento”. Uma ocorrência é descrita por uma classe de enunciados singulares que são equivalentes entre si (um enunciado do tipo “Aqui está quente” tem como equivalente o enunciado “Está quente em Nova Iguaçu no dia 6 de abril de 2019”). Afirmamos, portanto, que essa classe serve como premissa para a refutação de uma teoria. O evento, por outro lado, expressa o que há de universal em uma ocorrência: o universal da ocorrência “Liguei agora o ventilador” é o evento “Ligar o ventilador”. Para Popper, uma teoria científica exclui não apenas uma ocorrência, mas, necessariamente, um evento. Além disso, uma teoria só pode ser substituída por outra que tenha maior nível de universalidade, isto é, que mais resistiu aos testes ao qual foi submetida e que pode abranger a sua anterior.

³⁸ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”.

³⁹ *Ibid.*, p. 276.

1.3. Convencionalismo popperiano

A rejeição da abordagem subjetivista, conforme mostramos em 1.1, impugna a proposta de que a epistemologia possui a tarefa de efetuar uma “reconstrução racional”⁴⁰ dos passos que levaram o cientista à descoberta de alguma nova verdade. A razão disso está no fato, de acordo com Popper, de que a investigação dos processos envolvidos nos estímulos de uma inspiração e ao longo da realização de um projeto cabe à psicologia empírica e não à lógica do conhecimento. Portanto, a análise lógica do conhecimento é capaz de nos apresentar um “esqueleto lógico do procedimento de teste”⁴¹, rejeitando quaisquer outras peculiaridades dos investigadores envolvidos.

Em que pese evitar a descrição de procedimentos de cunho psicológico envolvidos na realização de um projeto científico, a metaciência popperiana caracteriza-se por sua ênfase em regras de procedimento dadas como convenções e tidas como “as regras do jogo da ciência empírica”.⁴² Popper apresenta duas que lhe são fundamentais:

- (1) Em princípio, o jogo da ciência não tem fim. Aquele que decidir que os enunciados científicos não exigem nenhum teste posterior, e que se pode considerá-los como finalmente verificados, sai do jogo.
- (2) Uma vez que se propôs e testou uma hipótese e que se provou sua têmpera, não se pode permitir que ela seja eliminada sem “boas razões”. Uma “boa razão” pode ser, por exemplo, substituição de uma hipótese por outra mais testável; ou o falseamento de uma das consequências da hipótese.⁴³

Popper assevera que tais exemplos mostram como as regras metodológicas diferem das da lógica pura. De acordo com ele, embora a lógica pura possa estabelecer critérios a fim de decidir se um enunciado é ou não testável, ela não se preocupa em saber se alguém se esforça para testá-lo. Dessa forma, em analogia com as regras do xadrez, pelas quais tal jogo é definido, diz que a ciência empírica também pode ser definida por via de suas regras metodológicas: primeiramente, estabelecendo uma “regra suprema” que designará as outras regras do procedimento científico, evitando que alguma delas proteja do falseamento qualquer enunciado.⁴⁴

⁴⁰ Ibid., p. 267.

⁴¹ Ibid., p. 267.

⁴² Ibid., p. 284.

⁴³ Ibid., pp. 284-85.

⁴⁴ O nosso *Popper, verdade e progresso científico* também apresenta uma pormenorizada exposição do embate popperiano com a filosofia convencionalista, de acordo com as quais as leis da natureza são criações arbitrárias da comunidade científica e impostas por convenção, podendo ser o falseamento das mesmas ser evitado pelo emprego de hipóteses *ad hoc*. Além disso, mostramos como ela contribuiu com

Vê-se, assim, que as regras metodológicas se conectam com o critério de demarcação adotado com a finalidade de assegurar a aplicabilidade do procedimento de teste:

Na visão de Popper, “epistemologia ou lógica da descoberta científica, dever ser identificada com a teoria do método científico” (LSD:49). Ao mesmo tempo, porém, “o conhecimento científico é meramente um desenvolvimento do conhecimento comum ou do conhecimento do senso comum” (LSD:18), e se o primeiro é preferível ao posterior, isso é apenas porque pode ser estudado mais facilmente quanto às evidências e por amplificar os problemas típicos de qualquer forma de conhecimento. Mas a metodologia não é “uma disciplina empírica, a ser testada, talvez, pelos fatos da história da ciência. É, antes, uma disciplina filosófica – metafísica – talvez, em parte, até uma proposta normativa” (P1: xxv).⁴⁵

Uma conexão sistemática entre as regras viabiliza uma teoria do método.⁴⁶ Ainda que possamos averiguar um “ar de dogmatismo”, na fixação de uma “regra suprema” – que se configura como um princípio de continuidade do falseamento – Popper está convicto de que não devemos esperar que a metodologia nos apresentasse “verdades profundas”.⁴⁷ O que temos é um conjunto de convenções que pode auxiliá-los a esclarecer e resolver alguns problemas, inclusive os de grande alcance. Destarte, somente a partir das consequências dessa definição de ciência empírica e da fidelidade às regras metodológicas será o cientista capaz de ver os limites de execução de seus empreendimentos:⁴⁸

Este método de detectar e resolver as contradições aplica-se no interior da própria ciência, mas possui uma importância particular para a teoria do conhecimento. Se existe algum método através do qual se pudesse justificar aquelas convenções metodológicas e provar seu valor, é esse método.⁴⁹

o relativismo cognitivo acerca da ciência. Uma grande referência dessa filosofia é o físico Henri Poincaré (1854-1912).

⁴⁵ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*, p. 19. Tradução minha.

⁴⁶ POPPER, K.R. “A lógica da investigação científica”.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 285.

⁴⁸ Em seu *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 49, Julio Cesar R. Pereira diz que, com essa abordagem, a epistemologia popperiana deveria nos permitir: “(1º) A identificação das incongruências das outras concepções de conhecimento; (2º) O relacionamento dessas incongruências aos fundamentos destas teorias; (3º) Não apresentar problemas de fundamentação no que se refere às questões que se propõe a resolver.”.

⁴⁹ POPPER, K.R. “A lógica da investigação científica”, p. 286.

1.4. Corroboração e verdade

Conforme vimos nos dois últimos subcapítulos, a teoria da racionalidade popperiana rejeita a verificabilidade como critério distintivo entre enunciados empíricos e metafísicos. A verificabilidade funciona como fundamentação de enunciados dados como “significativos”, que, ao lado da lógica e da matemática pura, dominios em que o verdadeiro é tautologia e o falso, contradição, formavam o *corpus* do nosso conhecimento à parte do que era dado como *nonsense*; isto é, enunciados que, como os da metafísica, não são passíveis de verificação pela nossa experiência.

Nesse caminho, a lógica da ciência por Popper esboçada, em caráter primário, em resposta a essa posição e às dificuldades da lógica indutiva, evitava o uso dos conceitos de verdadeiro e falso; substituindo-os por considerações lógicas ligadas às relações de derivabilidade.⁵⁰ Tal postura permitia dizer que um enunciado científico *p* deriva da conjunção, não contraditória, dos enunciados *t* e *b*, conforme a estrutura do *modus tollens*, dispensando a atribuição do conceito “verdadeiro” a quaisquer desses enunciados.

Como consequência disso, Popper apresenta a diferença entre verdade e corroboração. Avaliar um enunciado como corroborado ou como não corroborado é uma avaliação lógica e, deste modo, atemporal, uma vez que assevera certa relação lógica entre um dado sistema teórico e um conjunto de enunciados básicos que foram aceitos. No entanto, o filósofo austríaco ressalta que jamais podemos dizer que um enunciado é, em si mesmo, “corroborado” da mesma maneira que podemos dizer que ele é “verdadeiro”. Só é possível dizermos que um enunciado encontra-se corroborado em relação a um sistema de enunciados básicos aceitos em determinada época ou ponto particular do tempo. Ele diz: “‘A corroboração que uma teoria recebeu até ontem’ não é *logicamente idêntica* à ‘corroboração que uma teoria recebeu até hoje’”.⁵¹ Destarte, podemos ver que a toda avaliação de corroboração está ligado um subscrito de temporalidade: a data ou época de sua aceitação.⁵²

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid., p. 379, destaques do autor.

⁵² Diferentemente, “verdadeiro” e “falso”, que são valores de verdade, estão livres dos subscritos de temporalidade. Uma vez que para um único enunciado podem existir diferentes valores de corroboração, e todos eles podem ser concomitantemente “corretos” ou “verdadeiros”, pelo fato de serem logicamente deriváveis da teoria e dos enunciados básicos aceitos em datas diferentes. Tamanha diligência do filósofo austríaco em diferenciar tais noções ajuda a contrastar sua concepção com a pragmatista, que define a “verdade” em termos do sucesso de teorias. Concorde-se com a identificação entre o exame lógico de seus sucessos e sua corroboração, mas dando como inteiramente problemática a identificação entre o

Até aqui, então, foi possível vermos que é possível falar da ciência, de seu progresso e de seu critério de progresso evitando fazer uso do conceito de verdade.⁵³ Esse comportamento alterou-se quando Popper conheceu a teoria semântica de Alfred Tarski (1901-1983), dada, em sua leitura, como uma teoria da correspondência entre afirmações e fatos aos quais elas se referem. A maior realização de Tarski, a seu ver, foi ter reabilitado a teoria da verdade objetiva ou absoluta, que na época da redação de *A lógica da investigação científica* e dos escritos que compõem *Os dois problemas fundamentais*, encontrava-se sob suspeita. Conquanto, quais foram as maiores razões para tal desânimo no trabalho inicial popperiano?

Roberta Corvi diz que não podemos esquecer que a verdade não é apenas difícil de ser alcançada, mas também de ser definida e que, na época referida, Popper já tinha consciência de tamanho problema.⁵⁴ Ele se sentia tão pouco à vontade com essa situação que, como vimos, evitou fazer uso das noções de “verdadeiro” e “falso”. A noção de verdade entre correspondência e fatos, diz a autora, é a ideia do senso comum, porém não é fácil explicar filosoficamente a relação entre um fato e uma assertiva sobre o mesmo – isto é, entre uma entidade linguística e uma extralinguística. Popper, em sua juventude, não estava feliz com a visão do *Tractatus*, de Ludwig Wittgenstein (1889-1951), da linguagem como um espelho da realidade e, ainda menos, com a teoria da correspondência entre designações e objetos designados, apresentada por Moritz Schlick (1882-1936) em sua *Erkenntnislehre*.⁵⁵ O ensaio de Tarski,⁵⁶ no entanto, acabou por mostrar, de forma convincente, que a tão disputada “correspondência” está relacionada tanto à descrição das afirmações quanto à descrição dos fatos, e é expressa por outro tipo de afirmação superior, em patamar hierárquico, do das afirmações sobre os objetos reais. Essa linguagem, que permite que falemos não apenas dos fatos, mas das afirmações sobre eles, denomina-se “metalinguagem semântica”.

Dada como reabilitada a noção de “correspondência” entre fatos e as assertivas sobre eles a partir dessa distinção entre metalinguagem semântica e linguagem objeto,

conceito de corroboração e o de verdade. O mesmo também se aplica ao uso comum: podemos perfeitamente dizer que, até o presente momento, uma teoria está dificilmente corroborada ou não corroborada e não que é dificilmente verdadeira ou, ainda, falsa (POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”, p. 380).

⁵³ POPPER, K. R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”. In *Conjecturas e refutações*.

⁵⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

⁵⁵ Cf. *Conjecturas e refutações*, pp. 248-49.

⁵⁶ Popper refere-se à edição original: TARSKI, Alfred. *The semantic conception of truth*. In *Philosophy and Phenon. Research*, 4, 1943-4.

Popper afirma, sem receio, que o objetivo da ciência é a busca da verdade.⁵⁷ De acordo com o filósofo austríaco, somente a ideia da verdade permite falar, de maneira sensata, da possibilidade de uma discussão racional – uma discussão que procura descobrir os erros com sério intento de eliminá-los ao máximo. Destarte, a própria ênfase no erro possível implica uma noção de verdade objetiva, considerada como um padrão que não podemos atingir, mas estar cada vez mais próximos.⁵⁸

Com esse contorno, podemos constatar que a ideia de verdade exerce um papel regulador no âmbito da pesquisa científica. Popper, em *Conjecturas e refutações*, faz questão de enfatizar que, nesse cenário, não importa à ciência a simples verdade, mas uma verdade que seja interessante e que proponha profícuas soluções aos problemas em voga. Nas ciências naturais procura-se, então, a verdade com alto grau de capacidade explicativa:

Não nos contentamos com “dois mais dois é igual a quatro”, embora essa afirmativa seja verdadeira: se estamos diante de um problema difícil da topologia ou física, não recorremos simplesmente à tabuada de multiplicação. A mera verdade não basta; procuramos *soluções para os problemas*.⁵⁹

Sendo assim, Popper pergunta: “Podemos falar numa *melhor* correspondência?”⁶⁰ Ele acredita que, de forma simples, não podemos dispensar a ideia de uma melhor, ou pior aproximação da verdade: combinando as noções de verdade e conteúdo, o filósofo austríaco diz que não há dúvida em pensarmos, a propósito de uma teoria t2, que ela corresponde melhor aos fatos do que a sua antecessora, t1. Ele elenca as razões para isso:

- 1) Quando t2 faz afirmações mais precisas que t1 e que resistem a testes que também são mais precisos;

⁵⁷ POPPER, K.R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”. In *Conjecturas e refutações*, p. 255.

⁵⁸ Roberta Corvi observa que esse é outro ponto aparentemente problemático na visão popperiana da ciência, uma vez que ele não está comprometido com a concepção de que as teorias científicas sejam justificáveis ou verificáveis. Em *A lógica da investigação científica*, ele lembra que Kant usou o vocábulo “objetivo” para designar o conhecimento que fosse “justificável” independente das idiossincrasias do sujeito. Popper, porém, propõe uma redefinição: devemos pensar a objetividade de uma teoria científica em termos de sua testabilidade intersubjetiva. Dessa forma, passamos a pensar a objetividade desvinculada de uma observação neutra ou imparcial, mas em função do esforço crítico dos membros envolvidos em uma discussão (CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*).

⁵⁹ POPPER, K.R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”. In *Conjecturas e refutações*, p. 255, destaques do autor.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 257, destaque do autor.

- 2) Quando t2 considera ou explica mais fatos do que t1 (incluindo o item acima de que, em igualdade de condições, as afirmativas realizadas por t2 são de maior acuidade);
- 3) Quando t2 consegue descrever ou explicar fatos mais detalhadamente do que t1;
- 4) Caso t2 tenha resistido a testes que refutaram t1;
- 5) Se t2 sugere novos testes experimentais que não foram considerados antes da sua formulação (que, mesmo, sequer eram aplicáveis a t1);
- 6) Caso t2 permitiu acoplar ou relacionar entre si vários problemas que antes pareciam isolados.⁶¹

Tamanhas considerações, como Roberta Corvi bem observa, faz com que Popper introduza a noção de verossimilhança (*truthlikeness*) em sua teoria do método.⁶² Respondendo à confusão entre essa noção e a de probabilidade, que “remonta quase ao início da filosofia ocidental”,⁶³ Popper diz que a probabilidade, entendida em seu sentido lógico, representa uma noção de proximidade da certeza lógica ou da verdade tautológica por via de uma diminuição gradativa do conteúdo informativo. Por outro lado, a verossimilhança representa a ideia de aproximação da verdade compreensiva, combinando verdade e conteúdo,⁶⁴ enquanto a primeira combina a verdade com falta de conteúdo. Com isso, ele chega à fórmula:

$$Vs(a) = CtV(a) - CtF(a)^{65}$$

Portanto, admitindo a mensurabilidade do conteúdo de a, CtV(a) equivale à medida de seu conteúdo verdade e CtF(a) à de seu conteúdo-falsidade. Com isso, temos que CtV(a) cresce enquanto CtF(a) permanece no mesmo nível e este diminui enquanto CtV(a) não se altera. Tamanhas sutilezas mostraram-se fundamentais para compreendermos tamanha distinção entre as noções de verossimilhança e probabilidade e, não apenas, à de grau de correspondência com a verdade, sendo esta um ideal regulador da pesquisa científica.

Somando-se à verossimilhança, uma importante contrapartida metodológica, o trabalho de Tarski ainda foi, segundo Popper, fundamental para rechaçar a “desarrazoada” exigência de filosofias de critérios segundo a qual devemos ter critérios

⁶¹ Ibid.

⁶² CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

⁶³ POPPER, K.R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico” In *Conjecturas e refutações*, p. 263.

⁶⁴ Tal noção, portanto, é semântica. Diz respeito à relação entre as assertivas e os fatos aos quais elas fazem referência (Ibid.).

⁶⁵ Ibid., p. 259.

para saber do que estamos falando.⁶⁶ Tal exigência conduz ao relativismo ou ao ceticismo. Estabelecendo o uso da noção de verdade como correspondência entre assertivas e fatos, a teoria tarskiana culminou em um resultado lógico de grande interesse filosófico: da impossibilidade de um critério geral de verdade – ainda que um critério auxilie a tornar mais precisas as noções ou conceitos dos quais estamos tratando:

[...] os que insistem em que, sem um critério – um teste fidedigno – para a tuberculose, ou a mentira, ou a verdade, nada podemos significar com as palavras “tuberculose”, ou “mentira”, ou “verdade”, estão certamente errados. De fato, a construção de uma bateria de testes para a tuberculose, ou para a mentira, vem *depois* de havermos estabelecido – talvez apenas a grosso modo – o que entendemos por “tuberculose” ou por “mentira”.⁶⁷

Vimos neste capítulo, portanto, como a admissão do realismo metafísico foi de fundamental importância para a teoria do método popperiana encarar acusações de que estivesse compromissada com vertentes do idealismo. Além do mais, o oferecimento de um critério de demarcação adequado, fundado na falseabilidade, que respondesse às insuficiências do verificacionismo, fundado na lógica indutiva, foi fundamental para consolidar tamanha posição. Desembocando na leitura, por parte de Popper, da teoria semântica da verdade, de Tarski, como uma teoria da verdade objetiva ou absoluta, mostramos como a verdade, tomada como ideal regulador da pesquisa científica, tendo a compreensão de como nos aproximamos dela viabilizada pela noção de verossimilhança, foi fundamental para o enfrentamento de objeções de cunho subjetivista e para propiciar a visão da racionalidade como abertura à crítica. Essa edificação, como bem observou J. R. N. Chiappin, possui tanto uma dimensão positiva quanto negativa: positiva pelo comprometimento em propor teorias que encerram maior conteúdo, e, assim, maior universalidade; negativa por embasar a busca da verdade na eliminação do que, em constantes testes empíricos, mostra-se como falso.⁶⁸

⁶⁶ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Milton Amado. v. 2. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - EDUSP, 1974, p. 394 (adendo).

⁶⁷ *Ibid.*, p. 392, destaque do autor.

⁶⁸ CHIAPPIN, J. R. N. “Uma reconstrução racional da concepção popperiana de ciência: um termo médio entre o dogmatismo e o relativismo”. In: *Khronos: revista de História da Ciência*. n. 1. São Paulo: Humanitas, 2008, pp. 149-191.

CAPÍTULO II

A EPISTEMOLOGIA OBJETIVA DE KARL POPPER E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

No primeiro capítulo deste trabalho, buscamos fazer um inventário dos principais tópicos modeladores da teoria do método popperiana. A aceitação do realismo metafísico configura-se, nessa caminhada, como o principal ingrediente dessa metaciência objetiva que vê na possibilidade da crítica intersubjetiva a principal via de superação das suas dificuldades. Tamanha relevância é muito bem expressa por uma passagem de *O realismo e o objectivo da ciência*:

A discussão racional, isto é, a argumentação crítica com o interesse de nos aproximarmos da verdade, seria vazia sem uma realidade objectiva, um mundo que empreendemos descobrir, desconhecido, ou em parte conhecido: um desafio ao nosso engenho, à nossa coragem e à nossa integridade intelectual.⁶⁹

Tamanha ênfase no escrutínio intersubjetivo remete-nos à discussão que Popper desenvolve acerca do papel da tradição.⁷⁰ O nosso autor distingue entre duas maneiras de encará-la: (1) aceitando-a acriticamente e (2) assumir, diante da mesma, a atitude crítica. Esse último posicionamento exige que conheçamos e compreendamos uma tradição para criticá-la. Soma-se a essa distinção o fato de que, de acordo com Popper, não podemos libertar-nos inteiramente das tradições – “libertar-se” de uma tradição seria nada mais que aderir à outra. Contudo, podemos estar livres dos tabus impostos por dada tradição, isto é, é possível que reflitamos e que nos perguntemos se cabe a nós aceitá-los ou não. Esse problema, ao ver de Popper, é de demasiada importância para o seu racionalismo que, diferentemente do abraçado pelo cartesianismo, não encara o conhecimento como assentado em solidificadas e últimas proposições, verdadeiras e inabaláveis, mas que vê no exame crítico das nossas alegações de saber um instrumento de progresso.

Destarte, vemos que a ciência não se define meramente pelo seu verniz histórico, uma vez que se vincula intimamente ao segundo modo de encarar as tradições,

⁶⁹ POPPER, K. R. *O realismo e o objectivo da ciência*, pp. 106-7.

⁷⁰ POPPER, K. R. “Rumo a uma teoria racional da tradição”. In *Conjecturas e refutações*, pp. 147-60.

pressupondo o caráter social nelas imbricado. Conforme mostramos, a ênfase nessa avaliação intersubjetiva pressupõe a existência da comunidade científica, incumbida, é claro, de manter erguida a tradição de debate crítico das teorias propostas. Tamanha exigência reflete a conexão da gnosiologia popperiana com a realidade sociopolítica. O despontar da ciência, ao contrário da tradição de primeira ordem, dos povos primitivos, pautada na aceitação e repasse acrítico de mitos que se destinavam à compreensão do cosmos, é visto como uma forma genuína de libertação do homem de crenças obsoletas que o estagnavam e o reprimiam. Nessa situação, faz-se importante a defesa de regimes ou formas de governar que estejam compromissadas em salvaguardar a liberdade:

A ciência e, mais especialmente, o progresso científico são resultados não de esforços isolados, mas da *livre competição entre ideias*. A ciência requer competição cada vez maior entre hipóteses e testes cada vez mais rigorosos. E as hipóteses em luta reclamam representação pessoal, por assim dizer: elas precisam de advogados, de um tribunal e até mesmo de público. Essa representação pessoal há de ser institucionalmente organizada, se desejarmos garantir que ela funcione. Essas instituições têm de ser financiadas e protegidas pela lei. Em última instância, o progresso depende largamente de fatores políticos; de instituições políticas que salvaguardem a liberdade de pensamento: de democracia.⁷¹

De tal maneira, Popper, um pensador da liberdade, como bem o caracteriza Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), teria, pela lógica de seu pensamento – baseada na tradição reconhecidora das limitações de nossa razão –, de rechaçar tanto teorias holísticas preconizadoras da predeterminação das partes pelo *todo* quanto os modelos de “sociedades fechadas” ou de governo centralizado que marcaram o tribalismo arcaico e regimes totalitários modernos. Popper, portanto, trata de conciliar racionalismo e tradição. Vemos, também, que o racionalismo crítico, voltado ao trato de questões políticas, não pode se compadecer com as teorias supracitadas por estarem alicerçadas na crença da posse de uma verdade total e que se enaltecem como desveladoras de um suposto sentido objetivo da vida e da história:

[...] o filósofo da ciência se encontra com o filósofo da política: num e noutro caso é preciso enfrentar as teorias – ou as tradições – submetendo à prova de refutação, a fim de garantir sua permanência

⁷¹ POPPER, K. R. *The Poverty of Historicism*. Boston: The Beacon Press, 1957. pp. 153-54, destaques do autor. Tradução minha.

temporária ou para substituí-la por algo melhor, isto é, algo que satisfaça mais completamente os anseios humanos por uma vida melhor ditada pela razão.⁷²

Em vista de tamanha necessidade, buscaremos mostrar como esse entrelaçamento entre realismo e racionalismo modelou as principais abordagens popperianas relacionadas à filosofia social e política. Antes, apresentaremos algumas considerações de ordem metodológica quanto às viabilidades e barreiras de uma interpretação histórica. *Ex positis*, faremos, no segundo, terceiro, quarto e quinto tópicos, um exame da racionalidade grega a fim de mostrar como se deu, em seu seio, o despontar da sociedade aberta e os conflitos engendrados com esse seu nascimento. Assim, a obra de Platão, ao demonstrar, aos olhos de Popper, sua oposição ao individualismo igualitário e sua defesa do Estado tribal, configura-se como grande espelho da tensão da civilização, marcada pela perplexidade em relação à cada vez maior ênfase na responsabilidade moral pessoal.

Em seguida, tematizaremos os modernos inimigos da sociedade aberta: Hegel e Marx – sendo que o primeiro representa, sob a ótica popperiana, o elo totalitário entre antiguidade e modernidade. Já no terceiro capítulo, apresentaremos a concepção negativa de Estado abraçada por Popper e sua defesa da mecânica social gradual em oposição aos métodos holísticos. Ambas são – assim estamos dispostos a defender – corolários de sua própria gnosiologia e fazem parte da sua aposta de que “[d]evemos marchar para o desconhecido, o incerto e o inseguro, utilizando a razão de que pudermos dispor para planejar tanto a segurança *como* a liberdade”.⁷³

2. 1. O Problema da Interpretação Histórica

Para Popper, rememora Philip Parvin, o historicismo caracteriza-se, principalmente, pela afirmação de que o papel apropriado do cientista social é buscar as leis históricas que determinem a natureza e são constituintes de uma sociedade (perspectiva de acordo com a qual a sociologia é um estudo teórico da história).⁷⁴ Ao iniciar a conclusão de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper lembra ao leitor que não pretendeu escrever, ao longo dos capítulos componentes da obra, uma história

⁷² BARROS, R. S. M. “Karl Popper: a busca inacabada”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*, p. 20.

⁷³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 217. Destaque do autor.

⁷⁴ PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*. v. 14. Edited by John Meadowcroft. Continuum Books, 2010.

completa da filosofia historicista.⁷⁵ Ao contrário, ele vê o seu trabalho como uma espécie de introdução crítica à filosofia da sociedade e da política que leva em conta a primazia das abordagens historicistas, há muito demasiado influentes nesse âmbito de reflexão.⁷⁶

Popper ressalta que na discussão à qual se propôs, admita-se ou não, sempre há um forte elemento pessoal. Tal constatação, no entanto, não significa que a maior parte *d'A sociedade aberta e seus inimigos* seja constituída por meras opiniões. Ele observa que sempre, ao tratar de assuntos morais ou políticos, buscou tornar claro o caráter pessoal de suas propostas ou decisões. A seleção do tema tratado, diz, é uma questão de escolha pessoal em extensão muito maior do que no âmbito de um tratado científico. Conquanto, essa diferença é uma questão de grau. Mesmo uma ciência, diz, não é um corpo de fatos *tout court*. Ela será, no mínimo, uma coleção, e, como tal, dependerá do ponto de vista do colecionador. O interesse desse colecionador, o cientista, é determinado por uma teoria científica, isto é, esse pesquisador escolhe, dentre infinitos e variegados aspectos factuais, aqueles que são interessantes, uma vez que ligados a uma dada teoria científica preconcebida.

A partir dessas considerações, os convencionalistas concluem que a ciência sempre está a argumentar em círculo, dado que nos é possível apenas extrair de nossa experiência factual aquilo que nós mesmos pusemos nela sob a forma de teorias. Para Popper, no entanto, esse argumento não é sustentável, pois embora selecionemos fatos que se relacionam com determinada teoria preconcebida, não procede que optemos por aqueles capazes de confirmá-la e repeti-la: o método científico, reforça, consiste na procura de fatos que possam refutar essa teoria. Essa concepção da lógica da pesquisa científica é corroborada pela história da ciência, que mostra que as teorias são amiúde derrubadas por experimentações e que essas derrubadas são, na verdade, o veículo do progresso científico.⁷⁷

⁷⁵ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 267.

⁷⁶ “Difícilmente é possível, portanto, comentar sua história [da filosofia historicista] sem discutir os problemas fundamentais da sociedade, da política e da moral” (Ibid., p. 267).

⁷⁷ “Quando falamos de árvore da evolução admitimos, sem dúvida, que a direção do tempo aponta para cima – para o rumo no qual a árvore cresce. Admitindo a mesma direção do tempo para cima, teremos de representar a árvore do conhecimento como brotando de incontáveis raízes que crescem no ar em vez de embaixo e que, no fim de contas, tendem a unir-se num tronco comum. Em outras palavras, a estrutura evolucionária do crescimento do conhecimento puro é quase o oposto daquela árvore evolucionária de organismos vivos, ou de implementos humanos, ou de conhecimento aplicado” (POPPER, K. R. “A evolução e a árvore do conhecimento”. In *Conhecimento objetivo*, pp. 239-40).

Contudo, há um elemento dessa afirmação convencionalista que permanece verdadeiro: o do caráter estritamente seletivo de todas as descrições científicas. A razão disso se encontra na infinita riqueza e variedade de fatos.⁷⁸ Podemos descrever essa abundância tão extensamente quanto quisermos; no entanto, nossa descrição será sempre incompleta, altamente seletiva. De tal modo, é impossível evitar um ponto de vista seletivo, e indesejável tentar fazê-lo, diz Popper. No âmbito da descrição histórica, isso ganha contornos ainda mais nítidos: na história, não menos que na ciência, não podemos esquivar-nos a um ponto de vista e não crer nessa impossibilidade conduziria ao autoengano e à falta de cuidado crítico:

Nas ciências sociais, como nas ciências físicas, então, o conhecimento cresce como consequência da adoção da atitude crítica (“racionalista crítica”) em relação aos problemas sociais e políticos e suas hipotéticas soluções, e por se envolver criticamente com outras pessoas sobre teorias e ideias existentes.⁷⁹

Portanto, em uma ciência natural, tal como a física, referida por Parvin, as teorias possuem diversas tarefas correlatas: ajudam a unificar a ciência e auxiliam a explicar os acontecimentos, bem como a predizê-los.⁸⁰ Trabalha-se, destarte, com explicações causais.

Dar uma explicação causal de um acontecimento equivale a extrair dedutivamente um enunciado usando como premissas leis universais e enunciados observacionais sobre fatos singulares – as chamadas “condições iniciais”.⁸¹ Quando desejamos explicar a causa do rompimento de um fio, verificamos o peso máximo que o mesmo pode suportar e vemos que um peso maior lhe foi aplicado, causando a rotura. Nesse contexto, consideramos uma hipótese de caráter universal, uma lei da natureza, ou seja: “sempre que a um fio for aplicado uma tensão que exceda a máxima por ele suportada, então ele se romperá”. Além disso, usamos certos enunciados específicos, ou

⁷⁸ Na conclusão do nosso *Popper, verdade e progresso científico*, mostramos que, além de toda crítica apresentada à filosofia convencionalista, Popper acabou por beneficiar-se dela em alguns aspectos. São eles: a rejeição da noção de que conhecimento verdadeiro é conhecimento certo, ou justificado, de que existe uma base última de conhecimentos na qual se assentam proposições verdadeiras, conforme estipulava o racionalismo clássico, e a repulsa à concepção de que exista um método capaz de proporcionar decisões conclusivas quanto a teorias ou enunciados científicos. Ademais, Popper compartilhou com Henri Poincaré o objetivo de demarcar ciência e metafísica. O marco da dissensão entre a metaciência popperiana e a convencionalista está no que diz respeito à escolha de teorias: para Popper, elas deverão sempre ser passíveis de revisão e não preferíveis por via de critérios pragmáticos e subjetivos.

⁷⁹ PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*, p. 49. Tradução minha.

⁸⁰ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

⁸¹ *Ibid.*, p. 270.

singulares, sobre o fio então considerado, isto é: “para o fio em análise, a tensão máxima por ele suportada é x e foi-lhe aplicada $x+I$, ocasionando a sua quebra”. As condições iniciais, portanto, são a causa do evento em questão, e o acontecimento descrito pela prognose, o rompimento do fio, o efeito.⁸²

Essa explicação torna claro que jamais poderemos falar de causa e efeito de modo absoluto, ou seja, um acontecimento sempre seria a causa de outro acontecimento, que se configuraria como o seu efeito, estando em relação com alguma lei universal. Além disso, o uso de uma teoria com a finalidade de prever um acontecimento específico é apenas outro aspecto de seu uso a fim de explicar tal acontecimento ou fenômeno estudado. Corroboramos uma teoria comparando os acontecimentos preditos com os efetivamente observados. Utilizar uma teoria para explicar ou prever um fenômeno não se restringe apenas às predileções dos cientistas, mas também às proposições admitidas até o momento. Algumas delas, pela tamanha trivialidade, entram no jogo sem ao menos seus utilizadores darem-se conta.

Segue-se que, no caso das chamadas “ciências generalizadoras”,⁸³ tais como a física, a biologia ou a sociologia, os cientistas interessam-se predominantemente por leis ou hipóteses universais. Eles desejam saber se elas são verdadeiras e, visto que nunca podem estar seguros disso, adotam o método de eliminar as falsas. As prognoses configuram-se como meios para certos fins, isto é, para pôr à prova as teorias universais, consideradas como interessantes em si mesmas e como unificadoras do nosso conhecimento.

Quanto às ciências aplicadas, o interesse se diferencia. Um engenheiro, ao utilizar a física para construir uma ponte, interessa-se por uma prognose. Ele deseja saber se determinado tipo de ponte, descrito pelas condições iniciais, suportará ou não certa carga. As leis universais para esse profissional são meios para um fim e dadas como estabelecidas. Por conseguinte, é importante termos em mente que ambos os tipos de ciências, generalizadoras puras e generalizadoras aplicadas, estão interessadas, respectivamente, em comprovar hipóteses universais e prever ocorrências específicas.

Por outro lado, há as ciências que têm interesse na explicação de acontecimentos específicos. Para se distinguirem das ciências supracitadas, elas podem ser chamadas de *ciências históricas*.

⁸² O mesmo exemplo encontra-se na seção 12, capítulo III, de *A lógica da investigação científica*.

⁸³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 271.

Logo, em contraste com um estudioso de qualquer uma das ciências generalizadoras, o historiador vê-se diante de um campo de complexas variáveis. Enquanto em uma ciência generalizadora as leis universais introduzem unidade, na história não temos essa unificação. De acordo com Popper, a história nem usa tanto leis psicológicas quanto sociológicas, mas a chamada “lógica da situação”.⁸⁴ Além das condições iniciais que descrevem interesses particulares, objetivos e outros fatores situacionais, admite-se a lei geral, de caráter trivial, de que pessoas em juízo perfeito agem mais ou menos racionalmente:

Geralmente a lógica situacional admite um mundo físico no qual agimos. Este mundo contém, digamos, recursos físicos que estão à nossa disposição e sobre os quais sabemos algo, e barreiras físicas sobre as quais também sabemos alguma coisa (frequentemente não muito). Além disso, a lógica situacional também deve admitir um mundo social, habitado por outro povo, de cujas metas sabemos alguma coisa (muito pouco), e, deve admitir, além de tudo, as *instituições sociais*. Essas instituições sociais determinam o peculiar caráter social de nosso meio social. Essas instituições sociais consistem de todas as realidades sociais do mundo social, realidades que, em algum grau, correspondem às coisas do mundo físico. Um armazém ou um instituto universitário ou uma força policial ou uma lei são, nesse sentido, instituições sociais. A Igreja, o Estado e o casamento também são instituições sociais [...].⁸⁵

Por tais razões, diz-nos Popper que uma das mais importantes tarefas da história é, sem dúvida, descrever – em sua peculiaridade ou exclusividade – ocorrências de interesse e incluir nessas descrições aspectos que não buscará explicar causalmente.⁸⁶ Essas duas tarefas do historiador – desvelar os encadeamentos causais e descrever a “acidentalidade” por via da qual as “teias causais” se entrelaçam – são tanto necessárias quanto se complementam: em certos casos, um acontecimento será encarado como típico, isto é, entende Popper, do ponto de vista de uma explicação causal; em outra oportunidade, ele será enxergado como único ou desprovido de relação causal com algum outro evento que o antecedeu.

Ao descrever o historicismo como a doutrina de que a história é controlada por leis históricas específicas ou evolucionárias, segundo as quais o historiador é apto a descobri-las e, logo, “profetizar” o destino do homem, Popper mostra que essa filosofia

⁸⁴ Ibid., p. 273.

⁸⁵ POPPER, K. R. “A lógica das ciências sociais”. In *Lógica das ciências sociais*. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. pp. 32-33.

⁸⁶ POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix – Edusp, 1980.

incorpora a visão de que a genuína atitude filosófica ou científica quanto à política, e também uma aprofundada compreensão da vida social, está apoiada na compreensão e interpretação da história humana.⁸⁷ Isso, como acentuamos de início, é uma abordagem das ciências sociais que assume a predição histórica como seu principal objetivo; e coloca ao poder do historiador descobrir os “rítmos”, “leis” ou “tendências” que constituem a base do desenvolvimento da história. A abordagem historicista, portanto, busca compreender os fenômenos sociais e políticos, incluindo as instituições, como produtos de forças históricas; como concebidos para se desenvolver através de seus objetivos internamente definidos:

[...] o estudo das instituições sociais e políticas, normas, e convenções não pode ser tomado em abstração das forças históricas e condições que as trouxeram ao mundo. O estudo da política e da sociedade, nessa visão, é pouco mais ou menos que o estudo da *história*.⁸⁸

A visão supracitada foi popular e também perniciosa, acreditava Popper. Um dos mais antigos e óbvios exemplos de historicismo é o das religiões que identificam o “povo escolhido”, cujo papel desempenhado é atuar como instrumento selecionado da vontade divina. Nessa doutrina, as leis do desenvolvimento histórico são estabelecidas pela vontade de Deus e cabe ao “povo escolhido” fazer o que pode a fim de acelerar o cumprimento das profecias dos textos sagrados. Nesse cenário, as formas religiosas e seculares do historicismo compartilham das mesmas características gerais: são coletivistas, isto é, falam em termos de grupos (“povos”, “nações”, “raças” ou “classes”) e não de indivíduos e, ademais, os fins por elas preditos são demasiado remotos.⁸⁹

⁸⁷ PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 52, destaque do autor. Tradução minha.

⁸⁹ A principal tese do psicologismo é a doutrina de que, sendo a sociedade um produto de mentes interagentes, as leis sociais devem ser redutíveis a leis psicológicas, uma vez que os acontecimentos da vida social, inclusive suas convenções, são resultados de motivos que surgiram nas mentes de homens individuais. Popper diz que um dos aspectos mais dignos dessa posição – Stuart Mill é um de seus representantes –, é a sábia oposição ao coletivismo e ao holismo. De tal modo, Popper acredita que o psicologismo é correto apenas enquanto insiste no que pode ser denominado como “individualismo metodológico” em oposição ao “coletivismo metodológico”: ele afirma, com razão, que o “comportamento” e as “ações” das coletividades, tais como classes ou grupos sociais, devem ser reduzidos ao comportamento e ações de indivíduos humanos. Por outro lado, a crença de que a escolha do método individualista implica a escolha do psicológico, apesar de atraente, é errônea. A teoria de uma natureza humana pré-social, que Mill se viu forçado a admitir, é não apenas um mito histórico, mas um mito psicológico. Uma vez que, e considerando as mais recentes pesquisas evolutivas, temos toda razão em acreditar que o homem, ou antes seu ancestral, era social antes de humano (considerando-se o fato de que a linguagem pressupõe a sociedade). As instituições sociais e leis sociológicas já existiam antes do que hoje agrada, a muitas pessoas, chamar “natureza humana”, e, também, antes da psicologia humana (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.). Para um panorama histórico do desenvolvimento evolutivo da humanidade e sua implicação no desenvolvimento das instituições sociais e

Sendo assim, embora possamos ter uma boa ideia de dado fim que estamos buscando, teremos que percorrer não apenas longo, mas sinuoso caminho para alcançá-lo; ficando possível incluir toda uma gama de eventos históricos decorrentes dentro do esquema interpretativo adotado. A proposta de uma metodologia individualista para as ciências sociais é fortemente ligada à crença em uma rígida separação entre a dimensão teórica e a observacional. Composta de termos que denotam, direta ou indiretamente, propriedades e relações capazes de legitimar a descrição de estados de coisas especificáveis, as teorias holistas mostram-se inteiramente desprovidas de linguagem observacional. Destarte, todo corpo explicativo das doutrinas coletivistas apresenta-se composto apenas de linguagem teórica, uma vez que se faz uso desta na lida com termos que denotam eventos inobserváveis, dentro de seus aspectos ou características.⁹⁰ Logo, tendo em vista o que vimos ao discutir o problema da demarcação, as teorizações do historicista, assim como as do psicanalista freudiano e do psicólogo adleriano, são infalsificáveis e, portanto, encontram-se desprovidas do *status* de científicas.

Popper acreditava que a história das ciências sociais e políticas estava repleta de pensadores que adotaram a abordagem historicista em suas investigações. Esses autores, mostra ele, eram de conclusões filosóficas e políticas tão diversas quanto Platão, Hegel, Rousseau, Mill e Comte e, no entanto, estavam, em sua ótica, unidos ao adotar o método historicista – Marx seria apenas o “advogado” mais recente e mais persuasivo da perspectiva. A visão compartilhada por marxistas e hegelianos era a de que as sociedades humanas eram produtos de leis impessoais e abrangentes do desenvolvimento histórico; e esse fato era o determinante da conduta apropriada da sociedade, das pesquisas em ciências sociais e do caráter apropriado de encarar a política. O objetivo das ciências sociais, para um teórico historicista, era revelar as leis históricas que moldam a natureza e o conteúdo da sociedade – e, por conseguinte, nossas relações, atitudes e normas a que obedecemos. O objetivo da política era, primordialmente, fixar as condições apropriadas da realização das metas ou fins abalizados pelas leis históricas de desenvolvimento.

No entanto, pergunta-se Popper: “[i]sso será tudo? Nada haverá de aproveitável no clamor historicista em prol de uma reforma da História – em prol de uma sociologia que desempenhe o papel de história teórica ou de teoria do desenvolvimento

políticas é proveitosa a leitura do *best-seller* de Yuval Noah Harari: *Sapiens uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

⁹⁰ OLIVA, A. *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

histórico?”⁹¹ Dentro desses questionamentos, entretanto, é possível enxergar no historicismo alguns elementos benemerentes de consideração: é uma reação contra o método ingênuo de interpretar a história política apenas em termos do relato de ações de grandes tiranos ou de grandes generais. Percebe o historicista que há uma alternativa melhor a esse método. É justamente essa percepção que leva o historicista a ser seduzido pela ideia holista de “espíritos” – de uma época, de uma nação, de uma classe, ou de um exército.⁹²

Considera Popper que essa situação aponta a existência de uma lacuna e que cabe à sociologia preencher esse vazio com algo que seja mais aceitável como, por exemplo, com a análise de problemas que despontam no interior de uma tradição. Há, portanto, espaço para uma pormenorizada análise da “lógica das situações”.⁹³ Além desta, ou como parte integrada, apresenta-se como necessária uma análise dos movimentos sociais. Tal escrutínio dá-se por meio de estudos fundamentados no individualismo metodológico, que focalizam as instituições sociais por via das quais as ideias disseminam-se e empolgam os homens; de inquirições que enfoquem a maneira pela qual novas tradições são criadas, como agem e deixam de agir.⁹⁴ Em suma, os atuais modelos de entidades coletivas, que são individualistas e institucionais, tais como nações, governos e mercados, hão de encontrar em modelos de situações políticas e de movimentos sociais, tais como os que se traduzem no progresso científico e industrial, um suplemento. Tais modelos poderão ser utilizados pelos historiadores, em parte de forma semelhante à como utilizam modelos outros, e, em outra parte, para fins de explicação, combinando-os com as leis universais a que precisam recorrer:

⁹¹ POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*, p. 77.

⁹² “Ora, não sinto a menor simpatia por esses “espíritos” – nem por seus protótipos idealistas, nem por suas encarnações dialéticas e materialistas – e tenho toda a simpatia por aqueles que os repudiam” (Ibid., p. 78).

⁹³ Ibid., p. 78.

⁹⁴ Popper não acreditava ser uma boa prática distinguir os termos “tradição” e “instituição” por meio de definições formais, mas que seria possível explicar o uso deles através de exemplos. As instituições (ele cita escolas, polícia e bolsa de valores para ilustrá-las) têm, realmente, muito em comum com as tradições (o interesse pela investigação científica, a atitude crítica do cientista, a tolerância ou intolerância do tradicionalista aparecem como ilustrações). Ambas precisam ser analisadas pelas ciências sociais em termos de indivíduos – suas ações, atitudes, crenças e inter-relações. No entanto, convém falar em instituições sempre que observemos um conjunto de normas ou determinadas funções sociais *prima facie* destinadas a servir a determinados propósitos sociais *prima facie* (propagação do conhecimento, proteção contra a violência e a fome). Em suma, falamos em “tradições” a fim de, principalmente, descrever certa uniformidade de atitudes, de comportamentos, objetivos ou valores. Esses possivelmente estão associados mais de perto às pessoas – seus medos, esperanças, escolhas – do que às instituições. Em termos de teoria social exercem uma função intermediária entre as pessoas e as instituições (POPPER, K. R. “Rumo a uma teoria racional da tradição”. In *Conjecturas e refutações*).

A história, afirmo, não tem significação. Mas essa afirmação não quer dizer que tudo quanto possamos fazer a tal respeito seja olhar atônitos para a história do poder político, ou que devamos encará-la como uma cruel zombaria. Podemos interpretá-la, com vistas àqueles problemas do poder político cuja solução escolhemos tentar em nossa época. Podemos interpretar a história do poder político do ponto de vista da nossa luta pela sociedade aberta, por um regime da razão, pela justiça, igualdade, liberdade e pelo controle do crime internacional. Embora a história não tenha fins, podemos impor-lhe esses fins nossos; e *embora a história não tenha significação, podemos dar-lhe uma significação.*⁹⁵

Considerando a distinção traçada por Popper entre as ciências generalizadoras e as ciências históricas, constatamos que o fato de essas últimas se interessarem por leis universais colocam-nas em situação difícil. No campo das ciências generalizadoras, as leis atuam como centros de interesse aos quais são referidas as observações – são a ótica a partir da qual as observações são realizadas. No campo da história, entretanto, as leis universais, geralmente de caráter trivial, são apenas inconscientemente usadas e não têm a oportunidade de desempenhar a mesma função. Essa será desempenhada por algum outro recurso, visto que, indubitavelmente, é impossível uma história desprovida de um ponto de vista: semelhante à física, a história também deve ser seletiva, sob o risco de ser devastada por uma enxurrada de elementos carentes de significado ou sem correlação. Tentar acompanhar as cadeias causais de acontecimentos, até o passado remoto, em nada ajuda, diz Popper, uma vez que todo efeito concreto, passível de ser escolhido como ponto de partida, possui um número diverso de causas parciais. Em outras palavras: as condições iniciais são demasiado complexas e, em maioria, revestem-se de pouco interesse.

Esses enfoques seletivos desempenham, nas investigações do historiador, funções que, de alguma forma, são análogas às das hipóteses nas ciências naturais e, logo, é compreensível que tenham sido amiúde vistos como teorias. Em verdade, as raras ideias que, inerentes a esses enfoques, são suscetíveis de serem testadas, seja na forma de hipóteses singulares ou universais, podem ser tratadas, sem alguma dúvida, como de caráter científico. No entanto, voltando-nos para os “enfoques” *tout court*, vemos que estes não podem ser submetidos a testes. A esses pontos de vista seletivos,

⁹⁵ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, pp. 286-87, destaques do autor.

que são o epicentro do interesse dos historiadores, Popper dá o nome de “interpretação histórica”.⁹⁶

Um dos erros fundamentais do historicismo, ao ver de Popper, é confundir essas interpretações com teorias. Cabe à “História”, por certo, ser interpretada como a história da luta de classes ou como a luta de raças em prol de supremacia; como história das ideias religiosas; ou entre a sociedade “aberta” e a sociedade “fechada”; ou como história do progresso científico ou do desenvolvimento industrial. Todos são pontos de vista perfeitamente aceitáveis e interessantes. O historicista, em caminho oposto, não os aceita. Ele não reconhece que haja, necessariamente, uma gama de interpretações que se situam, basicamente, no mesmo patamar de sugestividade e arbitrariedade. Para esse teórico, tais pontos de vista equivalem a doutrinas e, daí, ele faz afirmações tais como a de que “toda História é a história da luta de classes”, e assim por diante. Para agravar sua situação, quando constata que o ponto de vista é fértil, e que, sob sua luz, é possível ordenar e explicar uma miríade de fatos, entende incorretamente que se encontra diante de uma confirmação ou demonstração de sua doutrina.⁹⁷

De outra parte, historiadores clássicos, ao oporem-se a esse proceder, incidem em outro erro. Almejando a objetividade, repelem qualquer ponto de vista seletivo. Como isso é impossível, eles acabam por adotar pontos de vista sem se dar conta de que o fazem. Isso compromete seus próprios esforços no sentido da objetividade – uma vez que não há como assumir uma atitude crítica em relação ao próprio ponto de vista adotado, reconhecendo suas limitações, sem dele estar consciente.

A solução, conclui Popper, está em dar-se conta da necessidade de adoção de um ponto de vista, de enunciá-lo claramente e ter consciência de que ele é um entre muitos; e de que, ainda que possa ser equivalente a uma teoria, não é suscetível de teste. Essa válvula de escape, entretanto, não significa evidentemente que a adulteração dos fatos esteja legitimada, mas, tão somente, realça a importância, para o historiador, do trabalho

⁹⁶ Ibid., p. 79. “Não há como refutá-las e, assim, as aparentes confirmações carecem de valor, ainda que tão numerosas quanto às estrelas do céu” (POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*, p. 79).

⁹⁷ Como temos visto, em outras palavras, postular um determinismo acoplado à história é a prática que Popper denomina como historicismo e que se configura como inaceitável uma vez que não nos é possível, de forma alguma, antecipar hoje o que apenas saberemos amanhã. Essa impossibilidade de uma antecipação hipotética do futuro, e não algum determinismo da natureza, é o que diferencia a física da história. Enquanto o físico busca hipóteses que formalizadas assumem a estrutura de leis, na história isso não é possível. Foi a tentativa de superar tal dificuldade que levou Mill a pressupor que, não havendo leis na história, esse fato não implica que não existam tendências que sejam redutíveis à natureza humana. O apelo ao psicologismo, ao ver do autor, o permitiria lançar mão de tendências históricas a fim de racionalizar o processo e descobrir o seu sentido (PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*). Cf. também a nota 89.

com fatos a partir de um dado enfoque, e que esse enfoque não constitui uma teoria, como acabamos de afirmar, mas um ponto de vista denominado como “interpretação histórica”.⁹⁸

2.2. A tensão da civilização

“Nossa civilização ocidental teve origem com os Gregos. Foram eles, parece, os primeiros a dar o passo do tribalismo para o humanitarismo”.⁹⁹ Essa afirmação de *A sociedade aberta e seus inimigos*, que carrega um denso significado, é nossa centelha para as discussões seguintes.

Ao ver de Popper, a primitiva sociedade tribal grega assemelhava-se, em uma miríade de aspectos, à de povos como os Polinésios e os Maoris. Sua estrutura social compunha-se de pequenos bandos de guerreiros, reunidos em postos fortificados, governados por reis ou chefes tribais, que travavam, amiúde, guerra uns com os outros, em terra ou mar. Indubitavelmente, os modos de vida gregos e polinésios diferenciavam-se, pois, sabe-se, não há uniformidade nos modos de vida tribal. Contudo, certas características podem ser encontradas na maioria ou em todas as sociedades tribais. Popper refere-se à atitude mágica ou irracional para com os costumes da vida social acompanhada da rigidez desses mesmos costumes.¹⁰⁰

Essa atitude mágica ancorava-se na falta de distinção entre as regularidades corriqueiras ou convencionais da vida cotidiana, de um lado, e as regularidades encontradas na natureza, de outro – e, como sói acontecer, acompanhadas da crença de que ambas foram impostas por alguma vontade sobrenatural. Quando se refere à rigidez do tribalismo, Popper não almeja dizer que não pudessem ocorrer mudanças no modo de vida tribal. Antes de tudo, deseja expressar que, uma vez havendo esse isomorfismo entre natureza e convenção, as mudanças eram infrequentes e possuíam o caráter de conversões ou reações religiosas. Não configuravam uma tentativa racional de melhora das condições sociais:

Fora dessas mudanças – que são raras – os tabus regulam e dominam rigidamente todos os aspectos da vida. Não deixam muitos buracos. Nessa forma de vida, são poucos os problemas e nenhum relativamente equivalente aos problemas morais. Não quero dar a

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 187.

¹⁰⁰ Mais uma vez apresenta-se como proveitosa a leitura do *best-seller* de Yuval Noah Harari: *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

entender com isso que um membro da tribo não necessita muitas vezes de grande heroísmo e paciência para agir de acordo com tabus. Digo é que ele raramente se encontrará em situação de duvidar de como deve agir. O modo reto é sempre determinado, embora, para segui-lo, dificuldades devam ser superadas. É determinado pelos tabus, pelas mágicas instituições tribais, que nunca podem ser objetos de consideração crítica.¹⁰¹

Assim, assentadas na tradição tribal coletiva, as instituições acabam por não deixar espaço para a responsabilidade pessoal. Os tabus que estabelecem certa responsabilidade de grupo, tais como proteger e, acima de tudo, honrar a tribo, ou pátria, podem até ser os precursores do que denominamos como responsabilidade pessoal, mas diferem fundamentalmente desta. A razão disso está no fato de não se fundamentarem em algum princípio de explicabilidade razoável, mas, antes, em ideias mágicas, tais como a de apaziguar forças do destino ou não afrontar os deuses.

Tal situação até então sobrevive, observa Popper. Tabus ainda obstruem os nossos próprios modos de vida: tabus alimentares, de polidez e muitos outros. No entanto, há diferenças para serem notadas. Entre as leis do Estado, de um lado, e os tabus que habitualmente observamos, de outro, há um leque sempre maior de decisões pessoais, acompanhadas de problemas e responsabilidades. Conhecemos a importância desse campo, e nossas decisões podem modificar esses tabus e, mesmo, as leis políticas. Muitos de nós tomamos decisões pessoais relativamente à desejabilidade ou inconveniência de uma nova legislação ou de outros tipos de alterações institucionais. Avaliamos consequências possíveis das nossas ações e emitimos preferências por algumas delas. Reconhecemos o âmbito da responsabilidade pessoal racional.

Além de uma explosão demográfica, a causa mais poderosa da queda da sociedade fechada na Grécia, ao ver de Popper, talvez tenha sido o desenvolvimento das comunicações marítimas e do comércio. O contato cada vez mais estreito com outras tribos foi capaz de minar o sentimento de necessidade que pautava o modo pelo qual as instituições tribais são encaradas. A iniciativa comercial mostrou-se como uma das poucas formas por meio das quais a iniciativa individual e a independência podem afirmar-se mesmo em plagas em que o tribalismo vigora.

Nesse contexto, surgiram tentativas de preservação do Estado tribal, tal como aconteceu em Esparta, mas também se engendrou uma grande revolução espiritual a partir da invenção da discussão crítica e, por consequência, do empenho por um

¹⁰¹ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, pp. 187-88.

pensamento livre das velhas obsessões mágicas. Passou-se a encontrar, ressalta Popper, os sintomas iniciais de uma nova inquietação. A tensão da civilização era cada vez mais intensamente sentida.

Essa tensão é uma consequência do desmoronamento da sociedade tribal – ao ver de Popper, ainda hoje sentida, especialmente em períodos de mudança social. É uma inquietação criada, como veremos em maiores detalhes no próximo subcapítulo, pelo esforço que a vida em uma sociedade aberta e parcialmente abstrata exige de cada um de nós – pelas exigências de que sejamos racionais, que superemos pelo menos algumas de nossas necessidades sociais de cunho emocional, que cuidemos de nós mesmos e aceitemos responsabilidades. Em sua opinião, devemos suportar essa tensão como o preço pago pelo incremento dos nossos conhecimentos, da nossa razoabilidade e de relações cooperativas:

(Parte dessa tensão está em nos tornarmos cada vez mais dolorosamente conscientes das graves imperfeições de nossa vida, das imperfeições pessoais e institucionais, do sofrimento evitável, do desperdício e da desnecessária torpeza e, ao mesmo tempo, do fato de não ser impossível para nós fazer algo com relação a tudo isso, mas de que tais melhoramentos seriam tão árduos de efetivar quanto são importantes. Essa consciência aumenta a tensão da responsabilidade pessoal, de carregar a cruz de ser humano).¹⁰²

Segue-se que há uma relevante parcela de verdade na afirmação de que as pessoas realmente não desejam a liberdade por esta envolver a muito temida responsabilidade. Aceitar ser responsável equivale a enfrentar escolhas e decisões difíceis, como também suportar as consequências desagradáveis advindas:

Existe em todos nós algo de infantil, talvez, que apreciaria escapar a esse peso, vendo a carga tirada dos ombros. Não obstante, sendo o de sobrevivência o nosso mais forte instinto, nossa necessidade mais profunda é, provavelmente, a de segurança. Dessa forma, só nos dispomos a transferir responsabilidade para alguém ou para alguma coisa em que depositemos confiança maior do que a depositada em nós mesmos. (Tal é a razão porque o povo deseja seus governantes “melhores” do que ele é; porque o povo acolhe tantas crenças implausíveis que reforçam aquela confiança; e porque se perturba tão profundamente diante da revelação de que a crença é infundada.)¹⁰³

¹⁰² POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*, p. 176. Tradução minha.

¹⁰³ MAGEE, B. *As ideias de Popper*, p. 89.

Dessa forma, desejamos que as difíceis e inevitáveis decisões que aparecem em nossas vidas sejam assumidas por alguém que se mostre mais forte do que nós e que, além disso, considere os nossos interesses da mesma forma que, metaforicamente, um pai severo, mas benevolente; ou que nos seja oferecido um sistema prático de ideias com sabedoria superior à nossa e que nos leve a incidir em poucos ou em nenhum erro. Em suma, desejamos ver-nos, diz Magee, libertos do medo. Clamamos por garantias de que o desconhecido se torne conhecido – isso explica também temores básicos, como o do escuro e o da morte – e que, nesse desvelamento, surja algo que nos agrade. Por isso, desde os primórdios da humanidade, o homem abraça religiões e filosofias políticas que nos assegurem que a sociedade se tornará perfeita no futuro, talvez próximo.¹⁰⁴

2.2.1. A emergência da sociedade aberta

Como acabamos de ver, ainda hoje os tabus estão a obstruir os nossos próprios modos de vida e, diferentemente da Antiguidade, existe entre as leis do Estado, em uma esfera, e os tabus que observamos, em outra, um campo cada vez mais ampliado de decisões pessoais carregadas de problemas e responsabilidades, campo este cuja importância nós reconhecemos. Para Popper, a grande diferença do nosso tempo reside na possibilidade de confrontação crítica desses mesmos tabus, e isso se torna evidenciado a partir das decisões que tomamos com relação à desejabilidade ou rejeição de novas legislações e de outras alterações institucionais. Estamos sempre a avaliar as consequências possíveis e a preferir aquelas que julgamos mais viáveis. Em suma, reconhecemos a responsabilidade pessoal racional.

Popper denomina a sociedade mágica, tribal ou coletivista, como *sociedade fechada*. Em contraposição, a nossa sociedade, em que somos confrontados com decisões pessoais, é denominada por ele como sociedade *aberta* ou *democrática*.¹⁰⁵ Vejamos isso mais minuciosamente.

¹⁰⁴ A esse propósito, vale a leitura do interessante ensaio de Roque Spencer Maciel de Barros: “Depois da “segunda laicização””. In *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993. pp. 91-119.

¹⁰⁵ Na nota à introdução de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper declara que as expressões “Sociedade aberta” e “Sociedade fechada” foram usadas pela primeira vez, ao que lhe parece, por Henri Bergson (1859-1941) em sua obra *As duas fontes da moral e da religião* (1935). No entanto, a diferença principal entre o seu uso e o de Bergson está no fato de que a distinção realizada em *A sociedade aberta e seus inimigos* configura-se como racionalista; a sociedade fechada caracteriza-se pela crença nos tabus mágicos, enquanto a sociedade aberta é aquela em que os homens aprenderam, até certa extensão, a assumir a atitude crítica quanto a esses tabus; apoiando suas decisões na autoridade de sua própria inteligência. Já Bergson, ao contrário, parece traçar uma distinção religiosa entre esses dois modelos de sociedade. Isso explica poder ele considerar a sociedade aberta como fruto de uma intuição mística,

Em seu aspecto mais completo, uma sociedade fechada, afirma Popper, pode ser comparada com justeza a um organismo.¹⁰⁶ A denominada teoria “orgânica” ou “biológica” do Estado pode ser-lhe aplicada em considerável extensão. Uma sociedade fechada assemelha-se a uma horda ou tribo por configurar-se como uma unidade de cunho semi-orgânico cujos membros se mantêm unidos por laços semi-orgânicos – parentesco, coabitação, participação nos esforços e perigos comuns. Essa sociedade é um grupo concreto de indivíduos concretos que se relacionam entre si não apenas por via de relações sociais abstratas tais como a divisão do trabalho e o intercâmbio de utilidades, mas, também, por meio de relações físicas como o tato, o paladar e a vista. Embora baseada na escravidão, a presença desses escravos, nessa sociedade, não precisa criar um problema diferente do da criação de animais domésticos.

Os aspectos mentalizados por Popper limitam-se ao fato de que, em uma sociedade democrática, muitos membros lutam, ou competem, para alavancarem seus *status sociais* e tomar o lugar de outros membros. Essa é a condição, a seu ver, que conduz a um fenômeno social tão importante como a luta de classes.¹⁰⁷ Em um organismo, entretanto, não podemos encontrar nada semelhante ao fenômeno mencionado. As células ou tecidos que o compõem talvez possam competir por alimento; no entanto, não há tendência inerente por parte das pernas para tornarem-se cérebros ou dos pés para tornarem-se cabeça. Destarte, como não há uma das características mais importantes de uma sociedade democrática, a competição entre seus membros por posições, a teoria orgânica do Estado apoia-se em uma falsa analogia caso aplicada a esta última. A sociedade tribal ou coletivista, que pouco conhece tais

enquanto Popper concebe o misticismo como expressão do anseio pelo restabelecimento da perdida sociedade fechada; e, assim, como uma reação contra o racionalismo da sociedade aberta. Popper também ressalta, isso já na nota 6 ao capítulo 10 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, que, ao caracterizar a sociedade fechada como mágica e a aberta como racional e crítica, foi necessário, sem dúvida, idealizar essa última. A atitude mágica ainda está presente nas nossas vidas e parece improvável que desaparecerá. No entanto, o critério útil da transição de uma sociedade para outra se situa no momento em que o homem reconhece conscientemente, pela primeira vez, que as instituições sociais são obra humana e discute sua modificação voluntária em função de menor ou maior conveniência para a consecução dos objetivos humanos.

¹⁰⁶ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1.

¹⁰⁷ Em seu livro *O fim da história e o último homem*, que se seguiu ao seu famoso ensaio de mesmo título, Francis Fukuyama contrapõe o ímpeto por reconhecimento, a *megalothymia*, à *isothymia*, a demanda por igualdade. Para o nipo-americano, uma dose mínima de *megalothymia* é fundamental para a democracia liberal (FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992).

tendências competitivas, com suas instituições revestidas de caráter sacrossanto, torna a teoria orgânica mais adaptável a si.¹⁰⁸

Como decorrência da perda desse caráter orgânico, uma sociedade democrática pode tornar-se gradualmente o que Popper aprecia chamar de “sociedade abstrata”.¹⁰⁹ É possível que ela perca, em considerável extensão, o caráter de um grupo concreto de homens ou de um sistema de tais grupos. Tal situação pode ser explicada por meio de um quadro exagerado: concebamos uma sociedade em que os homens praticamente nunca se encontram face a face, na qual todos os negócios nos quais se envolvem fossem conduzidos por indivíduos isolados que se comunicam por meio de e-mails e andam em automóveis fechados. Tal sociedade poderia ser denominada, sem reservas, como “abstrata” ou, com a falta do elemento pessoal, “despersonalizada”. Popper constataria que, em variegados aspectos, a sociedade moderna assemelha-se a essa radicalizada sociedade abstrata: ainda que nem sempre viajemos sozinhos em automóveis fechados, o resultado é quase o mesmo se assim o fizéssemos. Não desenvolvemos qualquer relação de maior intimidade com nossos semelhantes pedestres ao caminhar pelas ruas. De igual forma, o fato de um trabalhador ser membro de um sindicato não significa nada mais do que a posse de uma carteira de associado e o pagamento de uma contribuição mensal a um secretário desconhecido. Várias pessoas vivem em nossa sociedade sem ter ou tendo apenas poucos contatos pessoais íntimos.¹¹⁰ Vivem no anonimato, no isolamento e, por conseguinte, na infelicidade.

Contudo, diz Popper que nunca haverá e nem poderá haver, em um quadro factível, uma sociedade inteiramente abstrata – assim como também não pode haver uma sociedade inteiramente racional. Ainda formamos grupos concretos e temos contatos sociais concretos de toda espécie a fim de satisfazer as nossas necessidades sociais do melhor modo. Nossa configuração biológica pouco mudou. Entretanto, em maior parte, observa Popper, os grupos sociais concretos da nossa sociedade democrática, excluindo alguns felizes grupos familiares, funcionam como pobres substitutos desse quadro altamente abstrato uma vez que não proporcionam razão a uma vida comum. Muitos deles não desenvolvem qualquer função na vida da sociedade em geral.

¹⁰⁸ Não é de surpreender, ressalta ainda Popper, que tentativas de aplicação da teoria orgânica à nossa sociedade sejam, de fato, formas veladas de retorno ao tribalismo (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1.).

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 189.

¹¹⁰ “(A inseminação artificial permitira mesmo a propagação da espécie sem um elemento pessoal.)” (*Ibid.*, pp. 189-90).

Outro modo pelo qual o quadro que Popper apresenta é exagerado é o fato de não conter qualquer das vantagens obtidas, mas apenas as perdas. Há vantagens que merecem ser destacadas – tal como as relações entre pessoas surgirem onde puderem ser livremente impulsionadas, ao invés de serem determinadas apenas por meio de acidentes de nascimento. Nesse fato está o despontar de um novo individualismo. De maneira semelhante, onde se enfraqueçam os laços físicos ou biológicos, os laços espirituais podem desempenhar papel mais importante. Apesar de tudo, espera Popper que tenha se tornado claro, por meio de seu exemplo, o que ele entende por uma sociedade mais abstrata em oposição a um grupo social mais concreto. Assim, fica mais nítido que a nossa moderna sociedade democrática funciona por meio de relações abstratas tais como as de intercâmbio e cooperação (a moderna teoria social e a teoria econômica ocupam-se principalmente com a análise de tais relações).¹¹¹

Em vista do que foi dito, fica notável, ao ver de Popper, que a transição da sociedade aberta para a sociedade fechada pode ser descrita como “uma das mais profundas revoluções por que passou a humanidade”.¹¹² O filósofo ainda observa que, pelo caráter orgânico ou biológico da sociedade fechada, essa transição deve ter sido profundamente sentida. Devemos compreender o que queremos dizer quando afirmamos que a nossa civilização ocidental deriva dos gregos: eles iniciaram a transição da sociedade fechada, tribal ou coletivista, para a sociedade aberta, ou democrática.

¹¹¹ “[...] leis tais como as formuladas pelas modernas teorias econômicas, por exemplo, a teoria do comércio internacional, ou a teoria do ciclo de comércio. Estas e outras importantes leis sociológicas estão ligadas ao funcionamento das *instituições sociais*. Tais leis desempenham em nossa vida social um papel correspondente ao, digamos, desempenhado na engenharia mecânica pelo princípio da alavanca. Pois precisamos de instituições, como de alavancas, se quisermos realizar qualquer coisa superior à força de nossos músculos” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 81, destaques do autor). A problemática de uma sociedade composta por indivíduos atomizados, a referida sociedade abstrata, coloca em destaque a dificuldade do entendimento de laços sociais autênticos em um mundo despido de qualquer valor intrínseco conferido à tradição. Não vejo como superar o problema por via da aposta em formas progressivas de cooperação e intercâmbio entre os indivíduos, ou seja, singularidades irrepetíveis. Contrariamente, pensar o indivíduo de forma não abstrata exige uma maneira de compreendê-lo através da sua inserção concreta na sociedade, tornando-o gradativamente habilitado para tomar decisões e responder por elas. Nessa situação, encontra-se a atualidade da noção de virtude. Não temos como deliberar ou, simplesmente, sermos nós mesmos a não ser que nos apliquemos a certas práticas e nos reconheçamos em certos bens compartilhados, o que não significa que não podemos também criticá-los ou refletir sobre eles. O que acontece é que, enquanto agentes, não temos como nos posicionar “livremente” em relação aos bens compartilhados. Mesmo o esforço crítico já é voltado para o aperfeiçoamento de práticas e instituições. Para aplicar um exemplo moderno, vejo que Kant concebe assim ao falar de “uso público da razão”. O já mencionado trabalho de Alberto Oliva: *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo* consiste em um estudo dos fundamentos filosóficos de um liberalismo ético-político. O autor faz uma crítica cerrada ao coletivismo, ou holismo, ao passo que defende o primado do indivíduo ao mesmo tempo que rechaça o individualismo naturalista; ou, em outras palavras, a visão de que o indivíduo seja como um átomo que, apenas por ele mesmo, é capaz de causar reações ou modificações na estrutura social.

¹¹² POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 191.

2.2.2. Sociedade aberta e dualismo crítico

Repensemos a ênfase na responsabilidade pessoal racional, que, mostra Popper, emergiu com a queda do tribalismo. Seu estopim vincula-se, de forma bastante estreita, com a verificação de que os tabus mágicos, que permeiam a ordem social, são impostos e mantidos à força pelos homens e, desse jeito, podem ser violados sem repercussões incômodas, desde que quem as infringiu consiga escapar às sanções previamente prescritas. Essa verificação fortifica-se a partir do momento em que se constata que as leis são feitas e modificadas por legisladores humanos.¹¹³ Tais experiências podem levar a uma diferenciação consciente entre o que se configura como leis normativas, prescritas pelo homem e embasadas em convenções ou decisões, e os fenômenos regulares da natureza, que se encontram além das potencialidades físicas e intelectuais humanas. Compreendida devidamente essa diferenciação, podemos descrevê-la como *dualismo ou convencionalismo crítico*. Popper atesta que, no desenvolver da filosofia grega, esse dualismo de fatos e normas anunciou-se em termos da oposição entre natureza e convenção.

Popper atribui o delineamento dessa posição, há muito vigente, mas pouco compreendida, ao sofista Protágoras, contemporâneo mais velho de Sócrates.¹¹⁴ Antes de tudo, Popper diz que não devemos pensar que ela implique uma teoria da origem histórica das normas. Nada tem que ver com a asserção histórica de que as normas foram, antes, conscientemente feitas ao invés de terem sido achadas como simplesmente existentes. Isto é, não se relaciona com a asserção de que as normas têm origem no homem e não em Deus e, muito menos, não subestima a importância das leis normativas:

¹¹³ “Penso não apenas em legisladores tais como Sólon, mas também nas leis que foram feitas e reforçadas pelo povo comum das cidades democráticas” (POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*. v. 1. London and New York: Routledge, 1947. p. 51. Tradução minha).

¹¹⁴ “[...] quanto à questão de determinar o que é de proveito para cada cidade, ele terá de concordar que aqui ou nenhures um conselheiro pode ser melhor do que outro e que as cidades diferem fundamentalmente umas das outras com relação à verdade, sem ter ele o ousio de afirmar que tudo o que determinada cidade legisla, na convicção de que lhe será de proveito, terá de ser, infalivelmente, vantajoso. Acerca do que me referi há pouco, o justo e o injusto, o pio e o ímpio, os homens se comprazem em proclamar que nada disso é assim mesmo por natureza nem tem existência à parte, mas que a opinião aceita por todos torna-se verdadeira nesse próprio instante e todo o tempo em que lhe derem assentimento. Os que não estudam a tese de Protágoras até suas últimas consequências não podem estadar outra sabedoria” (PLATÃO. *Teeteto; Crátilo*. Tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes. Belém - Pará: Editora da UFPA, 2001. 172b, pp. 80-81).

O dualismo crítico apenas assevera que normas e leis normativas *podem* ser feitas e alteradas pelo homem, mais especialmente por uma decisão ou convenção a fim de observá-las ou alterá-las, e que, portanto, o homem que é moralmente responsável por elas, não, talvez, pelas normas que encontra existentes na sociedade quando começa a refletir sobre elas, mas pelas normas que está habilitado a tolerar desde que verificou poder fazer algo para modificá-las. As normas são feitas pelo homem no sentido de que não podemos culpar ninguém por elas, nem a natureza nem Deus. É nossa tarefa aperfeiçoá-las o máximo que pudermos. Essa última observação implica que ao descrever as normas como convencionais, não quero expressar que elas devam ser arbitrárias, ou que tanto faz um conjunto de leis normativas como qualquer outro. Ao dizer que certo sistema de leis pode ser aprimorado, que algumas podem ser melhores do que outras, sugiro que podemos comparar as leis normativas existentes (ou instituições sociais) com certas normas-padrão que decidimos serem dignas de efetivação.¹¹⁵

É muito importante que atentemos ao que Popper quer dizer-nos nessa longa citação. A afirmativa de que as normas são feitas pelo homem, não no sentido de que foram conscientemente produzidas, mas no sentido de que ele pode julgá-las e alterá-las – isto é, a responsabilidade por elas é inteiramente dele – tem sido muitas vezes mal compreendida. A maior parte das incompreensões repousa na crença errônea de que “convenção” implica, necessariamente, “arbitrariedade”; em outras palavras, em acreditar que somos livres para escolher o sistema de normas que desejarmos e, assim, um sistema pode ser tão bom quanto qualquer outro (relativismo ético). No entanto, ainda, de modo algum, a artificialidade implica uma plena arbitrariedade. Popper exemplifica dizendo que os cálculos matemáticos, as sinfonias ou as peças teatrais são altamente artificiais, mas tal fato não implica que um cálculo, peça ou sinfonia seja tão bom como qualquer outro:

O homem criou mundos novos – de linguagem, de música, de poesia, de ciência; e o mais importante deles é o mundo das exigências morais, pela igualdade, pela liberdade, pelo amparo aos fracos. Ao comparar o campo da moral com o campo da música ou o da matemática, não desejo afirmar que tais similaridades vão muito longe. Há, mais especialmente, grande diferença entre decisões morais e decisões no campo da arte. Muitas decisões morais envolvem a vida e a morte de outros homens. As decisões no campo da arte são muito menos urgentes e importantes. É enganoso, portanto, dizer que um homem decide pró ou contra a escravidão do mesmo modo por que pode decidir pró ou contra certas obras de música e literatura, ou dizer

¹¹⁵ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1, pp. 51-52. Tradução minha.

que as decisões morais são apenas questões de gosto. Nem são simplesmente decisões a respeito de como tornar o mundo mais belo, ou acerca de outros refinamentos dessa espécie; são decisões de muito maior urgência. Nossa comparação apenas pretende mostrar que a consideração de dependerem de nós as decisões morais não significa que elas sejam inteiramente arbitrárias.¹¹⁶

Segue-se que podemos expressar claramente os princípios de uma ética humanitária e igualitária, advindos da tradição racionalista grega, a partir de três itens:

- (1) Tolerância para com todos, exceto para com os que sejam intolerantes e propaguem discursos ou práticas de intolerância. Isto é, as decisões morais dos nossos próximos devem ser respeitosa e tratadas desde que não colidam com o princípio da tolerância.¹¹⁷
- (2) Reconhecimento de que toda premência moral tem base na premência de todo sofrimento ou dor. Esse princípio inspira-se na substituição da fórmula utilitarista de que devemos aspirar à maior quantidade de felicidade para o maior número de pessoas (que pode conduzir a ditaduras benevolentes) pela que devemos visar a menor quantidade de dor possível para todos. Dessa forma, a promoção da felicidade mostra-se menos urgente comparada à ajuda àqueles que sofrem.
- (3) Luta contra a tirania. Isto é, salvaguardar os princípios supracitados por via dos meios institucionais de uma legislação ao invés de pela suposta benevolência dos que estão no poder.

Os princípios supracitados, de acordo com o dualismo crítico, não podem ser reduzidos a fatos. Popper diz que, seja qual for o fato que encararmos, de caráter alterável ou inalterável, podemos adotar várias decisões: alterá-lo, protegê-lo contra alguém ou um grupo que busque alterá-lo, não interferir etc. Entretanto, se o fato em questão for inalterável, é porque ou há impossibilidade de alteração em vista das leis da natureza existentes, ou porque o empreendimento de alterá-lo é, por outras razões, demasiado difícil. A decisão de nos opormos a um discurso racista feito por um membro de um grupo supremacista branco dos Estados Unidos não é decorrente do fato de todos os homens nascerem livres, pois ainda que isso seja um fato, sempre haverá homens

¹¹⁶ Ibid., p. 79.

¹¹⁷ Resolução do “paradoxo da tolerância”. A tolerância ilimitada tende a consumir a si mesma. Desenvolveremos esse ponto mais à frente.

dispostos a se contrapor a ele. As regularidades naturais, de outro lado, também não podem permitir que delas sejam inferidos quaisquer princípios morais. Uma vez que estes fossem derivados daquelas, seriam inexequíveis. Logo, regras morais, sob a pena de serem consideradas destituídas de significado, não podem contrapor-se às leis da natureza.¹¹⁸ Quanto às “regularidades sociais”, como na mencionada luta contra o racismo, devemos diferenciar a decisão que tomamos de adotar um padrão moral, que pode ser dita um fato, do próprio padrão adotado, que não pode ser categorizado como um fato. A adoção social do mandamento bíblico “Não matarás” é um fato social, entretanto o padrão moral não o é, uma vez que podemos alterá-lo, objetá-lo ou desautorizá-lo quando a nossa vontade bem entender.

Por outro lado, a insistência popperiana de que somos nós que tomamos decisões e carregamos responsabilidades não acarreta que o dualismo crítico se oponha a uma postura religiosa. Tampouco implica que a criação de decisões seja um processo meramente natural, da ordem dos processos físico-químicos. Protágoras, o primeiro dualista crítico, de acordo com Popper, deixou o ensinamento de que a natureza não conhece normas, sendo o homem a medida de todas as coisas; acreditando que só o homem podia realizar a criação das normas tendo, destaca-se, auxílio sobrenatural.¹¹⁹ A autonomia da ética, segue-se, não abarca qualquer incompatibilidade com o problema da religião, mas mostra-se compatível com qualquer religião que respeite a consciência individual, entre elas o cristianismo, ou, talvez mesmo, seja necessária para esta.

2.2.3. Os inimigos pioneiros da Sociedade Aberta: o totalitarismo platônico¹²⁰

¹¹⁸ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*.

¹¹⁹ “Similar modo de encarar o assunto pode ser discernido, creio, no Sócrates histórico [...], que se sentiu compelido, por sua consciência assim como por suas crenças religiosas, a questionar qualquer autoridade, e que procurava normas em cuja justiça podia confiar” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 80).

¹²⁰ Como ressalta Roque Spencer Maciel de Barros, não se falava de “totalitarismo” até a década de 1920, quando a palavra veio a ser cunhada na Itália. No entanto, o fenômeno que ela descreve é muitíssimo mais antigo, pelo menos em sua acepção profunda. Para um amplo estudo do totalitarismo, buscando compreendê-lo além da dimensão política, mas em seu fundamento ôntico, recomendamos BARROS, R. S. M. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1990. Cf. também o verbete “totalitarismo” In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11^a ed. Brasília - São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998). Popper parecia ter pouco interesse tanto em discutir amplos trabalhos acerca do totalitarismo como também em defini-lo, deixando vaga a concepção que possuía. Esse fator é importante por conta de Popper entender o totalitarismo de forma diferente da dos escritores modernos. Enquanto, em sua época, muitas teorias do totalitarismo enfatizavam seu caráter moderno, em particular seus vínculos com a indústria e a tecnologia modernas, Popper sugeria que o totalitarismo já existia, de uma forma ou outra, nos escritos de pensadores tão historicamente distantes quanto Platão e Heráclito (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*).

Ao tratarmos da transição das sociedades tribais, ou fechadas, para as sociedades abertas, ou democráticas, passamos a lidar intimamente com o problema do individualismo e do coletivismo. Tal problema intrinca-se com dois conceitos chaves: o da igualdade e o da desigualdade.

Popper, antes de tratá-lo, julga importante fazer algumas observações terminológicas. Pautado pelo *Dicionário de Oxford*, o filósofo diz que a palavra “individualismo” pode ser utilizada de dois modos distintos: (a) em oposição ao coletivismo; e (b) em oposição ao altruísmo.¹²¹ Quanto à primeira significação, diz, não há palavra para expressá-la, mas há diferentes sinônimos para a segunda, tais como “egoísmo” ou “egolatria”. Popper opta por utilizar o termo “individualismo” exclusivamente no sentido (a) e a palavra “egoísmo”, no sentido (b). Isso o leva a nos apresentar um esquema que se mostra de bastante utilidade:

- a) Individualismo é oposto a a’) Coletivismo.
- b) Egoísmo é oposto a b’) Altruísmo.¹²²

Os quatro termos supracitados, como bem diz Popper, são utilizados na descrição de certas atitudes, demandas, decisões ou em proposições para códigos de leis normativas. Ainda que necessariamente vagos, podem eles ser ilustrados por exemplos e usados com suficiente acuidade para a nossa discussão. Iniciando pela análise do coletivismo, Popper diz que a exigência dos coletivistas de que o indivíduo deva submeter-se ao interesse do *todo*, seja este o corpo coletivo, o Estado, a classe social,

¹²¹ O *Merriam-Webster* define da forma que julgamos mais conveniente. Diferentemente do *Dicionário de Oxford*, a que Popper refere, ele evita opor diretamente individualismo e altruísmo. Vejamos:

(1): a doutrina em que os interesses do indivíduo são, ou devem ser, eticamente primordiais.

Também: conduta guiada por tal doutrina.

(2): a concepção de que todos os valores, direitos e deveres originam-se nos indivíduos.

b: A teoria que mantém a independência política e econômica do indivíduo e enfatiza a iniciativa individual, ação e interesses.

Também: conduta ou prática guiada por tal teoria.

(Disponível em <https://www.merriam-webster.com/dictionary/individualism>. Acesso em 16/09/2019. Tradução minha).

¹²² POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 115.

carrega uma pertinaz atração emocional. Tamanha atração dirige-se a vários sentimentos tais como a aspiração de pertencer a um grupo ou a uma tribo e um de seus fatores, ou forte base de sustento, é o apelo moral em favor do altruísmo em oposição ao egoísmo:

Da ontologia que assume a existência de *todos* se chega, assim, à ética da subordinação dos interesses e da liberdade dos indivíduos às pretensas finalidades dos coletivos. Ao invés de afirmar-se que todas as instituições sociais devem ser avaliadas pelos efeitos que tenham sobre a vida dos indivíduos, vistos como fins em si mesmos, tende-se a justificar como entes em si as instituições na suposição de que a realização de seus fins propicia a vida justa e equilibrada entre todos os *socii*.¹²³

Platão sugere, vê Popper, que, caso não possamos sacrificar os nossos interesses pelo bem do todo, então somos egoístas.¹²⁴ No entanto, uma análise pormenorizada do esquema supracitado mostra que o coletivismo não se opõe ao egoísmo – como também não se identifica com o altruísmo ou com a generosidade. Em contraposição, um individualista pode, concomitantemente, ser um altruísta; pode ele estar ávido a sacrificar-se a fim de ajudar outros indivíduos. Considerando Charles Dickens (1812-1870) como um profícuo exemplo, Popper diz:

Seria difícil dizer o que é mais forte nele, se o ódio apaixonado ao egoísmo, se seu apaixonado interesse pelos indivíduos, com todas as suas fraquezas humanas; e esta atitude se combina com uma antipatia não só pelo que hoje chamamos de corpos coletivos, mas mesmo por um altruísmo genuinamente devotado, desde que dirigido para grupos anônimos, em vez de indivíduos concretos. (Recordo ao leitor a Sra. Jellyby, na *Casa Soturna*, “uma dama dedicada aos deveres públicos”.)¹²⁵

Tamanha ilustração explica claramente a significação dos quatro termos apontados; mostrando que qualquer deles pode ser combinado com qualquer dos outros dois presentes na linha oposta. Essa situação torna bem interessante notar que, para Platão e a maioria de seus intérpretes, conforme exposto em *A sociedade aberta e seus inimigos*, um individualismo altruísta não pode existir. Para o filósofo ateniense, a estrita alternativa para o coletivismo é o egoísmo. Em sua filosofia, todo altruísmo

¹²³ OLIVA, A. *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*, p. 101.

¹²⁴ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1. Nossa intenção neste trabalho é apenas mostrar a interpretação popperiana da filosofia platônica e faremos o mesmo, posteriormente, quanto a Hegel e Marx.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 115.

simplesmente está identificado com o coletivismo e todo o individualismo com comportamentos egoístas. Não se trata, observa Popper, de mera questão de terminologia, visto que Platão reconhece apenas duas das quatro combinações possíveis. Constata Popper que tal fato “[...] criou considerável confusão na especulação sobre assuntos éticos, até mesmo nos dias de hoje”.¹²⁶

Conforme vimos, o historicismo é uma doutrina que aborda o problema da mudança como tal e tem sua maior expressão a partir das especulações do filósofo que primeiro descobriu e teorizou a problemática do devir: Heráclito de Éfeso (540 a. C.-470 a. C.).¹²⁷ Para Heráclito, diz a leitura popperiana, o mundo não poderia ser mais concebido como uma estrutura estável, semelhante a um edifício, e sim como a totalidade de todos os acontecimentos, mudanças, ou fatos.¹²⁸ Tudo, portanto, encontra-se em intenso fluxo. Popper sugere, no segundo capítulo de *A sociedade aberta e seus inimigos*, que a visão de mundo heraclitiana, assim como a platônica, era notavelmente inspirada nos distúrbios políticos da época:

A descoberta de Heráclito influenciou o desenvolvimento da filosofia grega por longo tempo. As filosofias de Parmênides, Demócrito, Platão e Aristóteles podem ser, todas elas, apropriadamente descritas como tentativas de resolver os problemas desse mundo em mutação que Heráclito havia descoberto. A grandeza dessa descoberta dificilmente poderá ser superestimada. Foi ela descrita como aterrorizante e seu efeito comparado ao de “um terremoto, em que tudo... parece balançar”. E não tenho dúvida de que essa descoberta se impôs a Heráclito por terríveis experiências pessoais sofridas como resultado dos distúrbios políticos e sociais de seu tempo. Heráclito, o primeiro filósofo a lidar não só com a “natureza”, mas ainda mais com problemas ético-políticos, viveu em uma era de revolução social. Foi no seu tempo que as aristocracias tribais gregas começaram a ceder passo à nova força da democracia.¹²⁹

Os diálogos nos quais Platão examinou questões sociais foram a *República*, o *Político* e, por último, as *Leis*.¹³⁰ Na tentativa de explicar as revoltas políticas que

¹²⁶ Ibid., p. 116.

¹²⁷ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Seguiremos a partir de agora a linha de argumentação da filósofa italiana. Sobre o debate gerado a partir da interpretação popperiana da filosofia platônica, além do conflito entre moralidade e autonomia entre o filósofo grego e Kant, é profícua a leitura do ensaio de Roque Spencer Maciel de Barros: “Especulações em torno de Platão”. In *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*, pp. 177-208.

¹²⁸ “‘O cosmos, no melhor dos casos, é como uma pilha de entulhos reunidos ao acaso’, eis um de seus ditos” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 25).

¹²⁹ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1., p. 10. Tradução minha.

¹³⁰ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

vivenciava, Platão veio a ver as formas concretas e contingentes que compunham o corpo social como cópias decrépitas de um Estado Ideal.¹³¹ Sua sociologia, marcadamente historicista, interpreta Popper, localizou o estopim da mudança política na discórdia antes teorizada por Heráclito.¹³² Essa dissensão foi expressa no âmbito político através do antagonismo de classes engendrado por interesses econômicos divergentes. *Ex positis*, a luta de classes foi considerada a força movente e corruptora da história.

O relato platônico do Estado Ideal é geralmente visto como envolvendo um programa que, embora seja completamente utópico, destaca-se pelo caráter progressivo. De acordo com as descrições da *República*, o Estado Ideal é aquele em que todos cooperam com a satisfação das necessidades do corpo coletivo, tendo essa cooperação forte vínculo com a parte da alma prevalecente em cada cidadão. A classe trabalhadora, detentora da alma concupiscível, está destinada à satisfação das necessidades materiais dos cidadãos; os guerreiros, cuja alma irascível encontra-se acima de tudo, têm a tarefa de defender corajosamente a cidade da violência dos inimigos; e, por último, aqueles homens cuja alma é racional possuem o dever de orientar o Estado e proporcionar educação aos seus cidadãos. Para Popper, essas triplas camadas da alma podem ser reduzidas a um quadro no qual uma classe de governantes ou responsáveis armados e instruídos opõe-se à classe dos governados, que não possui armas nem educação:

Que Platão divide sua casta governante em duas classes, a dos guardiões e a dos auxiliares, sem elaborar subdivisões similares na classe trabalhadora, deve-se amplamente ao fato de que ele se interessava apenas pelos governantes. Os trabalhadores não lhe

¹³¹ Popper mostra que Heráclito generalizara sua experiência do fluxo social estendendo-o ao mundo de todas as coisas e, Platão fez o mesmo, conforme o sugerido. No entanto, o discípulo de Sócrates estendeu sua crença em um estado perfeito e imutável ao reino de todas as coisas. Acreditava que a cada espécie de coisa ordinária e decadente corresponde uma coisa perfeita, sua forma, e incorruptível. Essa crença nas coisas perfeitas e imutáveis é a corriqueiramente chamada Teoria das Formas ou Ideias. Ela se tornou central na filosofia platônica sendo desenvolvida sobretudo no sexto livro da *República* (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1). Muitos classicistas rejeitaram que foi Platão um historicista no sentido apontado por Popper. Argumentaram que a Teoria das Ideias apelava antes a ideais filosóficos do que a questões políticas e a ideais históricos (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*). Dessa maneira procurou nosso autor analisá-la no segundo capítulo de *Conjecturas e refutações*.

¹³² Ainda sobre Heráclito, Popper observa: “Essa ênfase sobre a mudança, e especialmente a mudança na vida social, é uma característica importante não só da filosofia de Heráclito como do historicismo em geral. A mutabilidade das coisas, e mesmo dos reis, é uma verdade que se torna mister gravar sobretudo naqueles que tem como estabelecido o meio social em que vivem. Isso deve ser admitido. No entanto, na filosofia de Heráclito, manifesta-se uma das características menos recomendáveis do historicismo, a saber, a excessiva ênfase na mudança, combinada com a crença complementar numa inexorável e imutável *lei do destino*.” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 27, destaques do autor).

interessavam absolutamente; não passam do gado humano cuja função única é prover as necessidades materiais da classe dirigente. Platão até proíbe que seus governantes legissem para gente dessa classe e seus míseros problemas. Por essa razão, nossas informações sobre os trabalhadores são tão escassas.¹³³

Desse jeito, Platão só está realmente interessado na educação dos governantes: ele até permite que camponeses e artesãos transmitam hereditariamente suas habilidades, mas prescreve leis exatas quanto à criação dos guardiões do seu Estado.¹³⁴ Para os guerreiros, a educação mais apropriada seria a tradicional, girando em torno da ginástica e da música – estas devem mitigar as forças do corpo e evitar que se convertam em brutalidade. Quanto aos guardiões, o tratamento é ainda mais delicado: eles devem ser filósofos capazes de elevarem-se acima das coisas sensíveis. Ambas as camadas – guardiões e guerreiros – não têm direito à propriedade privada ou família, uma vez que, ao ver de Platão, tais coisas ofuscariam suas preocupações com a vida pública e a busca do bem comum. Para esse bem comum, Platão não hesita em sacrificar os indivíduos socialmente mais fracos, tais como doentes crônicos ou bebês nascidos com deformações. Tal contexto nos leva, agora, a considerar a visão popperiana de Platão como um reacionário, a servir a causa do totalitarismo, ainda que com alguns traços humanitários:

Por que Platão tentou atacar o individualismo? Acho que ele sabia muito bem o que estava fazendo ao apontar suas armas para essa posição, pois o individualismo, talvez ainda mais do que o igualitarismo, era uma fortaleza das defesas do novo credo humanitário. A emancipação do indivíduo, de fato, era a grande revolução espiritual que conduzira à queda do tribalismo e à ascensão da democracia. A extraordinária intuição sociológica de Platão mostra-se no modo por que ele invariavelmente distinguia o inimigo, onde quer que o encontrasse.¹³⁵

Tamanho questionamento evidencia que a atenção de Popper volta-se ao conceito axial de toda *República*: o de *justiça*.¹³⁶ Platão identifica justiça com privilégio de classe. O filósofo grego considera exatamente aquilo que serve aos interesses do Estado e, por conseguinte, a justiça inclina-se ao Estado ao invés de às relações entre os cidadãos. Tendo em vista estarmos acostumados a pensar a justiça como *ausência* de

¹³³ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1, pp. 39-40. Tradução minha.

¹³⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹³⁵ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 116.

¹³⁶ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

privilégios, a abordagem platônica, na verdade, acaba por legitimar e justificar os privilégios que salvaguardam a estabilidade e segurança do Estado – incluindo, claro, a rígida divisão em classes. Ao perceber que suas teorias colidiriam com as sensibilidades de seus concidadãos, Platão promoveu um Estado despótico ao mesmo tempo em que tentou mostrar que, ainda que tal modelo totalitário fosse desagradável na aparência, era, realmente, o mais justo. Destarte, em resposta ao desafio do igualitarismo e do humanitarismo, Platão apresentou um conjunto de princípios diametralmente opostos: em sua discussão do caminho rumo à excelência, afirmou o princípio do privilégio natural contra a eliminação igualitária de todos os privilégios; substituiu o individualismo pelo holismo ou coletivismo; e, em oposição ao princípio do protecionismo,¹³⁷ de acordo com o qual, genericamente, o Estado tem a tarefa de proteger a liberdade dos cidadãos, ele argumenta que deveria ser o maior objetivo do indivíduo manter e fortalecer o Estado:

[...] por causa de seu coletivismo radical, Platão nem mesmo se interessa por aqueles problemas que os homens usualmente chamam de problemas de justiça, ou seja, a avaliação imparcial das reclamações dos indivíduos. Tampouco se interessa em ajustar as reivindicações do indivíduo às do Estado. Dado que o indivíduo é inteiramente inferior. “Legislo tendo em vista o Todo”, diz Platão, “... pois coloco justamente os interesses do indivíduo em um nível de valor completamente inferior”. Ele está interessado somente no coletivo como um todo e a justiça, para ele, nada mais é do que a saúde, unidade e estabilidade do corpo coletivo.¹³⁸

No que concerne à primeira dessas diferenças, ressalta Corvi, Popper lembra que o princípio do igualitarismo – isto é, de que todos devem ser tratados imparcialmente – encontrou sua maior expressão na boca de Péricles.¹³⁹ Platão, ao contrário, optou por

¹³⁷ O termo “protecionismo” é comumente utilizado para descrever tendências que são opostas à liberdade. Entre os economistas, costuma ser entendido como a política de um governo para proteger indústrias nacionais contra a competição; já o moralista pode entendê-lo como um pedido de que funcionários do Estado estabeleçam uma tutela moral sobre a população. O que Popper refere, entretanto, não se relaciona com algum desses significados. Ele deseja expressar uma teoria política que, embora seja liberal, nada tem a ver com uma política de estrita não intervenção. Liberalismo e interferência estatal não se opõem mutuamente. Pelo contrário, qualquer espécie de liberdade será claramente impossível caso não seja assegurada pelo Estado (Ibid.). Desenvolveremos essa questão posteriormente.

¹³⁸ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1, p. 92. Tradução minha.

¹³⁹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Para Popper, a *Oração Fúnebre* apresenta um programa equivalente ao de um magistral individualista igualitário ou de um democrata que não concebia que a democracia deveria se exaurir no ingênuo princípio de que “o povo deve governar”. Pelo contrário, o regime democrático deve fundamentar-se, sobretudo, na fé na razão e no humanitarismo (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1). Por outro lado, mostra Philip Parvin que, entre classicistas, a idealização de Popper da Atenas Clássica como uma sociedade “aberta” ou “progressista”

apresentar uma alternativa anti-igualitária. Em segundo lugar, como vimos de início, o ateniense utilizou-se de certas ambiguidades nos conceitos de “individualismo” e “coletivismo”, identificando o primeiro com o egoísmo e o segundo com o altruísmo. Mostramos que, aos olhos de Popper, esse é um procedimento inexato, uma vez que individualismo e altruísmo não são, na realidade, incompatíveis. Diferentemente, esses dois são as duas ideias norteadoras e são componentes centrais na doutrina do cristianismo:

Esse individualismo, unido ao altruísmo, tornou-se a base de nossa civilização ocidental. É a doutrina central do cristianismo (“Ama a teu próximo”, dizem as Escrituras, e não “ama a tua tribo.”); e forma o âmago de todas as doutrinas éticas que surgiram de nossa civilização e a estimularam. É também, por exemplo, a doutrina prática central de Kant (“reconhecei sempre que os indivíduos humanos são fins e não os utilizeis como simples meios para vossos fins”). Não há outro pensamento que tenha sido tão poderoso para o desenvolvimento moral do homem.¹⁴⁰

Tamanha oposição, de acordo com Corvi, leva à terceira e última oposição entre igualitarismo e anti-igualitarismo: para Platão, o código moral deve ser conforme à utilidade política, porque o critério ético final de seu projeto é o interesse do Estado.¹⁴¹ Os cidadãos nada valem e podem até ser sacrificados em vista do bem público.¹⁴² *Expositis*, Popper nem mesmo pode compartilhar da concepção platônica da liderança dos sábios. Platão mentalizava, com isso, o intelectualismo socrático que identificou virtude e conhecimento e afirmava que a excelência moral poderia ser ensinada. No entanto, observa Popper que o próprio Sócrates era um individualista, que seu intelectualismo se

era irrealista e carregada de imprecisão (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*). No capítulo 10, v. 1, de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper tenta desviar-se de semelhantes ataques ao dizer que sua intenção não era defender tudo o que os atenienses fizeram para edificar seu império. Lembra que a democracia ateniense ainda tinha a escravidão como sustento, mas defendeu que as autoproclamadas exclusividade e autossuficiência do tribalismo só podiam ser contornadas por alguma forma de imperialismo e que algumas medidas tomadas por Atenas eram, antes, liberais. Tal como a abertura à ilha jônica de Samos, permitindo que “[...] ambas as cidades fossem um só Estado; e que os samianos ordenassem seus negócios internos como lhes contentasse, preservando as suas leis” (POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1, pp. 158-59. Tradução minha).

¹⁴⁰ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 117.

¹⁴¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁴² Sobre o confronto entre sistemas individualistas e sistemas holistas, Alberto Oliva também lembra: “[...] o individualista tende a dar prioridade à *creative destruction* que promove a substituição de algum produto ou técnica por outra cuja superioridade pode ser objetivamente atestada pela avaliação das vantagens comparativas. Já a maioria das vertentes holistas acaba se envolvendo com projetos de grande transformação da ordem social existente pelo fato de que a crença de que coletivos têm vida própria tende a descambar para a atitude que lhe atribui superioridade ontológica, ascendência normativa e finalidades transcendentais *vis-à-vis* à vida dos indivíduos [...]” (OLIVA, A. *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*, p. 95).

revestia de uma tendência antiautoritária e que identificava conhecimento com o reconhecimento de não saber. Seus ensinamentos, por conta de sua insistência na necessidade da educação, acabaram por ser distorcidos por seu discípulo:

Não era tão difícil, além do mais, reinterpretar Sócrates como tendo recomendado um governo dos “educados”, dos filósofos eruditos. Platão foi muito encorajado a essa interpretação ao descobrir que isso também fazia parte do antigo credo pitagórico, e, acima de tudo, ao encontrar, em Arquitas de Tarento, um sábio pitagórico, assim como um grande e bem sucedido estadista. Aí, pensou ele, estava a solução do enigma. Não havia o próprio Sócrates encorajado seus discípulos a terem participação na política? Não significava isso que ele desejava que os iluminados, os sábios, governassem? Que diferença entre a cruza da plebe governante em Atenas e a dignidade de um Arquitas! Certamente, Sócrates, que nunca formulara qualquer solução para o problema constitucional, devia ter em mente o pitagorismo.¹⁴³

Platão explorou bem esse ponto quando prescreveu para os guardiões uma educação que os privava de toda originalidade e iniciativa; a fim de que defendessem a ordem estabelecida da maneira mais zelosa possível.¹⁴⁴ Em troca, os guardiões – que deveriam ser filósofos – tinham o direito de mentir e até trapacear a fim de enganar inimigos ou concidadãos. Popper, tendo em vista, claro, suas preocupações epistemológicas – considera que tal permissividade contradiz a imagem do filósofo como um homem dedicado ao amor à verdade. O ateniense, na ótica popperiana, só não foi mais longe por ainda preservar parte considerável do espírito socrático. Ficou por conta dos modernos inimigos da sociedade aberta, Hegel e seus sucessores, que trataremos no próximo subcapítulo, levar isso ao passo:

A filosofia de Platão ainda está longe, porém, daquele modesto buscador da verdade e da sabedoria tão carinhosamente retratado por Sócrates. Ele se parece mais com um altivo detentor da verdade e da sabedoria, com o direito de exercer a dupla função de guardião e legislador sem o qual a sociedade está condenada ao colapso. Popper suspeita que a obra de Platão, por mais completa que seja em referências ao seu contexto social, é mais do que um tratado teórico – em vez disso, é um ‘manifesto político tópico’ no qual reside um autorretrato escondido do soberano ideal.¹⁴⁵

¹⁴³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, pp. 211-12. Philip Parvin ressalta que há poucas evidências para apoiar a afirmação de Popper de que Sócrates comprometeu-se com o racionalismo crítico, o individualismo e o igualitarismo (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*).

¹⁴⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 59. Tradução minha.

Popper, como bem relembra a autora, foi frequentemente atacado pelo seu tratamento severo a Platão.¹⁴⁶ Contra a acusação de que ele profanou o mais venerável filósofo da antiguidade, Popper procurou serenamente enfatizar sua análise de que o ateniense era, *ipso facto*, um reacionário para sua própria época, já saturada com o espírito libertário e humanitário a que ele obstinadamente se opôs. No entanto, Popper ainda expressava considerável admiração por Platão, mas julgava como uma necessidade o combate à sua filosofia moral e política e como uma benfeitoria advertir aqueles que por ela poderiam ser “enfeitiçados”. A “sedução” de Platão ao longo dos séculos deve-se, na ótica popperiana, principalmente a uma luta que pode ser vista travada em suas obras entre o individualismo socrático, de um lado, e a necessidade de se opor a esse mesmo individualismo, por outro, tornada aguda por conta de sua própria identidade de classe. Esse conflito significa que alguns elementos humanitários permanecem no projeto platônico e fazem com que muitas pessoas o interpretem de maneira equivocada. Outra razão para essa obstinada crença na lenda do humanitarismo de Platão é a própria boa-fé de seu programa totalitário: embora ele defendesse uma forma demasiado rígida de governo, seu ideal não era a exploração máxima da classe trabalhadora, e sim a estabilidade do todo.¹⁴⁷

2.2.4. Os modernos inimigos da Sociedade Aberta: Hegel e as raízes do totalitarismo moderno

Conforme acabamos de mostrar, a teoria platônica da justiça, tal como apresentada na *República*, configura-se, para Popper, como uma tentativa consciente de subjugar as tendências igualitárias, individualistas e protecionistas do emergente credo

¹⁴⁶ Uma das obras mais conhecidas que surgiram nessa reação às críticas de Popper foi *In Defense of Plato* (Em defesa de Platão, em tradução livre), de Ronald B. Levinson (1896-1980). Popper busca responder aos argumentos de Levinson no adendo ao primeiro volume de *A sociedade aberta e seus inimigos* (parte acrescentada em 1961).

¹⁴⁷ “Ao invés de mostrar sua hostilidade à razão, fascinou todos os intelectuais com seu brilhantismo, lisonjeando e comovendo-os com sua exigência de que os eruditos devem governar. Embora argumentando contra a justiça, persuadiu todos os homens justos de que lutava por ela. Nem mesmo para si próprio admitiu plenamente que estava condenando Sócrates e a liberdade de pensamento; e, ao fazer de Sócrates o seu defensor, convenceu todos os outros de que estava lutando por ela. Platão tornou-se, então, o pioneiro de muitos propagandistas que desenvolvem a técnica de apelar para sentimentos morais e humanitários a fim de servir a finalidades imorais e anti-humanitárias” (POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 1, p. 175. Tradução minha).

humanitário.¹⁴⁸ Por conseguinte, o ímpeto desse empreendimento era restabelecer as reivindicações do tribalismo a partir do desenvolvimento de uma teoria moral totalitária.

Platão, dessa maneira, ao invés de buscar combater o igualitarismo por meio de argumentos, evitava sequer discuti-lo. Seu êxito foi conseguir engajar sentimentos humanitários, com considerável força, na causa do governo totalitário de classe de uma raça que, julgava o ateniense, era naturalmente dominadora e superior.

Como bem observa Popper, tais prerrogativas de classe que nos apresenta Platão eram necessárias à estabilidade de seu Estado Perfeito. Elas constituem a essência da Justiça. Em última análise, a Justiça mostra-se útil ao poder, à saúde e à estabilidade do Estado. Esse argumento é semelhante, por sua vez, à moderna definição totalitária: “direito é tudo quanto for útil ao poder de minha nação, de minha classe ou de meu partido”.¹⁴⁹

Segue-se que, como Platão, nem Hegel e nem Marx perceberam que a pergunta correta não era “[q]uem deve governar?”, mas, como precisamente coloca Popper, “[c]omo poderemos organizar as instituições políticas de modo tal que maus ou incompetentes governantes sejam impedidos de causar demasiado dano?”¹⁵⁰

É bastante óbvio, como diz Corvi, que, embora algumas ideias importantes sejam comuns tanto a Platão quanto a Marx, existem também diferenças fundamentais que se relacionam com a maneira pela qual a história se desenvolveu.¹⁵¹ Popper sequer tenta reconstruir as fases desse processo. Ele simplesmente identifica algumas ideias de Platão que se localizam no cerne da filosofia de Aristóteles, que, apesar de ter sido possuidor de uma cultura extraordinária e ter uma amplitude de interesses, não pode ser considerado um pensador original. A única correção feita por ele no platonismo foi quanto à doutrina da mudança: o estagirita não a concebeu de forma totalmente pessimista, mas a via como um progresso se a causa final fosse em si mesma boa.¹⁵²

¹⁴⁸ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 135.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 136, destaque do autor.

¹⁵¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁵² Popper também possui uma visão rigidamente crítica da filosofia aristotélica, que apesar de fundir a aristocracia do sábio-vidente com a aristocracia do cientista (predominantemente o médico), levando a preocupação com a sociedade para um tratamento tipicamente empírico ou essencialista, não conseguiu elaborar, observa Francisco de Araújo Santos, uma cosmovisão direcionada ao homem comum, universal ou democrático. Daí que, em certo sentido, diz o autor, as críticas *de A sociedade aberta e seus inimigos* possuam algum fundamento, embora pareçam, para ele, “exageradamente rígidas e anacrônicas” – insensíveis para com a “distância histórica”. Cf. seu *A emergência da modernidade: atitudes, tipos e modelos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990, em que o filósofo gaúcho procura, no capítulo VI, desenvolver uma análise geral e positiva da influência da filosofia aristotélica na modernidade. Ademais, Philip Parvin também observa que, para classicistas, tais como John Plamenatz (1912-1975), o tratamento dado a

É verdade que nada defendia Aristóteles que possa ser atribuído diretamente ao historicismo, por outro lado, também é verdade que o seu essencialismo, ao ver de Popper, forneceu alguns ingredientes que estavam em falta para suplementar a filosofia historicista.¹⁵³ Popper sugere, dentro de uma breve revisão, que esse longo período que se estende da antiguidade a Hegel pode ser interpretado em termos do conflito entre sociedade aberta e sociedade fechada. Durante esses séculos, o autoritarismo medieval apropriou-se dos pensamentos platônico e aristotélico e o magnânimo exemplo de Péricles de Atenas (495 a. C. - 429 a. C), manifesto em sua *Oração Fúnebre*, permaneceu esquecido – bem como o cristianismo primitivo com sua revolta contra o tribalismo judaico e sua rejeição da concepção de Deus como uma divindade tribal:

O autoritarismo medieval começou a dissolver-se com o Renascimento. Mas, no continente europeu, a sua réplica política, o feudalismo medieval, não fora seriamente ameaçado antes da Revolução Francesa. (A Reforma apenas o fortalecera.) A luta pela sociedade aberta só voltou a começar com as ideias de 1789, e as monarquias feudais logo sentiram a seriedade desse perigo. Quando, em 1815, o partido reacionário começou a retomar o poder na Prússia, achou-se a necessidade de uma ideologia. Hegel foi indicado para suprir essa necessidade e ele o fez revivendo as ideias dos primeiros grandes inimigos da sociedade aberta: Heráclito, Platão e Aristóteles. Assim como a Revolução Francesa tornara a descobrir as ideias perenes da Grande Geração e do Cristianismo, a liberdade, a igualdade e a fraternidade de todos os homens, assim também Hegel redescobriu as ideias platônicas que jazem por trás da perene revolta contra a liberdade e a razão.¹⁵⁴

Pelas palavras supracitadas, podemos ver que Hegel é o próximo alvo dos ataques de Popper. Descrito como um escritor “indigesto” e de supremacia apenas quanto à sua falta de originalidade, é visto como o principal inimigo moderno da luta pela sociedade aberta.¹⁵⁵ Ao ver de Popper, Hegel era como um empregado fielmente a serviço de seu empregador, Frederico Guilherme II (1688-1740), rei da Prússia. Hegel exerceu grande influência na filosofia da história, na filosofia política e na educação e

Aristóteles por Popper assemelhava-se ao desdém de um homem para com o outro o qual julga como “intelectualmente inferior” e que suas críticas ao estagirita refletem mais a intensidade de seu desprezo e menos seu objeto de desprezo (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*).

¹⁵³ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁵⁴ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 37.

¹⁵⁵ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Uma das acusações dirigidas contra Popper por estudiosos de Hegel é que nosso autor ao invés de lidar diretamente com os escritos do filósofo alemão, parecia confiar, como refere na nota geral ao capítulo 12 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, quase inteiramente na antologia *Hegel: Selections*, editada por Jacob Loewenberg (1882-1969). Trata-se de um livro destinado a estudantes e sem uma única obra completa (PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Karl Popper*).

configura-se como a principal fonte de todo historicismo contemporâneo. Suas ideias são, em grande parte, decorrências da cultura na qual se desenvolveram:

O hegelianismo é o renascimento do tribalismo. A significação histórica de Hegel pode ser vista no fato de ele representar o “elo perdido”, por assim dizer, entre Platão e a forma moderna do totalitarismo. A maioria dos modernos totalitários não se apercebeu de que suas ideias podem ser rastreadas até Platão. Mas muitos sabem de sua dívida para com Hegel e todos eles foram criados na atmosfera fechada do hegelianismo. Foram ensinados a adorar o Estado, a história e a nação.¹⁵⁶

Quanto às doutrinas hegelianas mais características, devemos ter em mente que ele acreditava que a história, ao contrário do que sustentava Platão, evidenciava o progresso.¹⁵⁷ O autor não concebia a mudança como um movimento em direção à decadência, como o ateniense, sob influência heraclitiana, outrora sustentara. Juntamente com Aristóteles e Espeusipo, Hegel acreditou que as Ideias ou *essências* situam-se nas coisas em fluxo.¹⁵⁸ Sustentava que toda coisa real é uma Ideia. Tal posicionamento não significava que estivesse fechado o abismo ocasionado por Platão entre a essência de uma coisa e sua aparência sensível, uma vez que, conforme reproduzido em *A sociedade aberta e seus inimigos*, Hegel escreveu: “[q]ualquer menção de Essência implica que a distinguimos do Ser (da coisa)”; “devemos encarar a última, quando comparada à Essência, antes como mera aparência ou semelhança... Tudo tem uma Essência, dissemos: isto é, as coisas não são o que imediatamente mostram ser”.¹⁵⁹ Logo, conforme Platão e Aristóteles, Hegel concebe as essências, pelo menos as dos organismos (e, portanto, dos Estados), como “almas” ou “Espíritos” (de um povo, de uma classe etc.).

O historicismo hegeliano é, por sua vez, um historicismo otimista. Suas “essências” ou “espíritos”, como as “almas” de Platão, movem-se por si mesmas ou, Popper usa termos em moda à sua época, são “emergentes” ou “auto-criadoras”.¹⁶⁰ Cada etapa de seus desenvolvimentos contém as precedentes. Além do mais, cada etapa supera a sua anterior, aproximando-se da perfeição. A lei geral do desenvolvimento identifica-se com a do progresso. Não um progresso simples e direto, mas um progresso

¹⁵⁶ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, p. 37. Tradução minha.

¹⁵⁷ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁵⁸ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 43.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 43. Posteriormente, Popper também menciona a expressão “Evolução criativa”. O que nos leva a entender que esses termos eram provenientes da filosofia bergsoniana.

dialético revestido, em seu fundo, por uma obsessão totalitária.¹⁶¹ Vejamos como isso se desdobra.

No que concerne à dialética *tout court*, Popper nos informa que suas principais ideias constituintes remontam a Heráclito – que já enfatizava a guerra dos opostos e a formação dos elementos de nosso mundo através da fusão entre eles.¹⁶² À inspiração na teoria heraclitiana do devir, Hegel acrescentou, após realizar uma revisão fatídica, as ideias da dialética kantiana. Ele concordava com Kant acerca da existência das antinomias da razão. No entanto, alegou que Kant não precisava ter se preocupado com elas. É da própria natureza da razão, a seu ver, que ela se contradiga; e não uma fraqueza das faculdades humanas.¹⁶³ É da essência própria da racionalidade trabalhar com contradições e antinomias. Para Hegel, Kant lidou com a razão como se ela fosse algo de estático e esqueceu que a humanidade se desenvolve e, com ela, a nossa herança social. Nossa razão, portanto, nada mais é do que um fruto dessa herança social; ou, em outras palavras, do desenvolvimento do grupo social em que vivemos. Tal desenvolvimento processa-se dialeticamente. Em um ritmo ternário, primeiro apresenta-se uma tese que será contraditada por seus antecessores, que apresentarão uma antítese. Do conflito dessas concepções, engendra-se a síntese, isto é, conforme ficou nuançado, uma espécie de unidade entre opostos, transigência, unificação em nível mais elevado. A síntese supera as posições originais uma vez que reduz as mesmas a componentes de si mesma “negando-as, elevando-as, preservando-as”.¹⁶⁴ Uma vez posta em jogo a síntese, todo o processo replica-se no mais alto nível até então alcançado. Em suma, temos, na interpretação de Popper, o ritmo ternário do que Hegel denominou como “tríade dialética”. No entanto, apelando para o caráter frutífero das contradições, os dialéticos passaram a apregoar o abandono da lei da contradição, puramente lógica, alegando que a dialética tem o poder de conduzir a uma nova lógica: a lógica

¹⁶¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁶² *Ibid.*

¹⁶³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 46. Popper alerta que precisamos ter cuidado com o número de metáforas que os dialéticos empregam – muitas vezes tomadas demasiadamente a sério. Uma delas seria a afirmativa de que a tese “produz” sua antítese. Na verdade, o que produz a antítese é a nossa atitude crítica. Quando a atitude crítica está em falta, o que amiúde acontece, não haverá criação de nenhuma antítese. Concomitantemente, precisamos ter cuidado em não acreditar que há uma “luta” entre tese e antítese que “produz” a síntese. Essa luta, na verdade, é uma batalha entre mentes que precisam produzir novas ideias. Mesmo quando se alcança uma síntese, dizer que ela “preserva” os melhores aspectos da tese e da antítese constitui, quase sempre, uma descrição muito crua da síntese; já que, além das ideias antigas que foram “preservadas”, a síntese sempre contém, sob a ótica do progresso do conhecimento, alguma nova ideia que é irreduzível a etapas anteriores. Em outras palavras, de modo ordinário, a síntese será sempre mais do que mera construção feita com os materiais disponibilizados pela tese e pela antítese (POPPER, K. R. “Que é a dialética?” In *Conjecturas e refutações*, pp. 343-365).

dialética.¹⁶⁵ Desse modo, a dialética passaria a ser, enquanto concebida como uma doutrina do desenvolvimento histórico do pensamento, uma teoria lógica e uma interpretação geral do mundo.

Popper admite, entretanto, que está disposto a aceitar que a tríade dialética hegeliana, conforme descrita, não é uma descrição má do modo pelo qual uma discussão racional e, logo, todo o conhecimento científico, pode progredir.¹⁶⁶ Toda crítica, lembra Popper, consiste no apontamento de contradições e discrepâncias, e o progresso do conhecimento depende, por sua vez, da eliminação de contradições, onde quer que sejam encontradas. Isso significa, portanto, que a ciência procede a partir da suposição de serem as contradições inadmissíveis e evitáveis, de modo que elas forcem o cientista a fazer todo esforço, dentro do arcabouço empírico de que dispõe, para eliminá-las. Uma vez admitida a contradição, a ciência entra em colapso:

Muito importante é o fato de que, se mudarmos de atitude e passarmos a aceitar as contradições, elas perderão imediatamente sua fertilidade e deixarão de provocar o progresso intelectual. De fato, se estivéssemos preparados para conviver com as contradições, o caráter contraditório das nossas teorias não nos induziria mais a alterá-las. Em outras palavras, toda a crítica (que consiste em identificar contradições) perderia sua força. Qualquer crítica seria respondida por um “Por que não?” – ou talvez mesmo pela acolhida entusiástica das contradições que nos fossem apontadas.¹⁶⁷

Essa doutrina é apenas um dos principais dogmas do hegelianismo, lembra Popper. Com ela, Hegel intenta operar livremente com todas as contradições. Hegel insistiu que todas as coisas são contraditórias a fim de defender uma posição que significa não apenas a derrocada da ciência, mas de todo argumento racional. Seu objetivo não era diferente: inviabilizando a argumentação e a crítica, sua filosofia estaria a salvo de qualquer objeção de modo que se estabeleceria um dogmatismo reforçado, imune a qualquer ataque, “cume insuperável de todo desenvolvimento filosófico”.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

¹⁶⁷ POPPER, K. R. “Que é a dialética?” p. 347.

¹⁶⁸ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 46. Popper diz que esse é um primeiro exemplo de uma típica distorção dialética. A ideia do progresso, popular a um período que conduziu a Darwin, e que não convergia com interesses conservadores foi direcionada ao seu lado oposto, o de um desenvolvimento que atingiu o seu fim – ou um desenvolvimento detido. Roberta Corvi ressalta que, com o aparecimento do marxismo, a dialética passou a assumir um papel importante não apenas na filosofia, mas na reflexão política. A interpretação marxista opõe-se ao conservadorismo hegeliano, ainda que preserve as suas conotações otimistas (CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*).

O segundo dos dois pilares do hegelianismo é a sua *filosofia da identidade*. Esta se configura como uma aplicação da dialética e foi derivada, segundo a interpretação de Popper, de uma série de equívocos. Platão, que sustentou que somente as Ideias são reais e o que é destinado a perecer é irreal. Kant, por sua vez, discorreu, em sua dialética, acerca das “Ideias da Razão Pura” e utilizou a palavra “Ideia” no sentido de “ideias na mente”. Dessa última doutrina, Hegel aceita serem as ideias algo mental, ou racional, derivando a equação Ideia = razão. Combinadas essas concepções, alcançamos a igualdade entre real e razão (Real = Razão). A partir disso, Hegel afirma:

O que é real é racional e o que é racional é real. Esta é a convicção de toda consciência livre de preconceitos e dela parte a filosofia tanto ao considerar o universo espiritual quanto o universo natural. Quando a reflexão, o sentimento e em geral a consciência subjetiva de qualquer modo consideram o presente como vão, o ultrapassam e querem saber mais, caem no vazio e, porque só no presente têm a realidade, eles mesmos são esse vazio.¹⁶⁹

O principal “rebento”¹⁷⁰ dessa doutrina é um *positivismo ético e jurídico*; isto é, a doutrina de que o que existe é “bom” – visto que não há padrões além dos padrões existentes. De acordo com Popper, mostra Júlio César Rodrigues Pereira, a filosofia da identidade permitiria a Hegel subverter os ideais conclamados pela Revolução Francesa que acabavam de se tornar hegemônicos na Europa Continental.¹⁷¹ A defesa da liberdade de pensamento, nos moldes hegelianos, converte-se na defesa da “verdade objetiva” enquanto sancionada pelo Estado; a defesa da liberdade individual garantida constitucionalmente transmuta-se na defesa dos direitos do Estado enquanto Espírito Objetivo. Vejamos o que diz Hegel e, logo em seguida, o que Popper contrapõe:

O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever.¹⁷²

Assim, a demanda de liberdade de pensamento, e a exigência da ciência por julgar por si mesma, são dadas como “pretensiosas”; mas este é apenas o primeiro passo na torção de Hegel. Em seguida,

¹⁶⁹ HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. XXXVI (Prefácio).

¹⁷⁰ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 47.

¹⁷¹ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*.

¹⁷² HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*, p. 217 (§ 258).

ouvimos que, em face de opiniões subversivas, ‘o Estado deve proteger a verdade objetiva’, o que suscita a questão fundamental: quem deve julgar o que é e o que não é verdade objetiva? Hegel replica: ‘O Estado tem, em geral que se decidir sobre o que deve ser considerado como verdade objetiva’. Com essa resposta, a liberdade de pensamento, e as reivindicações da ciência para estabelecer seus próprios padrões, cedem, finalmente, aos seus contrários.¹⁷³

Esse conflito, para Popper, é uma derivação direta da filosofia da história hegeliana, afirma Pereira.¹⁷⁴ Uma vez que o movimento das coisas, para ela, desvela a essência e o destino da realidade; e se esta realidade é racional, logo, o desenvolvimento histórico do Espírito dos Povos, encarnados em nações que constituem os Estados, igualaria os direitos desses últimos aos cidadãos – que a passagem supracitada de *Princípios da filosofia do direito* outorga como submissos ao soberano direito estatal.

Além de crítico da liberdade individual, Hegel seria também um crítico da fraternidade universal, inclusive da ideia de cosmopolitismo, ocupando um papel de destaque na formação do nacionalismo germânico que, como sabemos, apregoadado pelo nacional-socialismo, perpetró terríveis atentados à dignidade humana. O nacionalismo seria, nada mais, nada menos, um apelo ao tribalismo:

O nacionalismo faz apelo a nossos instintos tribais, à paixão e ao preconceito, e a nosso nostálgico desejo de ser aliviados da tensão da responsabilidade individual, que ele tenta substituir por uma responsabilidade coletiva ou de grupo. É em correlação com essas tendências que verificamos que as mais antigas obras sobre teoria política, mesmo a do Velho Oligarca, mas de modo mais acentuado as de Platão e Aristóteles, expressam concepções decididamente nacionalistas, pois tais obras foram escritas numa tentativa para combater a sociedade aberta e as novas ideias de imperialismo, cosmopolitismo e igualitarismo.¹⁷⁵

Para encerrarmos a discussão da filosofia da identidade hegeliana, faz-se importante também lembrarmos que, afora o seu positivismo ético-jurídico, assevera Popper que temos como subproduto uma teoria da verdade que soa demasiado conveniente. Sendo todo racional real, temos que concordar que tudo quanto seja

¹⁷³ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The High Tide of Prophecy: Hegel, Marx, and the Aftermath*. v. 2. London and New York: Routledge. p. 41. Tradução minha.

¹⁷⁴ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*.

¹⁷⁵ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, pp. 56-57. O nacionalismo, enquanto uma pura expressão do ressentimento, liga-se à ideia de *missão nacional*, ideia romântica de forte apelo emocional, embora desprovida da “sedução científica” que a ideologia acaba por exigir e como pretende, assim, tê-lo o pretencioso racionalismo marxista e o racismo nazista – este estribado em suas alegadas bases “antropobiológicas” e “experimentais” (BARROS, R. S. M. *O fenômeno totalitário*, pp. 159-60).

racional deve conformar-se à realidade e, portanto, ser verdadeiro. A verdade se desenvolve de modo semelhante à razão e, destarte, tudo que parece certo para aqueles cuja razão está atualizada deve ser verdadeiro:

Desde que estejais atualizados, tudo quanto precisais é prover-vos de uma doutrina; isto faz com que ela seja verdadeira, por definição. Desse modo, a oposição entre o que Hegel chama o “Subjetivo”, isto é, a crença, e o “Objetivo”, isto é, a verdade, transforma-se numa identidade; e esta unidade dos opostos explica também o conhecimento científico. “A Ideia é a união do Subjetivo e do Objetivo... A ciência pressupõe que a separação entre ela e a Verdade já foi abolida”.¹⁷⁶

Os pontos que acabamos de discutir servem para elucidar, em seus traços básicos, a alegação de Popper de que o totalitarismo moderno, que, para ele, era mais um episódio dentro da perene revolta contra a liberdade e a razão, era um descendente direto da filosofia de Hegel.¹⁷⁷ O totalitarismo moderno deve às elucubrações hegelianas o seu nacionalismo historicista, sua visão do Estado enquanto uma personificação do Espírito da Nação ou da raça que o criou.¹⁷⁸ Também hegeliana é a ideia de que o Estado é naturalmente inimigo de outros Estados e, desse modo, deve afirmar-se a partir da guerra – concepção que, aos olhos de Popper, está na raiz dos dois grandes conflitos

¹⁷⁶ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 48. Assemelha-se ao que, em *Popper, verdade e progresso científico*, denominamos como teoria da verdade como evidência. Popper a exemplifica em *O realismo e o objetivo da ciência*: “[...] sempre que eu sei que está a chover, tem de ser verdade que esteja a chover, pois, se não for verdade, não poderei saber que está a chover, por muito sinceramente que possa acreditar que o sei” (POPPER, K. R. *O realismo e o objetivo da ciência*, p. 46, destaque do autor). Nesse aspecto, “conhecimento” deve sempre significar “conhecimento verdadeiro e certo” e “conhecer”, por sua vez, significa deter razão suficiente para sustentar que o nosso conhecimento é certo e verdadeiro. Em *Conjecturas e refutações*, ao expor as desvantagens das teorias subjetivistas da verdade em relação à teoria da verdade como correspondência, Popper alega que ela confunde “o que se sabe ser verdade” com “o que é verdade” (cf. POPPER, K. R. “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”. In *Conjecturas e refutações*, pp. 250-53 e o subcapítulo 2.2 do capítulo 2 de nosso *Popper, verdade e progresso científico*: “As teorias rivais da teoria da correspondência”, pp. 47-51).

¹⁷⁷ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁷⁸ Ao estabelecer um vínculo entre a filosofia de Hegel e o nacionalismo nazista, Popper baseou-se fortemente no livro *The War Against the West (A guerra contra o Ocidente*, em tradução livre) do filósofo e teórico político húngaro Aurel Kolnai (1900-1973). Muitas das afirmações de Kolnai relacionadas ao assunto foram e continuam, de acordo com Philip Parvin, recheadas de controvérsias; e, no entanto, há poucas evidências de que Popper tenha atestado a confiabilidade das alegações desse autor ou que, simplesmente, tenha tirado conclusões independentes sobre a viabilidade das mesmas. Meramente as declarou como verdade. Ademais, parecia também Popper exagerar o vínculo intelectual entre pensadores como Edmund Husserl (1859-1938), Karl Jaspers (1883-1969), Martin Heidegger (1889-1976) e Max Scheler (1874-1928), atenuando as suas diferenças. Críticos sugeriram que nosso autor evidenciava uma falta de vontade de discutir argumentos específicos de pensadores específicos e uma tendência de agrupar muitos pensadores diferentes a fim de condená-los de uma só vez (PARVIN, P. *Major Conservatives and Libertarian Thinkers: Karl Popper*. Cf também o capítulo 12 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, nota 71 e ss.).

mundiais do último século. O único padrão de julgamento que se impõe ao Estado é o sucesso histórico, universal, de suas ações. O Estado é a lei e como tal é isento de obrigação moral. Com esse *status* amoral, até mesmo a propaganda enganosa e a distorção deliberada dos fatos são de uso permitido caso sirvam, no proceder do maquinário estatal, ao interesse público.

Se por um lado o Estado é amoral, a guerra é moralmente boa, especialmente ao colocar jovens nações contra velhas nações e temos, assim, um meio de atribuir um novo e grandioso valor à figura do líder, que encarna o espírito do povo e, desse modo, fornece uma base plausível para o anti-igualitarismo.¹⁷⁹ Finalmente, o ideal de uma vida heroica, fundada na doutrina do Grande Líder, é um ideal tipicamente tribalista em oposição ao homem “burguês” e à sua vida monótona e medíocre.

Por conseguinte, a ligação entre o historicismo (incluindo a sua versão hegeliana) e a nostalgia de uma sociedade fechada pode ser rastreada no totalitarismo moderno. Popper argumenta que, apesar de a fórmula de Hegel “o real é racional” carregar um otimismo ostensivo, há, no entanto, ampla margem para o pessimismo causado pela sensação dolorosa de que somos meros joguetes nas mãos de um destino irreversível. Apontando esse nexos entre o historicismo hegeliano e o totalitarismo racista triunfante, durante o período de exílio e reflexão política de Popper na Nova Zelândia, cabe, agora, analisarmos o que para o filósofo configura-se como o mais perigoso desenvolvimento do historicismo: o marxismo.

2.2.5. Marx como falso profeta

Ainda que com todas as suas intenções humanitárias, Marx é considerado por Popper, como bem vê Roberta Corvi, como um falso profeta, não tanto por ter realizado profecias que nunca se cumpriram, mas por ter encorajado a crença de que a profecia histórica é o modo científico de abordar os problemas sociais. O filósofo alemão assim acreditava que o desenvolvimento das sociedades humanas estava disciplinado por leis científicas, das quais esse mesmo desenvolvimento estava encarregado de desvelar.¹⁸⁰ Marx, lembra Bryan Magee (1930-2019), à semelhança dos homens bem informados de seu tempo, julgava que Newton descobrira as leis naturais que disciplinavam os

¹⁷⁹ “O papel criador do Grande Homem, a personalidade historicamente mundial, o homem de profundo conhecimento e grande paixão (agora, o princípio da liderança).” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 70).

¹⁸⁰ MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

movimentos da matéria no espaço, de tal modo que, se os dados relevantes a respeito de qualquer sistema físico fossem conhecidos, seria possível, para o cientista, predizer todos os estados futuros.

No entanto, ainda que Marx estivesse certo de que é possível à ciência fazer previsões caso o futuro seja, de alguma forma, predeterminado, sua conclusão, a da necessidade de postular um determinismo rígido, foi, ao ver de Popper, demasiadamente questionável:¹⁸¹

É que o argumento plausível de que a ciência pode predizer o futuro apenas se o futuro for predeterminado – se, por assim dizer, o futuro estiver presente no passado, acoplado nele – levou-o a aderir à falsa crença de que um método rigidamente científico deve ser estribado em um determinismo rígido. As “inexoráveis leis” da natureza e do desenvolvimento histórico de Marx mostram claramente a influência da atmosfera Laplaceana e da dos Materialistas Franceses. No entanto, a crença de que os termos “científico” e “determinista” são, se não sinônimos, ao menos inseparavelmente conectados, pode ser proclamada uma das superstições de um tempo que ainda não passou inteiramente.¹⁸²

Nos ensinamentos de Marx, burlando a abordagem psicologista de Mill,¹⁸³ encontramos um novo elemento denominado materialismo.¹⁸⁴ Nele, a economia ocupa a posição-chave, de modo que a ciência social deve coincidir com a história do desenvolvimento das condições econômicas da sociedade; estas vistas como “relações de produção”.¹⁸⁵ Popper admite que haja alguma validade na ideia de que a organização econômica da sociedade é base das instituições sociais e de sua evolução, mas caso somente aceitemos uma interação entre as condições econômicas e as ideias, e não

¹⁸¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁸² POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, pp. 80-81. Tradução minha.

¹⁸³ Cf. notas 89 e 97. Para Popper, o maior mérito de Marx, enquanto sociólogo, foi a sua oposição ao psicologismo (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2).

¹⁸⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁸⁵ Na *Contribuição à crítica da economia política*, Marx define o materialismo: “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam se desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social” (MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 47).

apenas uma dependência unilateral das últimas em relação às primeiras. O próprio Marx subestimou o poder do pensamento. Isso se refletiu, de modo controverso, em um evento inspirado em seus ensinamentos – a Revolução Russa:

É irônico que a própria história do marxismo forneça um exemplo que claramente falseia esse economismo exagerado. A *ideia* de Marx, *Trabalhadores de todos os países, uni-vos!* foi de grande significação até a véspera da Revolução Russa e teve sua influência sobre as condições econômicas. Porém, com a revolução, a situação tornou-se muito difícil, simplesmente porque, como o próprio Lênin admitiu, não havia mais ideias construtivas [...]. Então, Lênin teve algumas ideias novas, que podem ser brevemente resumidas no *slogan*: “O socialismo é a ditadura do proletariado, além da ampla introdução da mais moderna maquinaria elétrica.” Foi essa nova ideia que se tornou a base de um desenvolvimento que mudou todo o quadro material e econômico da sexta parte do mundo.¹⁸⁶

Não é surpreendente, portanto, que, para Popper, o materialismo marxista seja a raiz de uma série de erros fatais.¹⁸⁷ Entre eles, a recusa da engenharia social fragmentária¹⁸⁸ a partir da visão de que ela nunca pode ser bem sucedida em um meio cuja organização não é determinada pelos indivíduos, mas que estes são condicionados pela conjuntura econômica. Intimamente relacionada com essa noção é a ótica de que a política é impotente em face da realidade econômica. Para Marx, o Estado é tão somente uma parte da máquina através da qual a classe dominante esforça-se para perpetuar-se no poder. O corolário dessa visão é que todo regime de governo, mesmo o democrático, é uma ditadura da classe dominante:

A política é impotente. Nunca pode alterar decisivamente a realidade econômica. A principal, senão a única tarefa de toda atividade política bem inspirada é a de vigiar para que as modificações do revestimento jurídico-político se mantenham de acordo com as mudanças operadas na realidade social, isto é, com os meios de produção e com as relações entre as classes; desse modo, podem evitar-se as dificuldades que inevitavelmente surgiriam se a política ficasse atrás desses desenvolvimentos.¹⁸⁹

¹⁸⁶ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, p. 101, destaques do autor. Tradução minha.

¹⁸⁷ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*.

¹⁸⁸ Para Magee essa expressão é infeliz. “Fragmentária” é uma palavra que, às vezes, tem sentido pejorativo, apresentando a segunda e adicional desvantagem de tentar mascarar o radicalismo do método proposto; por outro lado, a palavra “engenharia” possui conotações desagradáveis quando aplicada a seres humanos. No entanto, ainda que a expressão ressoe como algo frio, nada poderia ser mais humanamente apaixonado do que o uso que dela faz Popper em defesa da liberdade (MAGGE, B. *As ideias de Popper*). Voltaremos ao assunto posteriormente.

¹⁸⁹ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, pp. 125-26, destaques do autor.

O fato de que Marx recebia, sem desprazer, o futuro inevitável é irrelevante do ponto de vista científico.¹⁹⁰ Em outras palavras, Marx não podia defender o futuro inevitável da mesma forma que um astrônomo não pode defender um eclipse que possui condições para prever. Ele defendeu diversas vezes o caráter científico da sua teoria: ela era descritiva e não prescritiva. Rejeitava, em contraste, outras variações do socialismo, que julgava como “utópicas”. Popper aceita essa distinção entre, de um lado, a crença marxista de que somos impotentes para fixar os rumos da história e, de outro, o credo utópico de que dispomos da capacidade de construir uma sociedade perfeita. Vejamos o que diz o *Manifesto* acerca das variantes do regime preconizado por Marx:

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social.¹⁹¹

Consequência notável do fato de o marxismo comparar-se à ciência é a de que, para não chafurdar em contradições, deve fazer uma defesa exitosa, no âmbito das discussões científicas, das posições que conclama.¹⁹² Em suma, deve o marxismo submeter-se a testes e aceitar as consequências que deles advêm. Em caso de malogro não lhe restará alternativa a não ser lançar mão de outros recursos argumentativos. O que se admite é haver Popper derrubado os alicerces científicos nos quais se assentava o marxismo – que se mostraram abalados a ponto de inviabilizar-se uma reconstrução da teoria. Popper fez isso não tentando mostrar que a mesma é irrefutável; pelo contrário, o marxismo vulgar é irrefutável, mas nosso autor não incorre no erro de atribuí-lo a Marx. A teoria marxista, tratada com a seriedade intelectual que merece, acabou por permitir um número considerável de previsões falseáveis – inclusive das consideradas, nesse arcabouço, as mais importantes:

[...] somente os países capitalistas plenamente desenvolvidos poderiam, de acordo com a teoria, tornar-se comunistas;

¹⁹⁰ MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

¹⁹¹ MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 66.

¹⁹² MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

consequentemente, todas as sociedades deveriam preliminarmente completar a fase capitalista, antes de se voltarem para o comunismo. Contudo, ressalvando-se o caso da Checoslováquia, todos os países que se tornaram comunistas atravessavam fases pré-industriais – nenhum deles chegou a ser uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida. Segundo a teoria, a revolução teria de assentar-se no proletariado industrial. Entretanto, Mao Tse-Tung, Ho Chi-Minh e Fidel Castro refutaram a previsão, baseando suas bem sucedidas revoluções nos camponeses de seus respectivos países.¹⁹³

Todos os casos apontados são refutações da teoria – uma teoria que reclama *status* científico uma vez que adota o método básico de submeter suas previsões ao teste da experiência, podendo constatar que são falsas. Embora esse seja o teste mais importante ao qual uma teoria deverá vencer, não é o único: tem ela, ainda, de preencher os critérios lógicos de coerência e compatibilidade internas.¹⁹⁴ O ponto fundamental do marxismo, isto é, que o desenvolvimento dos “meios de produção” é o único fator determinante da transformação social, revela-se logicamente incoerente por não poder explicar a maneira pela qual os mesmos “meios de produção” desenvolvem-se ao invés de permanecerem os mesmos.

Por conseguinte, a concepção marxista consoante a qual a história se desenvolve em conformidade com as leis científicas é um exemplo do que Popper denomina por “historicismo”. Como vimos, o fulcro da postura historicista reside na visão de que a previsão histórica seja o principal objetivo das ciências sociais; atingível por meio da descoberta de ‘ritmos’, ‘padrões’, ‘leis’ ou ‘tendências’ que subjazem à evolução da história.¹⁹⁵

¹⁹³ Ibid., p. 97. Ao ver de Magee, as ideias marxistas acerca do desenvolvimento das instituições políticas também se mostraram demasiadamente diferentes do que ocorreu – sobretudo por não levarem em conta, com a devida seriedade, o crescimento da democracia parlamentar. A própria teoria, que, como mostramos, apregoava a impotência da ação política frente ao quadro econômico, acabava por impedir os seus adeptos de encarar seriamente a possibilidade de tal crescimento (Ibid.). Além disso, apesar de produzir hipóteses ousadas, o marxismo “[...] não aceitou o veredito dos ‘fatos’, preferindo salvaguardar-se da crítica através de estratégias introdutores de hipóteses *ad hoc*” (OLIVA, A. “Da atitude crítica à sociedade aberta”, p. 95).

¹⁹⁴ Ibid. Princípio de unidade lógica da ciência. Mostramos em *Popper, verdade e progresso científico* que a filosofia convencionalista costuma romper com esse princípio. De tal maneira, diferentes hipóteses, ainda que contraditórias, podem ser úteis dependendo de suas aplicabilidades. A primazia do valor cognitivo até então dado à ciência é substituída por um valor meramente instrumental. Cf. especialmente o subcapítulo “Convencionalismo e relativismo”, pp. 32-39.

¹⁹⁵ Como Popper mostra nas seções 1, 17 e 18 de seu *A miséria do historicismo*, essa posição historicista não se opõe a “ativismo”, uma vez que está ao cabedal do cientista social, de acordo com ela, “abreviar e reduzir a intensidade das dores do parto de um novo período histórico” (POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*, p. 43). Outro ponto importante que deve ser notado é que leis e tendências são radicalmente distintas. Um enunciado que afirma a existência de uma dada tendência é um enunciado existencial e não universal, enquanto uma lei universal não assevera existência, mas é portadora de caráter proscritivo, alegando, necessariamente, a impossibilidade de alguma coisa. De acordo com Popper, a insistência em

Como exemplifica Magee, exemplos comuns de crenças historicistas são a dos judeus do Velho Testamento, na missão do povo eleito, a dos primeiros cristãos na inevitabilidade das conversões em massa seguidas da segunda vinda do Messias, a dos liberais iluministas, no progresso inevitável e na perfectibilidade do homem. Basta relacionarmos alguns notáveis exemplos para vermos o baixo índice de concretização das mesmas – todas apoiadas na noção que abordamos em 2.1, ou seja, a de que a história deve possuir alguma destinação ou portar alguma trama. Algo que, pelo menos, atue como um padrão de coerência:

[...] o historicista não reconhece que nós é quem escolhemos e ordenamos os fatos da história, mas crê que a “própria história”, ou a “história da humanidade”, determina, por suas leis inerentes, a nós mesmos, nossos problemas, nosso futuro, e mesmo nosso ponto de vista. Em vez de reconhecer que a interpretação histórica deveria atender a uma necessidade nascida dos problemas práticos e das decisões que nos confrontam, o historicista acredita que em nosso desejo de interpretação histórica se expressa a profunda intuição de que, contemplando a história, poderemos descobrir o segredo, a essência do destino humano. O historicismo empenha-se em encontrar o Caminho pelo qual a humanidade está fadada a marchar, empenha-se em descobrir a Chave da História (como denominou J. Macmurray), ou a Significação da História.¹⁹⁶

Conforme vimos, as razões que levam Popper a rejeitar essas concepções decorrem diretamente do fato de ele ser um indeterminista, acreditando que a transformação é fruto das nossas tentativas de resolver problemas – tentativas essas que envolvem outros fatores imprevisíveis tais como imaginação, escolha e sorte.¹⁹⁷ Em referência a esses elementos, somos responsáveis pelas escolhas que fazemos. Na medida em que qualquer processo de orientação esteja vigorando, nós, pelos nossos atos, que impelimos a história para frente ao interagir com os outros, com o ambiente físico (que enquanto espécie não criamos) e com o Mundo 3 (que, como espécie, criamos, mas que cada indivíduo herda e pode alterar apenas um pequeno recorte).¹⁹⁸

confundir leis e tendências, tal como a tendência do progresso tecnológico, acabou por inspirar as doutrinas centrais do evolucionismo e do próprio historicismo – ou seja, doutrinas que reverberam que as leis biológicas da evolução e a irreversibilidade das leis dos movimentos sociais são de caráter inexorável.

¹⁹⁶ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, pp. 255-56. Tradução minha.

¹⁹⁷ MAGEE, B. *As ideias de Popper*. A esse propósito, cf. também “De nuvens e relógios: Uma abordagem do problema da racionalidade e da liberdade do homem”. In POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*, pp. 193-233.

¹⁹⁸ Popper atribui a Friedrich Hayek (1899-1992), em *Collectivist Economic Planning* (1935), a observação de que um espírito é incapaz de acumular todo o conhecimento disponível. Este se encontra disperso entre os inúmeros agentes individuais (POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*. Nota 49 ao item 24).

Todos os propósitos da história serão os nossos propósitos. Qualquer sentido que ela encerre será dado por nós.

Opondo-se, a partir dessas ideias, a todas as formas de historicismo, Popper dirige o ataque mais poderoso ao marxismo – tanto por ser a doutrina, entre todas as historicistas, capaz de exercer maior influência sobre o mundo moderno, quanto por ser a que mais alto proclama ocorrer o desenvolvimento da história consoante leis científicas, habilitando-nos o conhecimento dessas leis a predizer o futuro.¹⁹⁹ Ao ver de Magee, o ponto mais especializado da argumentação popperiana consiste em mostrar que não há meio científico por via do qual um cientista ou máquina de calcular possam prever, por métodos científicos, quais serão os futuros resultados de suas previsões. Em outras palavras, é fácil mostrar que o curso da história humana se viu fortemente influenciado pelo aumento do conhecimento humano. Entretanto, é impossível, logicamente, prever o conhecimento futuro; se pudéssemos assim fazer, eles seriam descobrimentos atuais.²⁰⁰ Disso, decorre que, se o futuro encerra descobrimentos significativos, a previsão científica destes é impossível. Ademais, se o futuro fosse cientificamente previsível, não poderia, uma vez descoberto, permanecer um mistério, pois seria, *ab initio*, passível de redescobrimto por qualquer pessoa. Estaríamos diante de um paradoxo acerca da possibilidade/impossibilidade de adotar uma ação evasiva. No embate com esses fundamentos lógicos, desmorona-se o historicismo; devendo nós rejeitar a noção, central na teoria marxista, de uma história teórica correspondente a uma física teórica. Isso leva Popper a concluir, em *A miséria do historicismo*, que:

Tal é, poderíamos dizer, o erro central em que incide o historicismo: suas “leis de desenvolvimento” apresentam-se como tendências absolutas, tendências que, à semelhança do que acontece com as leis, independem de condições iniciais e nos levam, irresistivelmente, em dada direção, para o futuro. Constituem a base das profecias incondicionais, em oposição às previsões científicas e condicionais.²⁰¹

A miséria do historicismo, seria cabível dizer, é uma pobreza de imaginação. O historicista critica repetidamente os que se mostram incapazes de conceber uma transformação nos pequenos mundos em que vivem; todavia, parece que o próprio historicista padece de uma deficiência de imaginação, pois se mostra incapaz de conceber uma transformação nas condições de transformação.²⁰²

¹⁹⁹ MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

²⁰⁰ Não nos é possível prever quando a teoria einsteiniana da relatividade será superada por outra de maior poderio explicativo. A alternativa dos cientistas é seguir testando novas hipóteses.

²⁰¹ POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*, pp. 68-69, destaques do autor.

²⁰² *Ibid.*, p. 69.

Por conseguinte, com a noção de que o futuro seja cientificamente previsível em colapso, abala-se, da mesma forma, o conceito de uma sociedade totalmente planejada.²⁰³ A possibilidade de demonstrarmos, ainda que de um ponto de vista lógico, a incoerência dessa noção reside em dois aspectos: (1) ela não nos pode propiciar uma plausível resposta para a pergunta “quem planeja os planejadores?”; e (2) cabe esperar, em todos os casos, que as nossas ações tenham consequências não desejadas. Esse último aspecto expõe a falácia, que amiúde os utopistas costumam incorrer, de acordo com a qual, quando sempre ocorre algo de “mau” na sociedade – tal como guerra, pobreza e desemprego – deve isso ser consequência de alguma má intenção, de algum desígnio pernicioso: alguém agiu maleficamente para extrair proveito da situação. Retornaremos a esses pontos no terceiro capítulo.

A crítica de Popper a Marx também não deixou de suscitar controvérsias.²⁰⁴ Ele não discutiu obras tais como os *Manuscritos econômicos e filosóficos*, de 1844, nem a *Grundrisse* – consideradas, por muitos, como umas das obras mais importantes de Marx – além de ter ignorado o trabalho de marxistas como Antonio Gramsci (1891-1937) e Georges Sorel (1847-1922), autores que rejeitavam a noção de mudança inevitável. Ademais, Popper também ignorou os austros-marxistas, entre eles Bruno Bauer (1809-1882) e o economista e médico Rudolf Hilferding (1877-1941). Apesar do respeito declarado do nosso autor por Marx, como mostramos, parece ele relutante em discutir as suas ideias em toda a sua complexidade ou em lidar com várias maneiras pelas quais elas foram interpretadas, refinadas e reafirmadas. Atacou-o, tão somente, como um falso profeta do historicismo. Sua crítica, portanto, ganhou contorno demasiado abstrato, estando desvinculada de uma rica tradição de pensamento, na qual as obras de Marx estavam inseridas, e que instigou muitas pessoas cujos trabalhos intelectuais são de demasiada importância no desenvolvimento do pensamento filosófico, social e político.

Sobretudo, entre todos os aspectos da crítica popperiana ao marxismo, Magee vê como o mais importante deles a visão de que Marx, ao apresentar o que denominou como “socialismo científico”, equivocava-se não apenas no que diz respeito à ciência, sustentando uma concepção científica que Popper julgava estar vituperada.²⁰⁵ Tamanho

²⁰³ MAGEE, B. *As ideias de Popper*.

²⁰⁴ PARVIN, P. *Major Conservatives and Libertarians Thinkers: Karl Popper*.

²⁰⁵ Esse embate entre as concepções de ciência está detalhadamente desenvolvido no capítulo 3 de *Conjecturas e refutações*. Apresentando o que denominou como “Três pontos de vista sobre o conhecimento humano” (p. 125), Popper expõe, primeiramente, o essencialismo, ou a busca de explicações definitivas pelas essências, no qual podemos localizar Marx; em seguida, o instrumentalismo ou o que concebe as teorias como instrumentos cuja função não seria, primordialmente, referirem-se a

motivo conduz à conclusão de que se Popper está realmente certo acerca da ciência, a sua filosofia política é a única genuinamente científica; e, o que julga ainda mais relevante, a hostilidade para com a ciência e a razão, expressa tão fortemente no mundo contemporâneo, está dirigida, na verdade, contra falsas concepções de ciência e de razão:

Com o ídolo da certeza (incluindo-se os graus de certeza imperfeita ou probabilidade) cai um dos baluartes do obscurantismo que barra o caminho do avanço científico, reprimindo a audácia de nossas questões e pondo em perigo o rigor e a integridade de nossos testes. A concepção errada da ciência trai-se em sua pretensão de ser correta; pois o que faz o homem de ciência não é sua *posse* do conhecimento, da verdade irrefutável, mas sua *indagação* persistente e temerariamente crítica da verdade.²⁰⁶

eventos, ocorrências ou “incidentes”, descrevendo-os, mas seu uso limitar-se-ia à “permissão ou licença que nos dão para extrair inferências ou para argumentar a partir de certas questões de fato para outras”; e o terceiro, no qual Popper se identifica, consoante o qual o trabalho do cientista busca uma descrição verdadeira do mundo, ou de alguns de seus aspectos; combinado com a noção de que embora essa seja sua principal meta, ele nunca poderá julgar que seus resultados estão assentados em uma verdade irreparável, mas assume a virtual superação de suas teorias por outras de maior verossimilhança. Jeremy Shearmur qualifica a posição popperiana como “essencialismo modificado” (*Modified essentialism*) (SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996).

²⁰⁶ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”, pp. 383-84, destaques do autor.

CAPÍTULO III

INTERVENÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: REFORMISMO GRADUALISTA X UTOPISMO

3.1. A Concepção Negativa de Estado

Todo caminho por nós até aqui percorrido já evidenciou que a admissão popperiana de uma epistemologia negativista, conduzida da análise das postulações de conhecimento das ciências naturais para as ciências sociais, conduz ao rechaço de uma postura historicista que concebe o destino histórico como inexorável, uma vez que, segundo essa ótica, está ele atrelado a tendências e leis evidenciadas pelo curso dos acontecimentos. Uma vez que o nosso entendimento é capaz de apenas deter um recorte de todo o conhecimento distribuído entre inúmeras mentes individuais, temos que o nosso conjunto de informações é diminuto e, assim, conhecemos, tão somente e ainda com limitações devidas, alguns setores de todo o saber.²⁰⁷ Destarte, em vista dessa situação, aliadas às dificuldades em justificarmos os nossos sistemas interpretativos, quando, na tradição liberal, assinala-se a liberdade como ausência de coerção ou coação por parte de outrem, estabelece-se uma linha argumentativa fundamentada na categoria de negatividade. De tal maneira, o embasamento teórico que se estaria tentando fornecer à categoria de liberdade seria do mesmo tipo da adotada por uma gnosiologia anti-justificacionista. A recusa da visão que acredita que dispomos de um conhecimento estabelecido de Verdades alia-se ao rechaço da concepção de liberdade enquanto provisão de *poderes para* que os agentes sociais desenvolvam dado tipo de ação.

De tal maneira, concebendo a liberdade como categoria indivisível, passível de ser ou não usufruída entre os *socii*, no presente subcapítulo iremos nos debruçar acerca do que significa caracterizá-la negativamente em contraposição à maneira positiva, isto é, como provisão de *poderes para*, ou nas palavras de Oliva, como “sinônimo de “ter (ou receber) poderes para” a execução de ações capazes de conduzirem à realização de fins específicos”.²⁰⁸ Tal tarefa obriga-nos a apresentarmos uma concepção de Estado cujo primado da categoria de negatividade também se faz presente.

A teoria do Estado de Marx, tendo em mente o que discutimos no subcapítulo anterior, compreende o sistema legal ou jurídico-político, ou seja, o sistema de

²⁰⁷ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 29.

instituições legais impostas pelo Estado, como uma das superestruturas arquitetadas sobre “as efetivas forças produtivas do sistema econômico e que lhe dão expressão”.²⁰⁹ De acordo com Popper, certamente esse não é o meio exclusivo através do qual as realidades econômicas e materiais, além das relações entre as classes, eclodem em um mundo de ideias e ideologias.²¹⁰

Outro item integrante de tal superestrutura seria o sistema moral hegemônico. Em oposição ao sistema legal, ele não é imposto pelo Estado, mas sancionado por uma ideologia cuja criação e controle devem-se às classes dirigentes. Nas palavras do *Manifesto*: “[o] poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”.²¹¹ Essa posição concebia que, se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organizasse forçosamente como classe, convertendo-se em classe dominante e destruindo violentamente as antigas relações de produção, destruiria, também, as condições de existência dos antagonismos entre as classes; dando origem a uma associação na qual o livre desenvolvimento de um indivíduo é condição para o livre desenvolvimento dos demais.

Antes de atentar às consequências dessa concepção de Estado, Popper salienta que ela é uma teoria parcialmente institucional e parcialmente essencialista. Ao ver do filósofo, ela se mostra parcialmente institucional até o instante em que Marx busca analisar o papel prático que as instituições legais possuem na vida social. O essencialismo reside no fato de Marx sequer pesquisar a variedade de fins aos quais essas instituições podem, ou se destinam a atender; e tampouco sugerir quais reformas institucionais apresentam-se como necessárias para que o Estado sirva aos fins desejáveis. A indagação acerca da função essencial das instituições legais é posta acima da formulação de exigências ou propostas convenientes quanto às funções desejadas para o Estado. Uma questão tipicamente essencialista como essa se mostra incapaz de ser respondida satisfatoriamente; mas está, indubitavelmente, de acordo com a

²⁰⁹ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, pp. 124-25.

²¹⁰ Sobre esse ponto, Popper ainda faz uma observação que julgamos importante: “Um dos perigos da fórmula de Marx é que, se levada por demais a sério, induz erroneamente os marxistas a interpretarem todos os conflitos políticos como lutas entre exploradores e explorados (ou como tentativas para encobrir o “verdadeiro problema”, o conflito de classe subjacente). Em consequência, houve marxistas, especialmente na Alemanha, que interpretaram uma guerra como foi a Primeira Guerra Mundial como um conflito entre as Potências Centrais “sem posses” ou revolucionárias e uma aliança de países conservadores ou “possuidores” – espécie de interpretação que poderia ser usada para desculpar qualquer agressão. Este é apenas um exemplo do perigo inerente à vasta generalização historicista de Marx” (Ibid., p. 124).

²¹¹ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto comunista*, p. 59.

consideração essencialista de Marx, que entende a esfera das normas e ideias como mera aparência da realidade econômica.²¹²

Com tudo isso, indaga-se Popper: “[q]uais são as consequências dessa teoria do Estado?”²¹³ Dentre elas, a mais importante está na alegação de que toda a política, todas as instituições legais e políticas, da mesma forma que todas as lutas políticas, nunca possuem importância. Declara-se a *impotência* de toda política. A única tarefa de toda atividade política, observa Popper, é vigiar a fim de que possíveis alterações no revestimento jurídico-político mantenham-se conformes às mudanças operadas na realidade social; isto é, em conformidade com os meios de produção e as relações entre as classes sociais. Em suma, ou os desenvolvimentos políticos são superficiais, não determinados pelas realidades mais profundas do sistema social, e, neste caso, estão desprovidos de importância, e jamais podem oferecer real auxílio aos oprimidos e explorados, ou acabam dando expressão a uma mudança na conjuntura econômica e na situação de classe, onde adquirem o caráter de “erupções vulcânicas, de completas revoluções”²¹⁴ que talvez é até possível que sejam previstas, uma vez que se erguem do sistema social e cujo radicalismo pode ser ofuscado pela falta de resistência a tais forças eruptivas.

Popper ainda julga como digno de nota o fato de que, segundo a teoria de Marx, dificilmente poderá o partido da classe trabalhadora cometer enganos políticos de alguma relevância, desde que continue obstinadamente cumprindo o papel que lhe é destinado: interpelar pelas reivindicações dos trabalhadores. Os eventuais enganos políticos não podem interferir, materialmente, na efetiva situação de classe, e muito menos ainda na realidade econômica, de que todo o resto depende.

²¹² Na nota 27 ao capítulo 3 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper nos diz que utiliza o termo “essencialismo” em oposição a “nominalismo” a fim de substituir “realismo” – a seu ver, tradicionalmente equívoco quando usado como antônimo não de “idealismo”, mas de “nominalismo”. Em *A miséria do historicismo*, o filósofo informa que a escola de pensadores por ele denominada como “essencialistas metodológicos” foi fundada por Aristóteles, para a qual a ciência deve penetrar na essência das coisas com o propósito de explicá-las. Os essencialistas metodológicos costumam formular questões científicas da forma “O que é x?” – O que é força? O que é Justiça? etc. – e acreditam que, se respondidas adequadamente, desvelar-se-á o sentido real, ou essencial, desses termos; revelando, assim, a verdadeira natureza por trás das aparências. Por outro lado, os nominalistas metodológicos colocam os problemas de maneira diversa, sustentando que a tarefa da ciência se resume à descrição da maneira pela qual as coisas se comportam (e.g. “Como se comporta esta porção de matéria?”) e isso pode se dar pela livre introdução, sempre que necessário, de termos novos, ou da redefinição de velhos termos, sempre que conveniente – olvidando, por descuido, os significados originais. Tal corrente encara as palavras apenas como instrumentos úteis de descrição (POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*). Cf. nota 205.

²¹³ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, p. 111. Tradução minha.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 126.

Outra consequência importante dessa teoria é que, a princípio, todo governo, até mesmo o democrático, é uma ditadura da classe governante sobre a classe governada. O que denominamos “democracia”, de acordo com o marxismo, nada mais é do que uma variante de ditadura de classe que se mostra mais conveniente considerando-se determinado contexto histórico. Diz o *Manifesto*:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa.²¹⁵

Destarte, assim como o Estado, sob o capitalismo, afirma Popper, é uma “ditadura da burguesia”, depois da revolução social, será uma “ditadura do proletariado”. No entanto, esse Estado Proletário deve de pronto perder sua função logo que a resistência da velha burguesia seja aniquilada. O objetivo da revolução proletária é o de instaurar uma sociedade de única classe e, portanto, sem classes; e, sendo assim, é inviável que uma classe venha oprimir outra. Desse jeito, estando o Estado desprovido de qualquer função, tenderá a desaparecer.²¹⁶

Tendo em vista o que até aqui vimos, a constatação de Popper é a de que a teoria do Estado de Marx, apesar de portadora de um caráter abstrato e filosófico, fornece, sem dúvida, uma interpretação esclarecedora do período histórico em que foi formulada. É uma concepção sustentável a de que a “revolução industrial” desenvolveu-se, principalmente em seus primórdios, como uma revolução dos “meios materiais de

²¹⁵ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto comunista*, p. 42.

²¹⁶ Na nota 8 ao capítulo 17 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, sobre o qual agora nos debruçamos, Popper observa que a teoria do enfraquecimento do Estado é demasiado fictícia e que não estranharia que a adoção dela por parte de Marx e Engels tem se dado por conta de apenas quererem ultrapassar os seus rivais (teóricos como Mikhail Bakunin (1814-1876) e os anarquistas). Marx, diz ele, não gostava de ver o radicalismo de ninguém ultrapassar o seu próprio. Tal como Marx, os anarquistas aspiravam à derrubada da ordem social existente e, no entanto, atacavam o sistema político e jurídico ao invés do econômico. O Estado era um inimigo cuja destruição era mister. Não havendo essa competição com os corifeus do anarquismo, Marx, partindo das próprias premissas por ele elaboradas, poderia, para Popper, ter chegado com facilidade a afirmar que a instituição do Estado, sob um regime socialista, poderia desempenhar funções novas e indispensáveis; isto é, tutelar pela justiça e pela liberdade – funções essas que foram atribuídas pelos grandes teóricos da democracia (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2).

produção”²¹⁷ – ou seja, da maquinaria. Tal alteração levou a uma metamorfose na estrutura de classe da sociedade e, logo, a um novo sistema social. Ademais, reforça Popper, ainda que essa interpretação marxista do “erguimento do capitalismo”²¹⁸ tenha sido contestada por historiadores capazes de desvelar algumas das suas profundas bases ideológicas, há pouca dúvida acerca do valor dela como uma primeira aproximação, e também como ponto de partida para as inquirições de teóricos sucessores. A razão disso está no fato de que ainda que Marx tenha estudado alguns desenvolvimentos que eram deliberadamente estimulados por medidas legislativas, foi ele quem primeiramente discutiu a influência de desenvolvimentos e interesses econômicos sobre a legislação e o papel das medidas legislativas enquanto instrumentos para a luta de classes e, com especial destaque, como meios de concepção de uma “população excedente” e, com ela, do proletariado industrial.

Popper ainda ressalta que não foi apenas a concepção geral de Marx acerca das relações entre o sistema político e o econômico que acabou influenciada pela experiência da época em que o teórico viveu. Suas concepções do liberalismo e da democracia, considerados nada menos do que “véus a encobrirem a ditadura da burguesia”,²¹⁹ forneceram uma interpretação da situação social de sua época que acabou corroborada por triste experiência.²²⁰ O período vivenciado por Marx, com relevo em sua juventude, foi de desavergonhada e rude exploração da força de trabalho humana:

Estou muito longe de defender a teoria do Estado de Marx. Sua teoria da impotência de toda política, mais particularmente, e sua concepção da democracia parecem-me não só enganos, mas enganos fatais. Porém, deve-se admitir que por trás dessas teorias tão sombrias quanto engenhosas, havia uma experiência sombria e deprimente. E embora Marx, em minha opinião, falhasse em compreender o futuro que ele tão agudamente desejava prever, parece-me que mesmo suas teorias enganosas são uma prova de sua afiada visão sociológica das condições de seu próprio tempo e de seu invencível humanitarismo e senso de justiça.²²¹

²¹⁷ Ibid., p. 127.

²¹⁸ Ibid., p. 128.

²¹⁹ Ibid., p. 128.

²²⁰ Dentre os exemplos dados por Marx e citados por Popper, está o de William Wood, de apenas 9 anos, que tinha 7 anos e 10 meses quando se submeteu a uma extremamente fatídica jornada de 15 horas de trabalho por dia (Ibid.). Para mais casos e informações, além de *A sociedade aberta e seus inimigos*, cf. MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Translated by the third german edition by Samuel Moore and Edward Aveling. Edited by Frederick Engels. New York: The Modern Library, 1906. Book 3.

²²¹ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, p. 127. Tradução minha.

Ao observar esse cenário de dura exploração – muito difícil aqui, tanto quanto foi para Popper, não fazer um juízo de valor – não reside surpresa alguma no fato de que as visões que Marx compartilhava acerca do liberalismo e da democracia parlamentar fossem tão pouco elevadas.²²² Fácil foi, para Marx, interpretar a presente situação em termos da distinção entre sistema legal e social. Conforme o sistema legal, estavam estabelecidas, ao menos de forma aproximada, a liberdade e a igualdade; no entanto, o que, na realidade, indaga Popper, isso significava? Realmente, mostra-se injusto, a considerar essa fase, censurar Marx por ter insistido que só os fatos econômicos eram “reais” enquanto o arcabouço jurídico-político era mera “superestrutura” ou “véu” a encobrir a dominação de classe.²²³

Como decorrência, Marx acabou por sustentar que os trabalhadores não podem ter muita esperança no aperfeiçoamento de um sistema legal; não cabe ao proletariado ficar esperando que um sistema do tipo seja uma real salvaguarda da liberdade. Com isso, chega Marx à distinção entre liberdade do tipo formal e do tipo material. A liberdade formal, ou legal, aparece como insuficiente para assegurar a do tipo material – dada como alvo do desenvolvimento histórico da humanidade.²²⁴ Assegurá-la, mostra Popper, é um objetivo atingível apenas por meio de uma emancipação igual da servidão. O pré-requisito fundamental para isso é a redução da jornada de trabalho. Diz o *Manifesto*:

²²² “[...] essa vergonhosa exploração era cinicamente defendida por apologistas hipócritas, que apelavam para o princípio da liberdade humana, para o direito do homem a determinar seu próprio destino e entrar livremente em qualquer contrato que considere favorável a seus interesses” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 128). “O descrédito que Marx revela quanto à política, pode em parte ser explicado pela situação histórica em que viveu, uma situação de capitalismo selvagem que coonestava uma extremada exploração da classe operária” (PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*, p. 143).

²²³ Popper explica, na nota 13 ao capítulo 15 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, que Marx analisou a sociedade em *três camadas*. A primeira dessas camadas corresponde à “realidade” ou “essência”; a segunda e a terceira a uma forma primária e secundária de aparência, respectivamente. Tal distinção é, a seu ver, muito semelhante à platônica entre Ideias, coisas sensíveis e as imagens dessas coisas sensíveis. A primeira camada era a camada fundamental; nela estavam as máquinas e os demais meios de produção (“forças produtivas materiais” ou “produtividade material”). A segunda, diz Popper, é denominada por Marx como “relação produtiva”, ou “relações sociais”, dependentes da primeira camada – isto é, as “relações sociais” dependem intrinsecamente das “forças produtivas materiais”; a terceira constitui-se pelas ideologias, ou seja, ideias legais, morais, religiosas, científicas. Os mesmos homens que estabelecem relações sociais em conformidade com a produtividade material também produzem princípios, ideias e categorias conformes a essas mesmas relações sociais. De acordo com Popper, na Rússia, a primeira camada foi transformada junto com a terceira, e isso é uma “impressionante” (p. 341) refutação da teoria de Marx. Uma vez que esta preconizava o desenvolvimento de toda revolução social a partir do crescimento e amadurecimento das condições materiais de produção. Esse fator traria um conflito com as condições sociais e legais, dando início ao processo revolucionário.

²²⁴ Enfoque historicista da teoria de Marx, conforme mostramos no subcapítulo anterior.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra.²²⁵

O que acabamos de expor, portanto, traz-nos o seguinte questionamento: acreditaremos que a política, ou o conjunto de instituições legais, seja intrinsecamente impotente para oferecer uma efetiva solução à classe trabalhadora ou acreditaremos nos defensores de um “capitalismo” irrestrito que realçam os tremendos benefícios que são derivados dos mercados livres e que conduzem à conclusão de ser o mercado de trabalho verdadeiramente livre de um amplo benefício para todas as partes interessadas?²²⁶

Vemos, acima, que a gnosiologia popperiana, pautada no primado da categoria de negatividade, esposa, por sua vez, uma concepção negativa de liberdade, caracterizada pela ausência de coerção ou constrangimento por parte de um Estado ou grupo centralizador.²²⁷ Rechaçar uma visão que se atreve a crer que dispomos de um conhecimento capaz de estabelecer Certezas ou Verdades está em simetria com a rejeição da concepção de liberdade que a define como provisão de poderes aos *socii* para que determinados tipos de ação sejam realizados.²²⁸

Popper dá como incontestáveis os relatos da injustiça e desumanidade do “sistema capitalista” irrestrito apresentados por Marx. Considerando a concepção de liberdade esposada pelo nosso autor, sua convicção é de que esses demasiados absurdos possam ser interpretados em termos do que denominou como “paradoxo da

²²⁵ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto comunista*, p. 48.

²²⁶ Na nota 9 ao capítulo 18 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, afirma Popper que o termo “capitalismo” é demasiado vago para que seja usado para denotar um período histórico definido. Inicialmente, o vocábulo foi usado em um sentido pejorativo, ou seja, de um “sistema que favorece grandes lucros aos que não trabalham” (p. 351). No entanto, há um emprego do termo em um sentido científico neutro, de variegadas significações. Consoante Marx, até o ponto em que todas as acumulações de meios de produção possam ser denominadas como “capital”, poderemos dizer que “capitalismo” configura-se, em certo sentido, como sinônimo de “industrialismo”. Por esse viés, podemos dizer que em uma sociedade comunista, em que o Estado possui todo o capital, vigora o “capitalismo de Estado”. Por tais razões, sugere Popper que denominemos o período analisado por Marx como “capitalismo irrestrito” e “intervencionismo” o sistema a vigorar em nosso tempo (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2).

²²⁷ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*.

²²⁸ Como bem ressalta Alberto Oliva, podemos reconhecer a existência de diversas modalidades de liberdade: de opinião, de ação, de expressão etc. A liberdade também pode estar relacionada à velha querela entre partidários do determinismo e defensores do livre-arbítrio (Ibid.). Assim como o caso da referida obra, não estamos interessados em inventariar todas as etapas argumentativas relacionadas à obstinada controvérsia filosófica em torno da liberdade.

liberdade”.²²⁹ A liberdade ilimitada mostra-se capaz de consumir a si mesma uma vez que significa, a seu ver, que um forte é livre para agredir o fraco e roubar a liberdade deste. Argumentando, de forma contundente, contra o *laissez-faire*, Popper sustenta que qualquer tipo de liberdade é impossível se não garantido pelo Estado.²³⁰ Jeremy Shearmur observa muito bem que:

Popper também elabora o que pode ser descrito como uma teoria ativista do Estado, que ele discute sob o termo “protecionismo”. Na visão de Popper, há uma importante agenda ética, envolvendo não apenas a proteção da liberdade das pessoas, como pode ser entendido por um teórico da liberdade “negativa”, mas também, de maneira mais geral, a proteção das pessoas da opressão, inclusive a exploração econômica.²³¹

De tal forma, crê Popper que suas considerações relacionadas ao reino da força bruta ou da intimidação física devem ser transferidas ao reino econômico. Ainda que o Estado proteja os cidadãos do atropelo pela violência física, o mau uso do poder econômico pode levá-los à derrota.²³² Assim, a liberdade econômica ilimitada apresenta-se tão suicida como a liberdade física sem restrições uma vez que aqueles que possuem excesso de alimento podem forçar os que passam fome a uma servidão “livremente” aceita. O remédio, afirma, é político tanto quanto o usado contra a violência física. Instituições sociais, asseguradas pelo poder do Estado, devem atuar na proteção dos economicamente fracos contra os economicamente fortes.²³³

Consequência disso é que o princípio de não intervenção, característico de um sistema de “capitalismo” irrestrito, deve ser abandonado caso queiramos que a plena liberdade seja salvaguardada. Devemos exigir que a política de liberdade econômica ilimitada seja substituída por uma intervenção econômica planejada do Estado. Popper

²²⁹ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 131. A este, também como marco do protecionismo político popperiano, soma-se o “paradoxo da tolerância”. Define-o Popper, nota 4 ao capítulo 7 de *A sociedade aberta e seus inimigos*: “a tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada àqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes e, com eles, da tolerância” (p. 289).

²³⁰ SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*.

²³¹ *Ibid.*, p. 51. Tradução minha. Cf. nota 137.

²³² “O dogma de que o poder econômico está na raiz de todo mal deve ser repellido. Seu lugar deve ser ocupado por uma compreensão dos perigos de *qualquer* forma de poder não controlado. O dinheiro, como tal, não é particularmente perigoso. Torna-se perigoso somente quando pode comprar o poder, ou diretamente, ou pela escravização dos economicamente fracos, que precisem de vender-se a fim de viver” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 135, destaque do autor).

²³³ “O Estado deve cuidar de que ninguém entre em entendoimento não equitativo por medo de fome, ou de ruína econômica” (POPPER, K. R. *The Open Society and its enemies*, p. 117).

ressalta que o sistema econômico descrito e criticado por Marx já não mais existe. Foi ele substituído não por um sistema em que o Estado comece a perder as suas funções e desvanecer, mas por uma miríade de sistemas intervencionistas através dos quais as funções do Estado no âmbito econômico vão bem além da proteção da propriedade privada e dos “contratos livres”.²³⁴

Tendo em vista esse cenário, constatamos, com as observações de Popper, que os marxistas nunca acreditaram plenamente na doutrina da impotência de toda política. Até onde tiveram a oportunidade de planejar ações, usualmente o fizeram, admitindo que o poder político pode ser utilizado, diligentemente, para o controle do poder econômico. No entanto, os planos e ações por eles levados a cabo nunca se apoiaram em evidente refutação de sua teoria original e tampouco sobre uma devida concepção do que consiste o problema fundamental de toda política: o controle do controlador, da perigosa acumulação de poder representada no Estado.²³⁵ Ademais, jamais atentaram à total significação da democracia como a mais salutar via para lograr tal controle.

Destarte, a avaliação de Popper também mostra que nunca se aperceberam do perigo atrelado a uma política de aumentar o poder do Estado. Ainda que eles abandonassem – de maneira mais ou menos inconsciente – a doutrina de que a política é impotente, mantiveram a opinião de que o poder do Estado não representa algum problema e que só se configura como um mau quando está com a burguesia. Não compreenderam, diz Popper, o perigo de qualquer poder político tanto quanto o do poder econômico.²³⁶ Deixaram também de entender o princípio de que toda política de

²³⁴ Shearmur lembra a observação feita por Popper, na nota 26 ao capítulo 20 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, de que uma política de não intervenção também é paradoxal. Caso o Estado não interfira, outras organizações semipolíticas, tais como monopólios e trustes, podem interferir e reduzir a liberdade de mercado a mera ficção (SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*). No entanto, diz Popper, é de demasiada importância compreender que na ausência de um mercado livre cuidadosamente regulado, todo conjunto econômico deverá deixar de seguir o seu curso racional, isto é, satisfazer os anseios do consumidor. Em outras palavras, o mercado deve ser controlado, mas de tal modo que não obstrua a livre escolha dos consumidores e que não prejudique a necessidade de concorrência entre os produtores a fim de beneficiar os compradores (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2).

²³⁵ De acordo com Hayek, a ordem espontânea, entendida por ele como capaz de engendrar-se por si mesma, por meio das consequências não pretendidas das nossas ações, é uma das três noções basilares do constitucionalismo liberal. As outras duas são a de justiça “social” ou “distributiva”; e a terceira, aqui de nosso interesse, a de que o tipo predominante de instituições democráticas liberais, em que se encontra o mesmo grupo dotado da responsabilidade de estabelecer as regras de justa conduta, e que conduz o governo, é capaz de transformar forçosamente a ordem espontânea em um sistema totalitário colocado a serviço de uma coalizão de interesses organizados. Para mais informações, ver a introdução e o segundo capítulo do primeiro volume de HAYEK, F. *Droit, Législation et Liberté*. Traduit de l’anglais par Raoul Audoin. v. 1. 1^o ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

²³⁶ A preocupação central de *A sociedade aberta e seus inimigos* é a possibilidade de um mau governo e a conveniência de que estejamos preparados para ter os piores líderes enquanto esperamos os melhores. Popper, com isso, desloca a questão fundamental, introduzida por Platão na filosofia política, sobre quem

larga escala deve ser institucional e não pessoal e, ao clamarem pela extensão dos poderes do Estado – contrastando com a concepção do fenecimento do Estado do próprio Marx – sequer levaram em conta a possibilidade de um dia pessoas erradas apoderarem-se desses poderes ampliados:

Essa é parte da razão pela qual, até onde passaram a considerar a intervenção estatal, planejaram dar ao Estado poderes praticamente ilimitados no campo econômico. Conservaram a crença holística e utópica de Marx de que apenas um novo “sistema social” pode melhorar as coisas.²³⁷

Admite, então, Popper que, obviamente, a intervenção econômica por ele pugnada, e mesmo os outros métodos graduais, haverá de aumentar o poder do Estado. O intervencionismo é demasiadamente perigoso e, no entanto, isso não é um argumento decisivo contra ele. O poder do Estado sempre permanecerá um mal perigoso, embora necessário. Caso relaxemos as nossas instituições democráticas ao mesmo tempo em que aumentamos o poder do grupo que está no poder por meio do “planejamento” intervencionista, poderemos, aniquilar a nossa liberdade; e perdida esta, tudo o mais estará perdido, incluindo o próprio “planejamento”:

É fácil perceber que o Estado é um perigo constante – ou um mal, embora necessário. Para cumprir sua função, precisa ter mais poder do que qualquer indivíduo ou associação de indivíduos; embora seja possível criar instituições que atenuem o perigo de abuso desse poder, não é possível eliminar completamente o perigo. Ao contrário, parece que a maioria das pessoas precisará sempre pagar pela proteção que oferece – não só sob a forma de tributos mas também na forma da humilhação sofrida, por exemplo, nas mãos de burocratas arbitrários ou gananciosos. O problema consiste em não sermos obrigados a pagar um preço excessivo.²³⁸

De tal forma, a exposição popperiana nos mostra que não há apenas um paradoxo da liberdade, há também um paradoxo do planejamento estatal: caso planejemos em demasia, perderemos a nossa liberdade e o próprio planejamento.²³⁹

deve governar para “[c]omo poderemos organizar as instituições políticas de modo tal que maus ou incompetentes governantes sejam impedidos de causar demasiado dano?” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, p. 136, destaques do autor).

²³⁷ POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, p. 122. Tradução minha.

²³⁸ POPPER, K. R. “A opinião pública e os princípios liberais”, p. 382. In *Conjecturas e refutações*, p. 382.

²³⁹ “Por que, de fato, se levariam avante planos para o bem do povo, se o povo não tem poder para apoiá-los? Só a liberdade pode tornar segura a segurança” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 137).

Tamanhas considerações, ao ver de Popper, reforçam a importância da defesa de métodos graduais de mecânica social contra os utópicos ou holísticos. Devemos retornar à exigência de que as medidas sejam planejadas a fim de combater males concretos em detrimento da busca ou instauração de bens abstratos. O Estado deve intervir desde que essa intervenção seja realmente necessária para salvaguardar a liberdade. Desdobremos essa exigência em seus principais pormenores.

3.2. Mecânica social gradual *versus* mecânica social utópica

Ao iniciar o nono capítulo de *A sociedade aberta e seus inimigos*,²⁴⁰ Popper afirma que a consideração da política inerente ao programa platônico é uma das que oferecem maior perigo. Denomina-se “mecânica utópica” em oposição a outro tipo, apresentado como “mecânica gradual” e, sob a ótica popperiana, dado como o único racional.²⁴¹

Destarte, a consideração utópica caracteriza-se pela assertiva de que toda ação racional deve possuir um alvo determinado. É “racional” justamente pelo fato de, segundo seus corifeus, visar a seu alvo tanto consciente quanto consistentemente; e por também determinar os meios tendo em vista um fim. Só agimos racionalmente, segundo eles, na medida em que escolhemos tal fim com clara consciência da distinção entre este, como um fim real e definitivo, e de outros, que são fins parciais ou intermediários; isto é, tão somente meios, ou degraus, a conduzir-nos ao fim definitivo.

Esses princípios, de acordo com Popper, quando aplicados ao domínio da atividade política, exigem que tenhamos algum alvo político definitivo, ou, conforme a apresentação platônica, algum Estado Ideal, antes de levar a cabo qualquer ação prática. Apenas quando estivermos de posse de algum esboço de sociedade, poderemos começar, segundo essa abordagem, a ponderar os melhores meios para realizá-los e, desse modo, desenhar um plano para a ação prática. Qualquer movimento político prático, para ser dado como racional, deve seguir essas preliminares.

Em suma, esse é o processo metodológico denominado mecânica utópica. Popper assume ser ele convincente e demasiado atraente. Inclusive é capaz de exercer força atrativa sobre todos aqueles ainda não afetados por preconceitos historicistas ou

²⁴⁰ POPPER, K. R. “Esteticismo, Perfeccionismo, Utopismo”. In *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, pp. 172-183.

²⁴¹ Conforme já apontamos, também se costuma apresentar a “mecânica social gradual” como “engenharia social fragmentária”. A esse propósito, cf. nota 188.

que reagem contra essas concepções. Tal fato é o que torna a sua crítica ainda mais imperativa:

[A mecânica utópica é] autodestrutiva porque é impossível determinar cientificamente os objetivos da nossa conduta. Não há um processo científico que determine a escolha entre dois objetivos alternativos. Algumas pessoas, por exemplo, amam e veneram a violência. Para essas pessoas a vida sem violência seria trivial e pouco estimulante. Já muitas outras pessoas – estou entre elas – odeiam a violência. Temos aí uma disputa a respeito de fins, que não pode ser decidida pela ciência. O que não significa que a tentativa de argumentar contra a violência seja necessariamente uma perda de tempo. Quer dizer apenas que pode acontecer que não sejamos capazes de argumentar com um admirador da violência – ele pode responder a nossos argumentos com um tiro, se não for mantido sob controle pela ameaça da contra-violência. Se, ao contrário, estiver disposto pelo menos a ouvir nossos argumentos sem disparar contra nós, já estará infectado pelo racionalismo; talvez seja possível convencê-lo. Por isso argumentar não significa perder tempo – desde que a pessoa com quem argumentamos esteja disposta a nos ouvir.²⁴²

Antes de iniciar sua crítica da mecânica utópica, deseja Popper delinear a outra consideração acerca da mecânica social, ou seja, a mecânica gradual – vista por ele como metodologicamente sadia.²⁴³ De acordo com ele, o político que adota esse método pode ou não ter em mente algum projeto de sociedade; ou, mesmo, pode esperar ou não que a humanidade, um dia, venha a realizar um Estado Ideal, instaurando a felicidade e a perfeição sobre a Terra. No entanto, está esse mandatário consciente de que essa perfeição, caso atingível, está demasiado longínqua e que cada geração de homens tem uma reivindicação peculiar; que, talvez, nem seja a de serem felizes, mas a de que não sejam infelizes sempre que o sofrimento possa ser evitado.²⁴⁴ De tal maneira, a mecânica gradual adota o método de pesquisar e combater, com a devida modéstia, os

²⁴² POPPER, K. R. “Utopia e violência”. In *Conjecturas e refutações*, pp. 390-91.

²⁴³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

²⁴⁴ Popper acredita que não há simetria, de um ponto de vista ético, entre sofrimento e felicidade, do mesmo modo que entre prazer e dor. Para ele, tanto o princípio da máxima felicidade, dos utilitaristas, como o princípio de Kant (“promover a felicidade dos demais”) parecem fundamentalmente errados sob esse aspecto. A seu ver, o sofrimento humano faz um apelo moral direto, a saber, o apelo por auxílio, o que não é o caso do apelo para que se aumente a felicidade de um homem que de uma forma ou outra, mantém-se muito bem. Outra crítica, em sua ótica, da fórmula utilitarista “alavancar o prazer ao máximo” é que ela admite, em princípio, uma escala contínua prazer-dor que viabiliza que graus de dor sejam tratados como graus negativos de prazer (o que, do ponto de vista moral, mostra-se inviável pelo fato de a dor não poder ser pesada pelo prazer e, especialmente, não a dor de uma pessoa pelo prazer de outra). Popper ainda considera, neste ponto, a existência de uma analogia entre sua concepção de ética e a concepção de metodologia científica abraçada por ele em *A lógica da investigação científica*. Em outras palavras, será mais claro, no campo das exigências éticas, elaborar nossas demandas negativamente, isto é, reclamar a eliminação de sofrimentos ao invés da instauração da felicidade ou do Reino dos Céus sobre a Terra (Ibid.).

maiores e mais prementes males de uma sociedade ao invés de buscar a maior felicidade para o maior número de pessoas:

Caso se deseje evitar fazer com que as pessoas amarguem um eventual *quantum* de infelicidade superior ao atualmente vivenciado, deve-se afastar a tentação de tentar impor-lhes o que seria sua felicidade. O que cabe às autoridades é *evitar* produzir consequências de infelicidade sobre os indivíduos, em decorrência de má administração ou de cerceadora regulação. A modéstia liberal, estribada no primado da *negatividade*, proclama que a única coisa que se pode *saber*, com relativa segurança, é o que *não se deve fazer* se se quer evitar a geração de (ainda mais) infelicidade.²⁴⁵

Assim sendo, temos uma diferença, que “está longe de ser meramente verbal”,²⁴⁶ entre um método razoável de aperfeiçoar a sorte do homem e o que pode facilmente levar a um acréscimo intolerável do sofrimento humano:

Como não temos condições de determinar de modo científico ou por métodos puramente racionais os fins últimos da ação política, as diferenças de opinião a respeito do Estado ideal nem sempre podem ser superadas pela troca de argumentos. Pelo menos em parte elas terão o caráter de diferenças religiosas – e não pode haver tolerância entre essas diferentes religiões utópicas. Os objetivos utópicos constituem a base da discussão e da ação política racional. Ação que só parece possível quando há um objetivo definido. Assim, o defensor de uma utopia precisa vencer seus adversários, que não participam dos mesmos objetivos e da mesma religião; a alternativa é a derrota total.²⁴⁷

Em favor de tal método, pode também o mecânico social gradual apregoar que uma luta sistemática contra o sofrimento, contra a injustiça, contra a guerra possui mais possibilidades de ser sustentada por via da aprovação e consenso de grande número dos seus concidadãos do que a luta para o estabelecimento de um ideal qualquer.²⁴⁸ A

²⁴⁵ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*, p. 75, destaques do autor.

²⁴⁶ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 174.

²⁴⁷ POPPER, K. R. “Utopia e violência”. In *Conjecturas e refutações*, p. 391.

²⁴⁸ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v.2. É de muito considerável importância aqui ressaltar que Popper não está a criticar algum ideal político em si mesmo – e tampouco afirma, de maneira geral, que um determinado ideal político não possa ser realizado. Vários ideais outrora considerados dogmaticamente irrealizáveis converteram-se em fatos – entre eles, o estabelecimento de instituições funcionais e não tirânicas que visam à manutenção da ordem civil. Nas suas palavras: “Não vejo nenhum motivo para que uma magistratura internacional e de uma força internacional de polícia tivessem menos êxito na supressão do crime internacional – isto é, da agressão nacional e do tratamento incorreto das minorias e talvez mesmo de algumas maiorias. Não objeto à tentativa de dar corpo a esses ideais” (POPPER, K. R. “Utopia e violência”, In *Conjecturas e refutações*, p. 392). “Principalmente num mundo em que os mitos já não têm sequer a espontaneidade dos mitos ‘primitivos’, mas são manipulados e inculcados no espírito da massa pela propaganda, é fundamental que se oponha ao ‘logro ideológico’ a

inventariação das mazelas sociais pode ser muito bem realizada. Os que sofrem julgam por si mesmos e os demais dificilmente podem negar que assim o seja e que o sofrimento não deva ser atenuado ou, mesmo, aniquilado. A vida social é tão complexa, com tantas variáveis envolvidas, que poucos, ou mesmo nenhum homem, poderão julgar um projeto de mecânica social de larga escala; isto é, se ele é praticável ou se, de longo prazo ou imediato, produzirá algum efeito desejável. Em contrapartida, os projetos da mecânica gradual apresentam-se com simplicidade relativa. São de instituições determinadas, do oferecimento de seguro de saúde e seguro desemprego, por exemplo, de cortes de arbitramento, de um orçamento, ou de devida austeridade, em um momento de depressão, ou de reforma no sistema educacional. Tais planos são de reajustamento mais fácil em caso de malogro e, assim o sendo, não causarão grandiloquentes danos à comunidade. Uma vez que é mais fácil alcançarmos um acordo razoável em relação aos males existentes e do que dispomos para combatê-los de que acerca de um Bem Ideal e dos meios para instaurá-lo, então há mais esperança de que, lançando mão desse método gradativo, podemos superar as dificuldades práticas mais intrigantes de toda reforma política razoável.²⁴⁹

Contrariamente, o que para Popper o utópico visa realizar é um Estado Ideal lançando mão de um projeto de sociedade como um todo. Tal situação exige um forte regime centralizado de uns poucos e torna-se passível de conduzir a uma ditadura.²⁵⁰ A maior dificuldade encontrada por um ditador benevolente seria observar se os efeitos de suas medidas convergem com as suas boas intenções. Ela surge pelo fato de que o autoritarismo conduz ao desencorajamento da crítica. Por decorrência, o ditador

racionalidade do ideal” (BARROS, R. S. M. “Mito e ideologia”. In *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo - Edusp, 1971. p. 324).

²⁴⁹ “Haverá a possibilidade de alcançar uma negociação razoável e, portanto, de efetuar o melhoramento por métodos democráticos (‘Negociação’ é uma palavra feia, mas é importante que aprendamos seu uso apropriado. As *instituições* são inevitavelmente o resultado de uma negociação com circunstâncias, interesses, etc., embora, como pessoas, resistamos a influências dessa espécie.)” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2. p. 175, destaque do autor). Na aposta irremediável da filosofia de Popper na possibilidade de convencimento entre pares, apoiada na noção de “unidade racional da humanidade”, advinda de Kant, está o que Shearmur denomina como “otimismo racionalista” popperiano (SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*).

²⁵⁰ O que Popper denomina como “mecânica utópica” coincide, em grande parte, com o que Hayek tratou como “planificação centralizada” ou “coletivista”. As objeções de Hayek contra o planejamento coletivista consistem, basicamente, no rechaço de tentativas de construção de uma sociedade em conformidade com uma planta. Se assim tentarmos fazer, constataremos que não é possível incorporar a esse esboço a liberdade individual. A razão disso está no fato de que o planejamento econômico centralizado elimina da vida econômica uma das mais proeminentes funções do indivíduo, a saber: a de consumidor. Sendo assim, a crítica de Hayek concerne ao âmbito da tecnologia social. Destaca ele certa inviabilidade tecnológica, isto é, de elaborar um plano de sociedade que seja, concomitantemente, individualista e economicamente centralizada (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2).

benevolente não conseguirá ouvir queixas referentes às atitudes por ele tomadas e, sem esse controle intersubjetivo, torna-se árduo corroborar se as suas medidas alcançam seus desejados e benévolos alvos.²⁵¹ Ademais, a situação mostra-se ainda pior: em seu grande empreendimento de reconstrução da sociedade, deverá ele causar consideráveis incômodos a um grande número de pessoas – tudo dentro de um considerável lapso de tempo. Como decorrência, terá esse utopista que “tampar os ouvidos” a muitas queixas; e de fato, como acabamos de expor, será de sua incumbência suprimir objeções a seu plano:

Quanto ao esboço mesmo, é fato suscetível de comprovação o de as pessoas diferirem com relação ao tipo de sociedade que desejam – mesmo os conservadores, os liberais e os socialistas tradicionais assim agem, para não falar em outros. Assim, qualquer grupo que assuma o poder, com o objetivo de concretizar seu esboço, terá de neutralizar a oposição dos outros, se não de coagi-los a servir um fim do qual discordem. Enquanto uma sociedade livre não pode impor objetivos sociais comuns, um governo com finalidades utópicas tem de fazê-lo e se inclinará a tornar-se autoritário. A reconstrução radical da sociedade é um vasto empreendimento que se pode esperar tome longo tempo – só remotamente cabe esperar que os objetivos e ideias e ideais sociais não se modifiquem substancialmente durante esse tempo, especialmente se ele for, como por definição deverá ser, um tempo de levante revolucionário.²⁵²

A constatação de Popper é que esse argumento, caso generalizado, acarreta a mais ampla crítica do utopismo.²⁵³ A consideração utópica só está incumbida de valor prático caso admitamos que o projeto original, talvez com alguns reajustamentos, permanece como basilar para a obra até o seu desfecho. Essa averiguação demanda algum tempo e, no entanto, a expectativa, como diz a passagem supracitada, é de que ideias e ideais se alterem e o arquétipo que, em uma dada época, pareceu ser o Estado Ideal não poderá assim o ser para as futuras gerações. O método de estabelecer um alvo político permanente e começar os movimentos em prol de sua realização é fútil, se estamos de acordo que tal meta pode, em maiores ou menores proporções, ser alterada no decorrer de sua realização:

²⁵¹ “[...] um regime autoritário é a mais censurável forma de governo” (Ibid., p. 175). A esse propósito, ver também as discussões acerca do Princípio da Liderança em POPPER, K. R. “O princípio de liderança”. In *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 1, pp. 135-153 (capítulo 7).

²⁵² MAGEE, B. *As ideias de Popper*, p. 104.

²⁵³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2.

A modéstia epistemológica perfilhada pelo liberal impede-o de estipular *todos* os atributos constitutivos da ordem social ideal. Sabe apenas que a Sociedade Aberta é a que privilegia os direitos individuais à vida, à liberdade e à propriedade. Daí não acalantar qualquer projeto demiúrgico de transformação da realidade social. Sabe apenas que, em nome de um pretenso conhecimento (conquistador de Verdades) sobre a ordem existente, e sobre a ordem ideal que a substituirá, podem-se perpetrar devastações funcionais no que a ordem espontânea tem de mais profícuo. Seria necessário ter um conhecimento demonstrativamente certo, concentrado na mente de uns poucos luminares, sobre a ordem existente e sobre a que a substituirá, para que se pudesse prover “garantia mínima” de que ingressaremos num mundo melhor. Do contrário, em nome das eventuais disfunções ostentadas pela ordem *atual* se garantiria apenas falaciosamente a superioridade da *utopia*.²⁵⁴

Tendo em vista essa conjuntura, a observação de que as nossas ações frequentemente apresentam consequências inusitadas, ou indesejadas, faz-se salutar.²⁵⁵ Determinar as repercussões sociais não deliberadas das ações humanas intencionais é, para Popper, a principal tarefa das ciências sociais teóricas. Para ele, tanto estas quanto as ciências naturais experimentais são capazes de conduzir-nos à formulação de regras tecnológicas, de ordem prática e caráter proscritivo.

Ignorando esse ponto, o utopista inclina-se a adotar aquilo que Popper denominou como *teoria da conspiração da sociedade*, ou seja, o ponto de vista segundo o qual, quando sempre ocorre algo de mau na sociedade, foi isso fruto da orquestração de algum grupo de oponentes contra seus desígnios ou de alguém que agiu propositalmente a fim de tirar proveito de uma drástica situação. No entanto, vemos nitidamente que nem todas as consequências das nossas ações são almeçadas. Isso nos leva a perceber a invalidez da teoria conspiratória, uma vez que possui como equivalente a alegação de que todos os eventos, inclusive aqueles que, de começo, eram

²⁵⁴ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*. pp. 70-71, destaques do autor. Outro ponto demasiado interessante a se notar é que os planejadores são parte integrante da própria sociedade que buscam arrasar e, destarte, a experiência social e, por sua vez, os pressupostos e objetivos sociais que eles sustentam estão fortemente condicionados por essa mesma sociedade. A consequência disso é que arrasá-la acaba por implicar arrasarem-se a si mesmos e aos próprios planos a que se devotam (MAGEE, B. *As ideias de Popper*).

²⁵⁵ “Vou dar um exemplo muito simples. Se alguém deseja comprar uma casa com urgência, podemos presumir com toda segurança que não terá a intenção de aumentar o preço de mercado das casas; contudo, o simples fato de que essa pessoa comparece ao mercado como comprador tenderá a elevar o preço das casas” (POPPER, K. R. “Previsão e profecia nas ciências sociais”, p. 373. In *Conjecturas e refutações*, pp. 367-377).

pretendidos por ninguém, resultam, na verdade, das ações de grupos, corporações, partidos ou indivíduos que por eles se interessam.²⁵⁶

Popper ainda diz que é pertinente observar que, a esse propósito, o próprio Marx foi um dos primeiros a indicar, para as ciências sociais, o caráter relevante dessas consequências não pretendidas. Em seu período de maturidade, acentuou que todos estão detidos na rede do sistema social. Contrariamente ao que os adeptos da teoria da conspiração costumam dizer, o capitalista não é um conspirador demoníaco: encontra-se forçado pelas circunstâncias a agir como age. A responsabilidade dele e a do proletário pelas situações em que se encontram não diferem em grau.

Alega Popper que esse ponto de vista de Marx foi, talvez por razões de propaganda, abandonado. O nosso autor está convicto de que a adoção da teoria conspiratória não pode ser evitada por aqueles que se julgam portadores de conhecimento a ponto de levarem a cabo a atitude demiúrgica de instauração do Reino dos Céus sobre a Terra: “A única explicação que essas pessoas têm para o seu insucesso é a malignidade do demônio, que deseja fazer o mal”.²⁵⁷

²⁵⁶ Mesmo após a punição dos inimigos da revolução, pressupondo-se a verve autoritária do mecânico utópico, os objetivos revolucionários continuarão, obstinadamente, a não se concretizar. Isso o levará a adotar soluções imediatas para os problemas mais urgentes – abrindo um abismo entre os objetivos outrora declarados e o que se tem feito. Tal postura vem a assemelhar-se, gradativamente, às atividades de governos não utopistas (MAGEE, B. *As ideias de Popper*).

²⁵⁷ POPPER, K. R. “Previsão e profecia nas ciências sociais”. In *Conjecturas e refutações*, p. 373. O marxismo foi amplamente difundido como uma crença do tipo referido e assim chegou a ser abraçado pela maioria dos comunistas – que, para Popper, são os “marxistas vulgares” e, ao ver de Marx, “socialistas utópicos” (MAGEE, B. *As ideias de Popper*).

CONCLUSÃO

As abordagens dos três capítulos de nosso trabalho tornam clara a preocupação popperiana, estendida do âmbito de suas reflexões epistemológicas à filosofia social e política, quanto ao primado da crítica intersubjetiva. Pode-se colocar, como um epílogo de sua filosofia, a constatação de que o confronto de alegações de saber entre pares ou o choque cultural entre civilizações, que vituperou mitos e crenças obsoletas, resultantes de uma tradição pré-científica ou de primeira ordem, foi e sempre será a alavanca do progresso social e científico; que, tendo a verdade como um ideal regulador e não como certeza firme e alcançável, deve, com devida diligência, reconhecer a infinidade da nossa ignorância e a restrição do nosso saber.

Como pensador da liberdade, ligado à tradição ocidental que vê o indivíduo como principal fonte de valores e na diversidade e competição de seus projetos o principal motor do desenvolvimento social, Popper, em sua filosofia política, reflete e estabelece importantes diretrizes que visam, com as limitações necessárias, ampliar a esfera da liberdade individual em detrimento das doutrinas holísticas; enraizadas em Hegel, e levadas a cabo por Lênin, Stálin e Hitler – demiurgos dos principais regimes totalitários do último século.

Exilando-se do intelectualismo vienense em uma época de forte esmagamento do indivíduo e tendo buscado refúgio na Nova Zelândia, onde elaborou sua obra magna no âmbito da filosofia social e política, *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper evidenciou que sua teoria do método científico foi apenas um capítulo de toda uma gama de preocupações e instigações de um pensador do século XX. O despontar da teoria da relatividade, que derrubou os até então fortemente estabelecidos alicerces da mecânica newtoniana, uniu-se às demasiado intensas perturbações sociais causadas por dois sanguinários conflitos mundiais e pelo apogeu de doutrinas coletivistas ou totalitárias. Tal contexto fez da filosofia popperiana uma faca de dois gumes:

A teoria do método é somente o capítulo mais desenvolvido da filosofia popperiana; mas, além desse modo de entender a epistemologia, nosso autor também propôs um modo peculiar de entender a filosofia política que ficou esboçado em *A sociedade aberta e seus inimigos*. Assim, enquanto a epistemologia aparece preocupada em definir uma normativa que inviabilize qualquer “monopólio da verdade”, a filosofia política aparecerá ocupada em definir regras e modos de proceder em relação ao político que inviabilizem qualquer “monopólio do poder”. Neste sentido, Popper é

o Anti-Maquiavel e um epítome de sua filosofia política poderia intitular-se e subtítular-se [sic]: *O Súdito* (estratégias para o controle e a limitação dos poderes).²⁵⁸

Em tamanho cenário, o totalitarismo moderno, seja em suas faces comunista ou nazista, apresenta-se como o principal inimigo nas reflexões políticas de Popper. Conforme ressaltou Anthony Quinton (1925-2010), Popper não elabora a sua crítica aos regimes totalitários defendendo, de forma direta, os opositores liberais e democráticos do totalitarismo.²⁵⁹ Em outras palavras, como expusemos tanto a partir de *A sociedade aberta e seus inimigos* quanto em *A miséria do historicismo*, a principal tese de Popper não versa sobre a filosofia política, mas sobre a filosofia da história: a doutrina do historicismo e suas principais fragilidades. Creem os teóricos historicistas, como vimos principalmente no primeiro item do segundo capítulo, em uma lei geral do desenvolvimento histórico da sociedade que habilita previsões de fases posteriores do desenvolvimento social – sendo o conteúdo de tais previsões o único determinante racional para qualquer ação política. A partir desse ponto, o argumento crucial de Popper é que o historicismo é a coluna da política totalitária na medida em que clama por respeitabilidade intelectual, pretendendo ser mais do que mero conjunto de preceitos ideológicos. Discorreremos agora, dentro de maior brevidade, acerca dessa correlação de Popper entre historicismo e totalitarismo a partir das observações críticas apresentadas por Quinton.

Crê Quinton que um profundo estudo dos primeiros escritos de Marx aponta, claramente, a negação de que Marx tenha sido um totalitário. Diz o filósofo que as obras de Marx quase não possuem elementos totalitários e, na verdade, o posicionam como um corifeu do anarquismo pela convicção de que, em sua sociedade ideal, o fenecimento do Estado seria uma decorrência.²⁶⁰ O amplo aparelho totalitário da antiga União Soviética, ao ver de Quinton, foi, em integridade, montado por Lênin e, em seguida, aperfeiçoado pelo stalinismo.²⁶¹ Diante de tal quadro, o único elemento

²⁵⁸ CAPONI, G. “Karl Popper e a filosofia clássica alemã”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*.

²⁵⁹ QUINTON, A. “Karl Popper: A política sem essência”. In *Filosofia política contemporânea*. Edição por Anthony de Crespigny e Kenneth Minogue. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 179-201.

²⁶⁰ A esse respeito, cf. nota 216.

²⁶¹ “A ideia de um partido de elite de revolucionários dedicados foi uma criação leninista” (QUINTON, A. “Karl Popper: a política sem essência”, p. 190). Para Roque Spencer Maciel de Barros, a análise da vertente profética do pensamento de Marx (desmentida pelas nações industrializadas que, gritantemente, infirmaram suas predições) permite enquadrar o leninismo como um “retificador” e não um “desvianista” do marxismo: “[...] como o discípulo moldando a profecia à realidade, a fim de poder

explicitamente totalitário em Marx é verbal: o vocábulo “ditadura” na tão famosa, e sarcasticamente referenciada por críticos, expressão “ditadura do proletariado”:

O próprio Marx era um partidário do livre-arbítrio, rabugento e mordaz, sem dúvida dono de uma violenta personalidade autoritária. A exatidão, tanto quanto o zelo piedoso, justificaria a descrição da religião estatal russa pelos seus sacerdotes como marxismo-leninismo, e não como marxismo. Isto não significa que o elemento marxista na composição e, em particular o historicismo marxista, não seja um ingrediente crucial do todo. Porém, tal qual foi formulado originalmente por Marx, apesar de utópico e violento, aquele elemento não era totalitário.²⁶²

Destarte, a profecia historicista de Marx consiste, básica e erroneamente, na crença de que, passada a revolução proletária, os homens estarão integralmente libertos das necessidades econômicas e instituições opressivas do sistema jurídico-político e poderão, assim, dedicarem-se às variegadas formas de realização pessoal em um nível igual e total de liberdade.

Como decorrência dessa análise, constata-se que a conexão que Popper busca estabelecer entre historicismo e totalitarismo, por meio da análise das filosofias de Platão, Hegel e Marx é carregada de fragilidade. Platão e Hegel, discorre Quinton, eram coletivistas morais e as doutrinas políticas provenientes do coletivismo moral desses pensadores eram fortemente autoritárias e recheadas de traços totalitários: no ateniense, o governo de uma casta, fundamentado em um racismo de cunho demasiado rudimentar; no alemão, um beligerante nacionalismo. Entretanto, insiste Quinton, Platão não era realmente um historicista e Hegel, se era, não se mostra perceptível uma nítida conexão de suas políticas aproximadamente totalitárias com o historicismo tal como, sob a ótica popperiana, apresentamos. Já Marx, apesar de ser um contundente historicista, não era, absolutamente, um totalitário:

As ideologias estabelecem tipicamente avaliações sociais e políticas de teorias gerais sobre o universo, a natureza humana ou a sociedade e sua história. Em nossa época, a influência de Hegel e Marx levou os fundamentos sociais e históricos das ideologias a prevalecer [sic] sobre as bases cosmológicas ou psicológicas. Acredito que as amplas teorias historicistas não geraram as ideologias totalitárias de maneira

moldar a realidade pela profecia”. Tanto o leninismo quanto o stalinismo, olhando-se para a então realidade soviética, revelaram-se como o “marxismo possível”. Esse foi mais um entre os calorosos debates que marcaram o último século e a seu propósito vale a leitura do ensaio “O voluntarismo leninista e o marxismo”. In BARROS, R. S. M. *O fenômeno totalitário*. pp. 625-39.

²⁶² QUINTON, A. “Karl Popper: a política sem essência”, p. 190.

tão positiva como o pensa Popper. Mas aquelas que, nas circunstâncias do nosso tempo, suplantaram a lei do inevitável progresso do otimismo liberal do século dezanove, criaram a presunção de que a experiência liberal está fadada ao fracasso. Se a fé cega no progresso revelou-se errônea, Popper demonstrou que seu contrário não tem melhores fundamentos.²⁶³

A citação acima nos remete a uma das observações finais de Quinton acerca da questão. O historicismo, até quando associado ao totalitarismo – conexão que, diga-se de passagem, não é necessária – teve, pelo menos até o último século, uma união não menos ampla com o liberalismo. O filósofo menciona, nesse quadro, a figura de Marquês de Condorcet (1743-1794) como “[...] o mais sistemático dos numerosos pensadores liberais que imaginavam que a democracia liberal tinha, inevitavelmente, de triunfar através de alguma lei do progresso”.²⁶⁴ Tamanho fato está presente, rememora Quinton, em uma citação do historiador inglês Herbert A. L. Fisher (1865-1940) feita por Popper em *A miséria do historicismo*: “o fato do progresso liberal está escrito clara e extensamente nas páginas da história, mas o progresso não é uma lei da natureza”.²⁶⁵ Nessa passagem, mostra Quinton, Fisher corrige justamente o erro do “otimismo liberal”. Não surpreende que aqueles que desejam o despontar de alguma grande mudança histórica almejem sustentar tamanha esperança em razões que indicam que suas predições estão a se confirmar. Desejar a mudança é fulcral e, nessa empreitada, o historicismo, nada mais, nada menos, “[...] não passa de um acréscimo reconfortante, e o totalitarismo não é o único que precisa deste reconforto”.²⁶⁶

Toda essa perquirição relacionada ao historicismo e seus perigos vinculados à esfera da liberdade articulam-se fortemente com a tese de Popper, por nós apresentada em 2.1, da ausência de significado da história – exposta amplamente no capítulo conclusivo de *A sociedade aberta e seus inimigos*.²⁶⁷ Conforme vimos, para Popper, a história é desprovida de qualquer significação e cabe a nós dar a ela o significado que nos seja aprazível. Burleigh Taylor Wilkins (1932-2015) afirmou que esse embate com

²⁶³ Ibid., p. 201.

²⁶⁴ Ibid., p. 190. Como bem lembra Magee, a aposta dos liberais iluministas no progresso inevitável e na perfectibilidade do homem é um entre distintos exemplos de crenças historicistas (MAGEE, B. *As ideias de Popper*).

²⁶⁵ Ibid., p. 191. Acrescentemos: “O homem (...) vislumbrou, na História, uma trama, um ritmo, um padrão predeterminado (...) (Quanto a mim) só vejo uma emergência após a outra (...), apenas um grande fato com respeito ao qual, por ser ele único, não há generalizações (...)” (FISHER, H. A. L. *History of Europe*, vol. I, p. vii apud POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*, p. 60, destaques de Popper).

²⁶⁶ Ibid., p. 191.

²⁶⁷ “Tem a história alguma significação?”. In POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2. pp. 267-89.

a filosofia historicista alçou Popper, no último século, à posição de maior “filósofo da história” assim como Hegel o fora para os Oitocentos.²⁶⁸ A mais proeminente das contribuições de Popper em termos dessa matéria, diz Wilkins, encontra-se em seu modelo de lei de cobertura da explicação – “*covering law model of explanation*”; consoante o qual um evento é explicado ao subsumir-se uma ou mais lei gerais.²⁶⁹ Debrucemo-nos brevemente sobre essa alegação e sobre as críticas que o autor apresenta quanto aos principais argumentos que Popper expõe, em *A sociedade aberta e seus inimigos* e em *A miséria do historicismo*, relacionados à seletividade das interpretações históricas.

As preocupações de Popper voltam-se, como muito bem podemos notar, aos limites do conhecimento histórico. O historicismo, a seu ver, aponta para onde estamos indo e afirma ter encontrado a “Chave” ou “significação” da história; entretanto, isso é inviável uma vez que a investigação histórica é, necessariamente, limitada em certos aspectos. Wilkins faz um levantamento de três teses defendidas por Popper acerca do caráter das interpretações históricas:

- (1) Popper defende a perspectiva de que a história se caracteriza pelo interesse em eventos reais, específicos ou singulares ao invés de leis ou generalizações;
- (2) Popper endossa o modelo de cobertura por leis quanto à explicação histórica,²⁷⁰ ainda que não adotasse essa nomenclatura, e afirma, corretamente, ter exposto a tese da lei de cobertura antes de Hempel. Popper enfatiza, entretanto, que, na explicação histórica, ainda que ocorra o uso das chamadas “leis universais”, tais leis são de “pequeno interesse”; isto é, elas são demasiado triviais; fazem parte do nosso conhecimento corriqueiro, e, sendo assim, são de emprego mui espontâneo em nosso dia-a-dia.²⁷¹ Quando

²⁶⁸ WILKINS, B. T. *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History*. Ythaca, N. Y: Cornell University Press, 1978. p. 13.

²⁶⁹ Com uma pitada de ousadia, Wilkins ainda observou que “[...] Popper considera sua lógica situacional uma descoberta filosófica ainda mais importante do que o modelo de explicação da lei de cobertura, mas isso me parece um caso em que um estudioso julgou mal a importância comparativa de suas contribuições” (Ibid., p. 13. Tradução minha).

²⁷⁰ Também conhecido como “modelo de Hempel” ou “modelo Popper-Hempel”. Em referência a Carl Gustav Hempel (1905-1997), autor de *Philosophy of Natural Science* (1966).

²⁷¹ “É que as teorias ou leis universais na ciência generalizadora introduzem unidade assim como um ponto de vista; criam, para cada ciência generalizadora, seus problemas e seus centros de interesse e de pesquisa, de construção lógica e de apresentação. Na história, porém, não temos essas teorias unificadoras; ou, antes, a multidão de leis universais triviais que utilizamos são tidas como assentes; são

o historiador utiliza-se de teorias – teorias da sociologia do poder militar, por exemplo – não utiliza para ajudá-lo a testar suas hipóteses específicas, mas como implícitas em sua metodologia. Ao falar de “nações”, “exércitos”, “povos” etc. ele usa, de maneira inconsciente, “modelos” advindos de análises sociológicas científicas ou pré-científicas.

- (3) Popper argumenta que a história, tal como as ciências naturais, deve ser seletiva. O caminho para evitar uma “enxurrada” de materiais ou dados de pouco interesse, ou valor, é introduzir um ponto de vista seletivo; ou seja, como mostramos em 2.1, escrever a história que nos interessa. Essas abordagens seletivas cumprem funções análogas às das teorias nas ciências naturais e, até mesmo, são tomadas como teorias. Algumas ideias inerentes às abordagens ou pontos de vista levados a cabo podem até serem formuladas como hipóteses testáveis, ressalta Wilkins, entretanto as abordagens ou pontos de vista em si não podem ser testados.²⁷²

Em relação à primeira tese, observa Wilkins ela reiterar, indubitavelmente, que os historiadores são, de forma ímpar, interessados em eventos reais, singulares ou específicos. Se Hegel nada fez de permanente no âmbito da filosofia da história, ele nos tornou, ou deveria ter tornado, sensíveis à ampla variedade de interesses e pontos de vista entre os historiadores. A abordagem hegeliana de uma “história original” ao lado de uma “história reflexiva” – sendo esta subdividida em “história universal”, “história pragmática”, “história crítica”, e “história fragmentária” – é um útil lembrete, na ótica de Wilkins, para tomarmos cuidado com caracterizações simplistas do que os historiadores “fazem”. Por exemplo, há histórias originais voltadas a eventos particulares ocorridos mais ou menos durante a vida dos historiadores que escrevem sobre os tais; e, ademais, há histórias universais relacionadas ao “todo” da história

praticamente sem interesse e totalmente incapazes de introduzir ordem no tema de estudo” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, pp. 272-73).

²⁷² “Interpretações são importantes, dado que representam um ponto de vista. Porém, vimos que um ponto de vista é sempre inevitável, e que, em história, uma teoria que possa ser testada e que seja, portanto, de caráter científico, não pode, por via de regra, ser obtida. Mas não podemos pensar que uma interpretação possa ser confirmada mesmo por seu acordo com todos os nossos registros, pois devemos lembrar-nos de sua circularidade, bem como do fato de que haverá sempre um número de outras interpretações, talvez incompatíveis, que concordem com os mesmos registros, e que não temos meios para obter esses novos dados capazes de servir como exemplos cruciais como o fazem as experimentações na física” (POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies*, v. 2, pp. 252-53. Tradução minha).

mundial ou de uma nação.²⁷³ Em suma, depositar demasiada ênfase em eventos reais, singulares ou específicos como objetos da pesquisa histórica pode conduzir à negação ou rebaixar o interesse dos historiadores em considerações de maior generalidade. Especialmente nas conexões causais entre vários eventos que usualmente compõem o problema ou o “todo” investigado por esses estudiosos.

Nessa situação, observa Wilkins, ao mesmo tempo em que Popper não nega a presença de considerações gerais na inquirição histórica, sua segunda tese as desfavorece indevidamente. A análise de Wilkins assim evidencia que Popper faz concessão ao fato de os historiadores utilizarem leis universais ou gerais, entretanto defende o filósofo austríaco a trivialidade e o caráter desinteressante dessas mesmas leis.²⁷⁴ Desconhece Popper que os historiadores usam teorias, mas que isso, em verdade, significa que a maior parte deles, de maneira inconsciente, utiliza a terminologia dentro de dada dimensão teórica como, para exemplificar, ao usarem conceitos gerais tais como “governos”, “nações” e “exércitos”. Às vezes, os pontos de vista dos historiadores contêm ideias que podem ser tomadas como hipóteses testáveis, mas que usualmente não o são assim. Nesse ponto reside, mostra Wilkins, uma dificuldade básica – uma ambiguidade – no que Popper afirma acerca de leis, conceitos e, também, claro, acerca dos pontos de vista dos historiadores. Popper descreve, simplesmente, as limitações de vários historiadores ou diz que a história é um programa de pesquisa que tem, necessariamente, essas limitações? Pode-se, talvez, argumentar que várias leis utilizadas pelos historiadores são desprovidas de maior interesse, que vários conceitos dos quais fazem uso são teóricos, porém esse uso dá-se inconscientemente, e que diversos dos seus pontos de vista são meras interpretações. Entretanto, sustenta Wilkins, Popper não nos fornece alguma razão para supormos que sejam verdadeiras todas as

²⁷³ “No meu julgamento, caracterizar eventos tão complexos, tais como as guerras peloponesas ou o desenvolvimento da Grã Bretanha, como singulares ou específicos, seria apenas informativo como uma maneira de dizer-nos que os historiadores não estão preocupados apenas com guerras ou nações, em geral, mas apenas com guerras ou nações particulares” (WILKINS, B. T. *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History*, p. 25. Tradução minha).

²⁷⁴ A análise de Wilkins também traz à tona uma semelhança entre o que Popper disse acerca da significação da história e o que Kant disse quanto ao fim último da história. Kant acreditava que essa ideia não é constitutiva da natureza da realidade histórica, mas que, ainda assim, é importante como ideia ou conceito regulador que reflete nossa preocupação moral com o curso do desenvolvimento histórico e que também pode ter algum valor heurístico como princípio organizador das nossas investigações concernentes a eventos passados. Essa é essencialmente a posição de Popper em relação à significação da história. Ambos os pensadores também estão em acordo ao negar que a história dada como um “todo” seja conhecível: enquanto Popper apregoa a inexistência da história assim concebida, Kant diz que, nesse sentido, a história encontra-se além dos limites da experiência possível. Ademais, Popper, também como Kant, argumenta em favor do dualismo de fatos e valores pelo qual a tomada de decisão moral, incluindo nossas decisões de tentar impor nossos fins à história, é autônoma em relação a quaisquer descobertas factuais que podemos fazer na ciência, na psicologia ou na história (Ibid.).

leis, conceitos e pontos de vista utilizados pelos historiadores.²⁷⁵ Ainda menos nos provém Popper alguma razão para que possamos supor que seja necessariamente o caso da maioria ou mesmo de todas as leis, conceitos, ou pontos de vista aos quais se voltam os historiadores. O que distancia a história da sociologia ou de qualquer outra ciência social é, como Popper enfatiza, a preocupação do historiador com eventos reais, singulares ou específicos. Constatar que as leis, completa Wilkins, usadas pelos historiadores nas explicações desses eventos são triviais ou mesmo não suscetíveis a testes não pode nos ajudar a decidir se algum material de trabalho, assunto ou abordagem são genuinamente históricos, embora seja claro que esposar essa concepção pode afetar nosso julgamento se um trabalho em questão é uma boa ou significativa peça da escrita histórica:

Mesmo que a maioria ou todas as leis, conceitos e pontos de vista usados pelos historiadores até hoje tenham sido limitados da maneira que Popper indicou, algum futuro historiador (depois de ler Popper, Hempel ou por algum outro motivo) pode fazer uso de leis mais interessantes ou não triviais, pode tornar-se mais consciente das implicações teóricas dos conceitos que utiliza e pode se esforçar para formular suas hipóteses de uma forma testável; os resultados podem contar como história *revisiónária*, mas não há boas razões para supor que eles deixariam de ser história.²⁷⁶

A terceira tese, exposta em *A miséria do historicismo*, da importância do que se denomina como “interpretação” na escrita da história é desenvolvida, relata Wilkins, de forma mais completa e com algumas implicações inquietantes em *A sociedade aberta e seus inimigos*.²⁷⁷ Pode Popper, questiona-se Wilkins, fornecer-nos boas razões para crermos que a interpretação é mais basililar para a investigação histórica do que para a investigação científica? Caso não possa, isso poderia indicar a presença de um paradoxo em sua filosofia. Popper, tanto em sua teoria do conhecimento quanto em sua filosofia da ciência, é inimigo contundente do relativismo ou do que também rotulou como “mito do referencial” – considerado, por ele, como o baluarte do irracionalismo.²⁷⁸ O possível

²⁷⁵ O que, certamente, afirma Wilkins, seria falso, tal como o próprio Popper declara ao notar que alguns pontos de vista contêm ideias que podem ser dadas como falseáveis (WILKINS, B. T. *Has History Any meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History*).

²⁷⁶ *Ibid.*, pp. 26-7, destaque do autor. Tradução minha.

²⁷⁷ Ver, especialmente, POPPER, K. R. “Tem a história alguma significação?”, pp. 273-77.

²⁷⁸ “Um dos traços mais perturbadores da vida intelectual da atualidade é a maneira como se defende tão amplamente o irracionalismo e se admite doutrinas irracionalistas. A meu ver, um dos principais componentes do irracionalismo moderno é o relativismo (a doutrina de que a verdade é relativa a nosso referencial ou formação intelectual: que ela pode mudar de um referencial para outro) e, em particular, a doutrina da impossibilidade de um mútuo entendimento entre diferentes culturas, gerações ou períodos

paradoxo é esse: seria Popper um inimigo do mito do referencial em qualquer outra circunstância e se tornaria seu defensor quanto à escrita da história? Atenemos que, como ressalta Wilkins, as interpretações são, no fim das contas, referenciais ou resultantes de referenciais. Estes são caracterizados pela necessidade de serem seletivos – necessidade comum de toda investigação organizada.

A história e a ciência, em tal quadro, requerem interpretações ou referenciais para a seleção e a explicação de dados; e há evidência de que Popper, tanto em suas reflexões acerca da investigação histórica quanto da científica, acredita que não somos absolutos prisioneiros de qualquer referencial.²⁷⁹ Embora as ponderações de Popper sobre os limites do conhecimento histórico sejam, na ótica de Wilkins, de extremo grau de complicação, Popper, entretanto, parece pôr em xeque a possibilidade dos historiadores determinarem se um novo referencial é “mais perfeito e mais abrangente”²⁸⁰ – algo que os cientistas evidentemente podem. As afirmações de Popper quanto aos referenciais ou pontos de vista dos historiadores, e as interpretações como provenientes desses pontos de vista, sugerem que eles são incomensuráveis uns com os outros. Se a história é realmente limitada desse modo, então esse paradoxo é rapidamente dissipado: pode-se, sem risco de inconsistência, atribuir maior importância a um referencial ou interpretação em um tipo de investigação do que em outro – caso as características das investigações sob escrutínio justifiquem isso. No entanto, se Popper encontra-se impossibilitado de mostrar que a interpretação, ou referencial, é mais elementar para a história do que para a ciência e que os historiadores são menos habilitados do que os cientistas para determinarem os méritos de referenciais alternativos, que importância, questiona-se Wilkins, devemos atribuir a essa falha? O relativista pode argumentar que, provavelmente, Popper está enganado ao crer que podemos mover-nos, a qualquer momento, de um referencial a outro, e que também está ludibriado em sua crença de que no âmbito científico podemos conhecer, ou mesmo razoavelmente conjecturar, que um referencial seja melhor que seu diverso.

Como sùmula dessas considerações, pode-se asseverar que Popper reconheceu serem equiparáveis as situações na história e na ciência e que, portanto, seu erro

históricos” (POPPER, K. R. “O mito do referencial”. Tradução de Mário A. Eufrásio e Pedro Motta de Barros. In *Khronos: Revista de História da Ciência*. n. 1. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 209).

²⁷⁹ “As prisões são os referenciais. E aqueles que não gostam de prisões irão se opor ao mito do referencial. Eles receberão muito bem uma discussão com um parceiro que venha de outro mundo, de outro referencial, pois isso lhes dá a oportunidade de descobrir suas cadeias até agora não percebidas, de rompê-las e assim transcendê-las. Esse rompimento da prisão em que se encontra não é, naturalmente, um assunto de rotina: só pode ser resultado de um esforço crítico – de um esforço criativo (Ibid., p. 228).

²⁸⁰ “a better and roomier one” (WILKINS, B. T. *Has History Any Meaning?* p. 28).

realmente consiste em não ter ido longe o suficiente ao não reconhecer a incomensurabilidade entre referenciais. A partir dessa conjuntura, Wilkins empenha-se em argumentar que Popper erra não ao dar muito à ciência, mas muito pouco à história e que esse erro resulta no que mencionamos: um paradoxo em sua filosofia ao subscrever o mito do referencial quanto à investigação histórica e repudiá-lo no trato da científica.

Outro e muito instigante ponto sobre o qual podemos voltar brevemente nossas atenções é a natureza da relação entre a filosofia científica de Popper e seu pensamento político – relação essa que foi o motivo maior das investigações que originaram o presente trabalho. Relata-nos John Gray que uma das teses centrais dos críticos de Popper é que há uma assimetria entre a abordagem do método científico, em que Popper mostra-se um corifeu das revoluções na ciência, e, por outro lado, a filosofia política, em que propugna um reformismo gradual.²⁸¹

Para Gray, diante da querela se os aspectos epistemológicos e políticos do pensamento de Popper realmente possuem inextricável conexão, seja por acusações de inconsistência ou por tentativas de detectar um forte vínculo entre os dois âmbitos, é da maior proficuidade discutir sua tese principal quanto ao pensamento político do nosso autor. Isto é, mostra Gray que os teóricos que pressupuseram uma relação de dependência entre a filosofia política e a epistemologia popperianas não estavam enganados, mas aqueles que alegaram haver uma inconsistência entre elas possuíam uma compreensão defeituosa de ambas.²⁸²

Em um dos mais recentes ataques ao pensamento social e político de Popper, diz Gray, Michael Freeman asseverou que a abordagem “utópica” da engenharia social, dada como não-científica, evidencia claramente o contraste entre a epistemologia negativista de Popper e sua filosofia social de cunho “dogmático” e “apriorista”. Freeman, assim, partilha da concepção de que o pensamento político popperiano incorpora uma forma de “conservadorismo epistemológico” que se revela inconsistente com a ética falibilista de sua filosofia da ciência.²⁸³ De tal maneira, insistiu Freeman que

²⁸¹ GRAY, J. “The liberalism of Karl Popper”. In *Liberalisms: Essays in Political Philosophy*. London and New York: Routledge, 2010. pp. 10-27.

²⁸² Para Francisco de Araújo Santos, o que vemos na obra de Popper é, de forma aparente, uma circularidade implícita e injustificada dado que a exigência da liberdade é posta, concomitantemente, com a metaciência. Contrariamente ao que pensa Popper, não é esta que fundamenta a teoria da liberdade. Em outras palavras, se as leis científicas garantem contornos mais nítidos ao espaço da ação livre, este espaço já detém legitimidade básica antes que o progresso científico lhe forneça maior precisão (SANTOS, F. A. *A emergência da modernidade*).

²⁸³ “Gostaria de sugerir o nome ‘conservadorismo epistemológico’ para esse aspecto da filosofia de Popper. O conservadorismo epistemológico é a posição de que certas reformas sociais propostas devem

a identificação de uma teoria social como “utópica”, tendo por base a metodologia científica, seria também uma alegação de base experimental – e, logo, uma tentativa. Por que não deveria o utopista desafiar leis que são apenas tentativas?²⁸⁴ Sempre pode haver, como está muito bem exposto em *A lógica da investigação científica*, um falseador potencial para contraditá-las, objeta Freeman.

Ao ver de Gray, o ataque de Freeman ao pensamento social popperiano demonstra várias concepções gerais e errôneas em relação aos relatos do progresso do conhecimento científico e aos fundamentos da rejeição de Popper à mecânica social utópica. Primeiramente, observa Gray, Popper em nenhuma de suas obras políticas identificou, de maneira definitiva, qualquer proposta de reforma social como “utópica” sob o argumento de que esta não atende ao critério de cientificidade exigido para as leis científicas. Tal assimilação, de fato, seria adversa ao seu falibilismo, contraditando, de igual forma, a alegação de Popper de que é necessário reconhecer como um dos princípios de qualquer visão imparcial política que, no que concerne a questões humanas, tudo é possível. De maneira ainda mais particular, nenhum desenvolvimento concebível pode ser excluído meramente pelo fato de violar a chamada “tendência do progresso humano” ou qualquer alegada “lei da natureza humana”.²⁸⁵

Assim sendo, Freeman enfatizou, com devida razão, que uma consequência irremediável do trato conjectural do conhecimento é que toda lei natural é uma tentativa permanentemente sujeita a ser derrubada. Além disso, Popper afirma a unidade de método tanto para as ciências sociais quanto para as ciências naturais. Em ambos os casos, as leis podem ser declaradas de maneira tecnológica, ou proscritiva, afirmando que tal e tal coisa, tal e tal fenômeno não podem acontecer. De tal maneira, há, evidentemente, aos olhos de Gray, estranheza ao julgar como “conservadorismo epistemológico” um relato do conhecimento científico cuja tese central garante que

ser descartadas com o fundamento de que violam leis científicas” (FREEMAN, M. *Sociology and Utopia: Some Reflections on the Social Philosophy of Karl Popper*. *British Journal of Sociology* (March 1975) apud GRAY, J. “The liberalism of Karl Popper”, p. 14. Tradução minha).

²⁸⁴ Remetemo-nos ao método que Popper coloca como característico do progresso do nosso conhecimento: eliminação de erros por tentativas. Expresso, em *Conhecimento objetivo*, pelo esquema: $P_1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P_2$. Isto é, partindo de algum problema, representado por P_1 , chegamos a uma teoria ou solução experimental, TT, que pode ser errônea (total ou parcialmente); de qualquer forma, será essa solução submetida ao processo de eliminação de erros, EE – que consiste em discussão crítica ou testes experimentais. De uma ou outra maneira, novos problemas, P_2 , despontarão de nossa própria atividade criadora. Estes, em geral, não criamos intencionalmente, mas emergem, de forma autônoma, do campo de novas relações que não podemos impedir que venham à tona com cada ação (POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*, p. 120).

²⁸⁵ “O fato do progresso – escreve [Herbert] A. L. Fisher – está escrito em grandes e claras letras nas páginas da história; mas o progresso não é uma lei da natureza. O terreno ganho por uma geração pode ser perdido pela seguinte” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 204).

mesmo a teoria melhor corroborada deve ser aceita apenas enquanto novos testes não revelarem suas fraquezas e sugerirem outra melhor – a partilha dessa perspectiva para com o exame de empreendimentos políticos, Popper a declarou enfaticamente:

Talvez possa dizer-se que se trata de um número de pensamentos comuns. Cometemos constantemente erros, tanto na política como em qualquer outra coisa, mas podemos pelo menos estar prontos a aprender com os erros. Tentar aprender com os erros e procurá-los, é o que eu denomino de atitude racional. Esta atitude está sempre em oposição perante uma atitude autoritária. No campo da política, o método de aprender com os próprios erros pressupõe livre crítica e discussão das ações empreendidas pelo governo.²⁸⁶

O racionalismo designa a atitude de ouvir argumentos e aprender com a experiência, implica como pressuposto axiológico a tolerância, e o igualitarismo. Isso significa dizer que a dimensão epistemológica apresenta como pano de fundo a articulação política da Sociedade Aberta. Basta que consideremos os princípios da epistemologia de Popper, e o primado que advoga para o discurso crítico, que teremos claro que o modelo sociológico da ciência popperiana [...] é um microcosmos da Sociedade Aberta.²⁸⁷

Por meio dessas considerações, observa Mariano Artigas (1938-2006) que houve diversas tentativas de encontrar uma chave unificadora da filosofia de Popper. Constata Artigas que a perspectiva ética nos proporciona uma compreensão da filosofia popperiana em um diferente ângulo. Permite ela que compreendamos o significado da crítica e do racionalismo crítico de Popper.²⁸⁸ Considerada sob a luz da chave ética, a epistemologia de Popper representa, diz Artigas, mais uma atitude do que uma doutrina. Uma doutrina focada em torno da atitude da razoabilidade, na importância da discussão racional. Uma discussão na qual mantemo-nos abertos a qualquer tipo de objeção ou qualificação, estando dispostos a abandonar uma opinião que adotamos quando há razões para isso.²⁸⁹ A epistemologia de Popper, assim, pode ser considerada como uma articulação teórica desse tipo de atitude.

²⁸⁶ MAGEE, B. “Racionalismo crítico – uma entrevista com Karl Popper”, p. 72.

²⁸⁷ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*, p. 174.

²⁸⁸ ARTIGAS, M. “Lógica y Ética en Karl Popper”. In *Anuario Filosófico*, n. 34, 2001. pp. 101-118.

²⁸⁹ “[...] pode-se afirmar que a leitura renovada da obra popperiana, à luz do conceito de *base ética*, pode ser um instrumento útil para mostrar que: i) o racionalismo crítico é, em síntese, a melhor expressão do pensamento de Popper; ii) o racionalismo crítico não é uma teoria, mas uma atitude que se configura em uma ética; iii) esta ética perpassa todos os pontos da filosofia popperiana, dando unidade ao seu pensamento; iv) a concepção ética de Popper é anterior às suas concepções acerca da ciência, da política e da história; v) a ética popperiana condiciona o desenvolvimento de suas ideias em todos os campos alcançados por sua reflexão” (OLIVEIRA, P. E. “A base ética da filosofia de Karl Popper”. In *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia* (Pouso Alegre). v. 2, 2010. p. 9).

Todo o caminho que percorremos mostra-nos que a epistemologia negativista de Popper, amparando-se no realismo metafísico, consegue apresentar-nos, sem maiores contornos, suas razões para o endosso da metodologia falibilista. Entretanto, no que concerne às teorias morais há maior turbulência. Popper, em nenhuma passagem, orienta-nos acerca das condições de aplicação do predicado “correto” quanto a atos ou normas.²⁹⁰ A correção de uma ação só pode ser levada a cabo ao considerar-se a tradição como um referencial prévio e que se configura como uma opção injustificável.²⁹¹ Deparamo-nos com a demasiada importante e curiosa necessidade de uma fé irracional na razão:

Embora um racionalismo não-crítico e compreensivo seja logicamente insustentável, e embora um irracionalismo compreensivo seja logicamente sustentável, não é esta uma razão para que devemos adotar o último. Pois há outras atitudes sustentáveis, notadamente a do racionalismo crítico, que reconhece o fato de que a atitude racionalista fundamental se baseia numa decisão irracional, ou numa fé na razão. Em consequência, nossa escolha está aberta. Somos livres de escolher alguma forma de irracionalismo, mesmo alguma forma radical ou compreensiva. Mas também somos livres de escolher uma forma crítica de racionalismo, que francamente admita suas limitações e sua base numa decisão irracional (admitindo, até essa extensão, certa prioridade do irracionalismo).²⁹²

Dessa forma, como vimos na exposição do pensamento político popperiano, duas opções são possíveis: a opção pelo dualismo crítico, traçando clara distinção entre natureza e convenção, e a opção pelo tribalismo. Optamos pelo dualismo crítico, ancorado no racionalismo, e rechaçamos o tribalismo, ancorado no irracionalismo. O irracionalismo tem por peculiaridade a opção pela certeza, seja ela, como exemplifica Pereira, um “paraíso perdido”, uma “sociedade sem classes”, tal como preconizou Marx, ou variantes. Os caminhos para o alcance desses fins levam facilmente ao totalitarismo. Por outro lado, a influência liberalizadora da ciência reside em seu caráter hipotético – afirmando que em nenhum domínio a posse da verdade irrefutável ou a

²⁹⁰ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo*.

²⁹¹ A dúvida que resta é quanto ao surgimento das tradições. Diz-nos Pereira que o Ocidente germinou de dois importantes acidentes históricos: o “milagre grego” - o surgimento da filosofia, da arte e da poesia gregas - e o cristianismo. Tais fenômenos não foram de criação planejada. No que concerne ao cristianismo, o advento de Deus na história forneceria uma resposta que se situa além da ótica popperiana. No que compete ao “milagre grego”, Popper não o fundamenta. Parece, diz o autor, que voltamos à dicotomia kantiana entre os limites da razão pura e os postulados da razão prática. Essa dicotomia, dentro da obra de Popper, a seu ver, não parece ter fácil superação (Ibid.).

²⁹² POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*, v. 2, p. 239.

certeza racional são possíveis. Não é adequado, nesse ponto, dizer que a opção pelo dualismo crítico seja “melhor”, dado que, como mostramos, atribuir qualidade depende do referencial que assumimos. No entanto, ao assumir para o mundo um completo indeterminismo, Popper, mostra-nos ainda Pereira, coloca um aspecto bastante virtuoso – isto é, o postulado da completa responsabilidade humana. Dado o caráter irracional presente na base das nossas ações, não podemos, de forma alguma, furtar-nos de uma permanente autocrítica de nossos atos e concepções. A instituição da sociedade aberta converte-se em um dever moral para os homens.

Desse jeito, como bem ressaltou Max Weber (1864-1920), “[...] a política se faz com o cérebro, mas indiscutível, também, que ela não se faz exclusivamente com o cérebro”.²⁹³ Essa observação, em nossos dias, ganha contornos ainda mais proeminentes. Não é adequado, observa ainda o sociólogo, recomendar a alguém quando se deve atuar em conformidade com a ética da convicção ou com a ética da responsabilidade nem como dizer quando observar uma e outra. Ressalta ainda Weber que a efervescência que podemos ver em muitos homens não é sempre, ou nem mesmo, uma paixão autêntica pelo bem comum; e, portanto, podemos ver homens públicos, imbuídos pelo espírito da ética da convicção, a proclamar que as responsabilidades de seus atos não cabem a si, mas àqueles que estão a favor dele nesse mundo estúpido e vulgar.²⁹⁴ De outro lado, vemos aqueles ciosos da ética da responsabilidade a pesar as consequências de seus atos e declarar: “Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui”.²⁹⁵ Tal comportamento, mostra Weber, é autenticamente humano e comovedor e mostra que as éticas da convicção e da responsabilidade (em que o partidário desta está ciente de não poder lançar nas costas alheias o fardo das consequências previsíveis de suas ações, enquanto o daquela se sente responsável apenas por velar em favor da chama da doutrina da qual é crente) não se contrapõem, mas se complementam e, em concomitância, formam o autêntico homem que pode aspirar à vocação política – aspirante da sociedade aberta e igualitária que Popper tanto prezou.

²⁹³ WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. Prefácio de Manoel T. Berlinck. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 121.

²⁹⁴ “Tenho a impressão de que, nove vezes em dez, estarei diante de balões cheios de vento, sem consciência das responsabilidades que assumem e embriagados de sensações românticas” (Ibid., p. 122).

²⁹⁵ Ibid., p. 122.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGAS, M. “Lógica y Ética en Karl Popper”. In *Anuario Filosófico*, n. 34, 2001. pp. 101-118.

BARROS, R. S. M. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo - Edusp, 1971.

_____. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1990.

_____. *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11ª ed. Brasília - São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

CHIAPPIN, J. R. N. “Uma reconstrução racional da concepção popperiana de ciência: um termo médio entre o dogmatismo e o relativismo”. In: *Khronos: revista de História da Ciência*. n. 1. São Paulo: Humanitas, 2008. pp. 149-191.

CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Translated by Patrick Camiller. London and New York: Routledge, 1997.

DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento. v. 5. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAY, J. “The liberalism of Karl Popper”. In *Liberalisms: Essays in Political Philosophy*. London and New York: Routledge, 2010. pp. 10-27.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HAYEK, F. *Droit, Législation et Liberté*. Traduit de l’anglais par Raoul Audoin. v.1. 1^e ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican. Oxford University Press, 2007.

MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1974.

MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Translated by the third german edition by Samuel Moore and Edward Aveling. Edited by Frederick Engels. New York: The Modern Library, 1906. Book 3.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVA, A. *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

_____. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético: a negatividade como fundamento da visão de mundo liberal*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*. v. 14. Edited by John Meadowcroft. Continuum Books, 2010.

PEREIRA, J. C R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Teeteto; Crátilo*. Tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes. Belém - Pará: Editora da UFPA, 2001.

Popper: as aventuras da racionalidade. Org. de Julio Cesar R. Pereira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

POPPER, K. R. "A lógica da investigação científica". In *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução e seleção de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp. 263-384.

_____. *A miséria do historicismo*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1980.

_____. *A sociedade aberta e seus inimigos*. 2v. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1974.

_____. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1975.

_____. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. *Lógica das ciências sociais*. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. “O mito do referencial”. Tradução de Mário A. Eufrásio e Pedro Motta de Barros. In *Khronos: revista de História da Ciência*. n. 1. São Paulo: Humanitas, 2008. pp. 209-241.

_____. *O racionalismo crítico na política*. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (Cadernos UnB).

_____. *O realismo e o objectivo da ciência*. W. W. W. Bartley, III (Org.). Tradução de Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

_____. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*. I v. London and New York: Routledge, 1947.

_____. *The Open Society and its Enemies: The High Tide of Prophecy: Hegel, Marx and the Aftermath*. II v. London and New York: Routledge, 1947.

_____. *The Poverty of Historicism*. Boston: The Beacon Press, 1957.

QUINTON, A. “Karl Popper: A política sem essência”. In *Filosofia política contemporânea*. Edição por Anthony de Crespigny e Kenneth R. Minogue. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 179-201.

SANTOS, F. A. *A emergência da modernidade: atitudes, tipos e modelos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996.

VIEIRA, D. M. *Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017 (recurso eletrônico).

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. Prefácio de Manoel T. Berlinck. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1970.

WILKINS, B. T. *Has History Any Meaning? A Critique of Popper's Philosophy of History*. Ithaca, N. Y.: Cornell University Press, 1978.